UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG

FACULDADE DE DIREITO – FADIR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E JUSTIÇA SOCIAL – PPGDJS

MESTRADO EM DIREITO E JUSTIÇA SOCIAL

VINÍCIUS VIANA GONÇALVES

POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A FOME: RECORTE DAS AÇÕES A PARTIR DA PANDEMIA DE COVID-19 NA CIDADE DE ROSÁRIO/ARG - UM ESTUDO DE CASO DAS MEDIDAS NACIONAIS IMPLEMENTADAS ENTRE 2019 E 2021

RIO GRANDE/RS
2023

VINÍCIUS VIANA GONÇALVES

POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A FOME: RECORTE DAS AÇÕES A PARTIR DA PANDEMIA DE COVID-19 NA CIDADE DE ROSÁRIO/ARG - UM ESTUDO DE CASO DAS MEDIDAS NACIONAIS IMPLEMENTADAS ENTRE 2019 E 2021

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito e Justiça Social – Mestrado em Direito e Justiça Social – da Universidade Federal do Rio Grande, em sua Área de Concentração em Direito e Justiça Social Linha de Pesquisa Direitos Humanos, Diversidade e Sociedade Digital como requisito à obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Opuszka

RIO GRANDE/RS

2023

Ficha Catalográfica

G635p Gonçalves, Vinícius Viana.
Políticas públicas de combate a fome: recorte das ações a partir da pandemia de COVID-19 na cidade de Rosário/ARG - um estudo de caso das medidas nacionais implementadas entre 2019 e 2021 / Vinícius Viana Gonçalves. – 2023.
112 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social, Rio Grande/RS, 2023.
Orientador: Dr. Paulo Ricardo Opuszka.

1. Políticas Públicas 2. Fome 3. Argentina 4. Rosário 5. COVID-19 I. Opuszka, Paulo Ricardo II. Título.

CDU 612.391(82)

Catalogação na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

Autor: Vinícius Viana Gonçalves

Título: **POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A FOME: RECORTE DAS AÇÕES A PARTIR DA PANDEMIA DE COVID-19 NA CIDADE DE ROSÁRIO/ARG - UM ESTUDO DE CASO DAS MEDIDAS NACIONAIS IMPLEMENTADAS ENTRE 2019 E 2021**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito e Justiça Social – Mestrado em Direito e Justiça Social – da Universidade Federal do Rio Grande, em sua Área de Concentração em Direito e Justiça Social, Linha de Pesquisa Direitos Humanos, Diversidade e Sociedade Digital, e aprovada pela banca examinadora.

Rio Grande, RS, 21, julho de 2023.

Profª. Drª. Sheila Stolz PPGDJS (FURG)

Título, Nome e IES do Coordenador do Curso

Prof. Dr. Paulo Ricardo Opuszka PPGD (UFPR)

Título, Nome e IES do Professor Orientador

Profª. Drª. Taysa Schiocchet PPGD (UFPR)

Título, Nome e IES do Membro da Banca Examinadora

Prof. Dr. Eder Dion de Paula Costa PPGDJS (FURG)

Título, Nome e IES do Membro da Banca Examinadora

Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa PPGDJS (FURG)

Título, Nome e IES do Membro da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de expressar minha sincera gratidão por todo o apoio e incentivo que recebi durante meu percurso académico. Através das bolsas e programas de fomento à pesquisa, pude aprimorar meus conhecimentos e desenvolver habilidades essenciais para minha carreira.

Tanto a CAPES, quanto à PROPESP-FURG foram grandes parceiras na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico deste trabalho, que consequentemente está contribuindo para o avanço da educação e da pesquisa brasileira. Sinto-me muito agraciado por ter sido beneficiado por seus programas e por fazer parte desta grande lista de pesquisadores do país.

A minha querida família, meu pai, minha mãe, minha irmã e meus gatos, gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos vocês pelo amor, apoio e cuidado que têm me dado ao longo dos anos. Sou verdadeiramente abençoado por ter uma família tão maravilhosa e solidária, vocês estiveram ao meu lado em momentos de alegria e de tristeza, sempre me encorajando e me ajudando a superar os desafios da vida e sei que posso contar com cada um de vocês, não importa o que aconteça.

Ao meus queridos, poucos mas sinceros amigos, agradeço pelo carinho e apoio que vocês têm me dado ao longo destes anos

Coordenação, Professores, funcionários, meus poucos e bons colegas do Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social, a FURG, e a todos que me apoiaram direta e indiretamente para conclusão desta trajetória.

Um forte abraço ao Professor Dr. Julio Llanan Nogueira da Universidade Nacional de Rosário pelos ensinamentos passados enquanto minha estadia na cidade de Rosário na Argentina. Também agradeço por todas as incríveis pessoas que tive a oportunidade de conhecer neste período de estudos nesta incrível cidade, certamente um momento único da minha vida.

Por fim, agradeço ao Professor Dr. Paulo Opuszka pela missão de me guiar neste final de curso e para o término deste trabalho. Terá sempre minha eterna gratidão, amizade e lealdade. Meu muito obrigado, do fundo do meu coração!

Também dedico este trabalho para pessoas inspiradoras, como Luiz Gama, Alan Turing, Lyudmila Pavlichenko, Luiz Carlos Prestes, Olga Benário, Silvio Almeida, João Gordo, Vivi Torrico, Padre Júlio Lancellotti e todos aqueles, que carregam os ensinamentos dos movimentos sociais, dos comunistas aos punks, que com sua atitude rebelde e questionadora, mudaram a história da sociedade e hoje também aplicam-se a dar dignidade com quem passa fome e nada tem, além da caridade. Agradeço por me inspirar a ser autêntico e a lutar por aquilo em que acredito. Presto minha admiração e respeito.

E finalizo lembrando sempre das palavras de Karl Marx, que nos ensinou que "a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes", seguimos firmes na nossa luta pela emancipação da classe trabalhadora.

Com amor e gratidão!

"…estoy más y más convencida de que el único camino para llegar a ser un hombre, quiero decir un ser humano y no un animal, es ser comunista"

Frida Kahlo (1907-1954)

RESUMO

GONÇALVES, Vinícius Viana. **Políticas Públicas de combate à fome: Recorte das Ações a partir da pandemia de COVID-19 na cidade de Rosário/Arg - Um estudo de caso das medidas nacionais implementadas entre 2019 e 2021.** Orientador: Dr. Paulo Ricardo Opuszka. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito e Justiça Social) – Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social, Linha de Pesquisa Direitos Humanos, Diversidade e Sociedade Digital, FURG, Rio Grande, RS, 2023. Disponível em: link para o repositório.

Objetivos: Investigar a eficácia das políticas públicas de combate à fome implementadas pelo governo argentino e pela cidade de Rosário, em consonância com o ODS2 (Erradicação da Fome) da Agenda 2030, durante o contexto da pandemia.

Metodologia: Pesquisa bibliográfica da literatura nacional e internacional disponível nas bases de dados da SciELO, portais governamentais, educacionais e de imprensa Argentinos e da Universidade Nacional de Rosario (UNR).

Resultados: A implementação de intervenções emergenciais de políticas públicas pela cidade de Rosário, em coordenação com o Governo da Província de Santa Fé e o Governo Nacional Argentino, desempenhou um papel fundamental na mitigação dos desafios relacionados à insegurança alimentar agravados durante a pandemia de COVID-19.

Contribuição: A presente pesquisa busca proporcionar uma contribuição significativa aos debates sobre a Agenda de políticas públicas por meio da proposição de políticas efetivas e sustentáveis no enfrentamento da fome no território brasileiro, com base no modelo aplicado na cidade de Rosário, Argentina. Nesta pesquisa, será realizada uma análise de alguns modelos de políticas públicas implementado em Rosário para combater a fome, considerando seus sucessos, desafios e resultados alcançados. Com base nessa avaliação, serão desenvolvidas recomendações adaptadas à realidade brasileira, com o objetivo de estabelecer políticas públicas mais efetivas e de longo prazo para enfrentar a insegurança alimentar no país. A contribuição científica desse estudo estará na identificação de estratégias inovadoras e sustentáveis, capazes de gerar um impacto significativo na erradicação da fome no Brasil, alinhando-se aos princípios da Agenda do desenvolvimento sustentável. Ao fornecer orientações fundamentadas em evidências empíricas e experiências bem-sucedidas, este trabalho visa apoiar a formulação de políticas públicas mais informadas e eficientes, que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável no contexto brasileiro.

Aderência ao programa: A pesquisa pretende contribuir com as metas vigentes na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e o combate à fome, em consonância com os objetivos do Programa de Pós Graduação em Direito e Justiça Social (PPGDJS-FURG), linha de pesquisa Direitos Humanos, Diversidade e Sociedade Digital, vinculado o Programa de Pós graduação em Direitos e Justiça Social.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Fome. Argentina. Rosário. COVID-19

ABSTRACT

GONÇALVES, Vinícius Viana. **Public Policies to combat hunger: An outline of actions from the pandemic of COVID-19 in the city of Rosário/Arg - A case study of the nationalm measures implemented between 2019 and 2021.** Advisor: Dr. Paulo Ricardo Opuszka. 2023. Dissertation (Master in Law and Social Justice) – Graduate Program in Law and Social Justice, Research Line Human Rights, Diversity and Digital Society, FURG, Rio Grande, RS, 2023. Available at: link to the repository .

Objectives: To analyze how the Argentine State and the City of Rosario acted through their public policies to combat hunger, from the perspective of SDG2 (eradication of hunger) Agenda 2030, during the pandemic period.

Methodology: Bibliographical research of the national and international literature available in the SciELO databases, Argentine government, educational and press portals and the National University of Rosario (UNR).

Results: The implementation of emergency public policy interventions by the city of Rosario, in coordination with the Government of Santa Fe Province and the National Government of Argentina, played a crucial role in mitigating the challenges related to food insecurity worsened during the COVID-19 pandemic.

Contribution: The present research seeks to provide a significant contribution to the debates on the public policy agenda for sustainable development by proposing effective and sustainable public policies to address hunger in Brazil, based on the model applied in the city of Rosario, Argentina. In this study, a detailed analysis of some public policy models implemented in Rosario to combat hunger will be conducted, considering their successes, challenges, and achieved outcomes. Drawing from this evaluation, recommendations adapted to the Brazilian reality will be developed with the aim of establishing more effective and long-term public policies to address food insecurity in the country. The scientific contribution of this study lies in identifying innovative and sustainable strategies capable of generating a significant impact on eradicating hunger in Brazil, aligning with the principles of the Sustainable Development Agenda. By providing evidence-based guidance and insights from successful experiences, this work aims to support the formulation of more informed and efficient public policies that contribute to the building of a more just, equitable, and sustainable society in the Brazilian context.

Adherence to the program: The research intends to contribute to the current goals of the 2030 Agenda for sustainable development and the fight against hunger, in line with the objectives of the Graduate Program in Law and Social Justice (PPGDJS-FURG), research line Human Rights, Diversity and Digital Society, linked to the Graduate Program in Rights and Social Justice.

KEYWORDS: Public policy. Hunger. Argentina. Rosário. COVID-19

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Análise de Resultados por “Categoria do ScIELO”.....**16**
Figura 2 – Gráfico Comparativo Insegurança Alimentar.....**40**
Figura 3 – Gráfico Insegurança Alimentar no Mundo – Mulheres **41**
Figura 4 - Gráfico insegurança Alimentar na Argentina.....**47**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AUH - Asignación Universal por Hijo
ATP - Ayuda a la Producción y al Trabajo
AUH - Asignación Universal por Hijo
BAR - Banco de Alimentos de Rosário
CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CESCR - Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas
CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CorteIDH - Corte Internacional de Direitos Humanos
CONIN - Cooperadora de Nutrição Infantil
COVID-19 - Coronavírus disease 2019
DHAA - O Direito Humano à Alimentação Adequada
EPH - Pesquisa Permanente de Domicílios
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FOPAR - Fundo de Investimento Participativo
IFE - Ingreso Familiar de Emergencia
INDEC - Instituto Nacional de Estatística e Censos
ISCA - Pesquisa de Impacto Socioeconômico da Crise na Argentina
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NBI - Necessidades Básicas Insatisfeitas
ODSA - Observatório da Dívida Social Argentina
ONGs- organizações não governamentais
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PAN - Programa Nacional de Alimentação
PIDESC - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escola
PNSA - Programa Nacional de Segurança Alimentar
PME - Pequeñas y Medianas Empresas
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROMIN - Programa Materno Infantil e Nutrição
SciELO - Scientific Electronic Library Online
UCA - Universidad Católica Argentina
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNR - Universidade Nacional de Rosário

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.
……**13**

1. **O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO: A VIOLAÇÃO POR AÇÃO OU OMISSÃO DO ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME**.
……**17**

1.1 - O Direito Humano à Alimentação e o Papel das Organizações Internacionais no Combate à Fome.
……**17**

1.2 - Soberania Alimentar e Políticas Públicas de Estado: Uma Análise sobre o Combate à Fome.
……**31**

2. COZINHAS COMUNITÁRIAS E ESPAÇOS PARA ALIMENTAÇÃO NA LUTA CONTRA O CRESCIMENTO DA FOME EM ROSÁRIO: O PAPEL DA FÁBRICA DE ALIMENTOS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME NA ARGENTINA.
……**46**

2.1 - Insegurança Alimentar em Rosário, Argentina: Os Desafios do Governo na Luta Contra a Fome por meio de Espaços Públicos e Proteção Social.
……**46**

2.2 - Cozinhas Comunitárias, Espaços para Alimentação e a Fábrica de Alimentos em Rosário: As Políticas Públicas de Combate ao Crescimento da Fome na Argentina.
……**55**

3. REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME EM ROSÁRIO E NA ARGENTINA. ……**67**

3.1 - Reflexões sobre a Importância das Ações de Controle na Eliminação da Pobreza: A Contribuição dos Programas Sociais.
……**67**

3.2 - Desafios do setor rural e urbano Argentino em meio à pobreza e fome: uma análise crítica das políticas neoliberais e a necessidade do pensamento crítico. ……**85**

CONCLUSÃO.
……**102**

BIBLIOGRAFIA. ……**104**

INTRODUÇÃO

Milhões de pessoas em todo o mundo são afetadas pela fome, que é uma forma agressiva de insegurança alimentar e que ocorre quando as pessoas não têm acesso a alimentos nutritivos e suficientes para atender às suas necessidades diárias.

Durante o período de 2016, logo após o golpe civil-empresarial[1] contra a presidenta Dilma Vana Rousseff (2011-2016), até 2022, durante o governo nazifascista[2] de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), o Brasil enfrentou diversos desafios relacionados à fome e à insegurança alimentar.

Em meio a uma crise econômica e política, agravada pela pandemia da COVID-19, a população mais vulnerável do país foi afetada pela falta de acesso a alimentos básicos e à nutrição adequada.

Dados de organizações nacionais e internacionais apontaram para um aumento significativo da fome no país, com milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade social, além disso, a desigualdade no acesso à alimentação e a concentração de renda se mostraram fatores agravantes para esse cenário de crise alimentar no Brasil.

Com base no artigo 3°, III (erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais) da Constituição Federal do Brasil, é preciso buscar soluções para enfrentar essa crise. Um exemplo que pode ser seguido é o da Argentina, que tem enfrentado um problema crescente de fome ao longo de décadas de crises econômicas e políticas, afetando muitas pessoas que vivem em situação de pobreza e que não têm renda suficiente para atender às suas necessidades básicas, incluindo a alimentação adequada. A cidade de Rosário, na Argentina, adotou medidas para combater a fome e a desigualdade social, em um esforço para aliviar a situação de insegurança alimentar que foi exacerbada pela pandemia da Covid-19 durante o período de 2019-2021.

Para enfrentar a carência e a privação de alimentos na República Argentina e na cidade de Rosário, localizada na Província de Santa Fé, um intenso esforço em conjunto com o Governos

---

[1]De acordo com o Dicionário Aurélio, um Golpe civil-empresarial é uma ação coordenada por setores da sociedade civil e do empresariado para derrubar um governo eleito democraticamente e tomar o poder.

[2]De acordo com o Dicionário Aurélio, o termo nazifascista é associado ao autoritarismo e totalitarismo de extrema-direita. As declarações e políticas de Bolsonaro colaboraram para promover atitudes divisivas e discriminatórias em relação a certos grupos sociais, incluindo minorias, mulheres e a comunidade LGBTQ+. Investigações correntes apontam que Bolsonaro tentou minar as instituições democráticas.

Municipal, Provincial e Nacional organizações políticas, organizações sem fins lucrativos e da sociedade, ajudaram o país e a cidade em estudo a combater à fome, melhorar os programas de assistência alimentar para as pessoas mais vulneráveis, os incentivos para agricultores locais e a promoção de uma alimentação saudável e sustentável.

Desta forma, os processos emergenciais ocorridos entre o período de 2019 até 2021, também colaboraram para o debate sobre as políticas públicas de combate à pobreza, como suas diversas abordagens e ferramentas. Entre as políticas implementadas na Argentina podem ser mencionadas, as políticas de segurança alimentar, as de transferências de renda, pensões sociais, programas de obras públicas, isenções no pagamento de serviços e subsídios específicos, programas de alimentação escolar e transferências em espécie.

Desde a década de 1990 e principalmente nos primeiros anos dos anos 2000, houve um aumento dos gastos públicos com proteção social em nível global e no caso latino-americano em particular, a implementação de programas de transferência de renda e garantias à alimentação adequada têm sido os principais determinantes desse fenômeno.

Este processo é um dos motores da redução dos índices de pobreza observados nas últimas décadas e em relação à investigação específica, é necessário considerar em primeiro lugar a realidade socioeconômica da Argentina, da cidade de Rosário e da província de Santa Fé, adicionalmente uma dimensão que deve ser abordada é a coordenação entre os três níveis de governo dentro da estrutura político-administrativa da Argentina. A política de assistência social na Argentina tem sido historicamente caracterizada pela competição (muitas vezes resultando em sobreposição) de executores nos níveis nacional, provincial e municipal e como os efeitos da pandemia de COVID-19, tiveram no resultado final na realidade de Rosário.

Consequentemente, a pesquisa avança sobre todas as políticas públicas de proteção social e suas particularidades, como benefícios governamentais de distribuição de renda, de segurança alimentar, as cozinhas comunitárias, espaços para distribuição de alimentos, fábrica popular de alimentação desenvolvida pela Universidade Nacional de Rosário, entre outros pontos comparativos com cidades argentinas, exame de experiências internacionais conforme indica parâmetros do ODS2 da Agenda 2030 e das melhores práticas como guia normativo para o estudo do caso argentino.

Para tanto, observa-se que todas as ferramentas mencionadas têm efeitos progressivos e pró-pobres e a luta contra a pobreza deve enfrentar contextos difíceis e mutáveis, logo, um desenho de programa bem-sucedido deve ter flexibilidade suficiente para ser incrementado

e/ou ampliado caso algum evento inesperado aumente e/ou expanda as necessidades da população-alvo. Uma agenda para avançar nessa questão inclui a moderação das flutuações macroeconômicas, situações adversas como um cenário pandêmico e principalmente, observar as atuações conjuntas e que podem se transformar em políticas públicas efetivas e de exemplo para outras realidades. Por sua vez, a evidência empírica destaca os efeitos e observando as ações de governos, na cidade de Rosário, na província de Santa Fé, dos programas sociais na Argentina, com atenção especial ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar, durante o período pandêmico entre 2019 e 2021.

O objetivo geral da investigação é analisar as medidas de urgência tomadas durante a pandemia, que são a materialização da política pública de combate à fome e à pobreza, e para tanto, buscou-se compreender a burocracia dentro da autonomia do sistema administrativo argentino e seus possíveis reflexos. O problema da pesquisa envolve o questionamento sobre como identificar os fatores que têm determinado a ampliação da pobreza, especialmente da fome na américa latina. Através de medidas adotadas pelo estado Argentino, na cidade de Rosário, Província de Santa Fé para o enfrentamento da fome com vista a alcançar a segurança alimentar e a melhoria nutricional de pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade – principalmente durante o período pandêmico.

A hipótese é se a precariedade de políticas públicas alimentares contribuem para o aumento da fome e da insegurança alimentar das pessoas mais vulnerabilizadas.

A justificativa para esta dissertação situa-se na realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e a adoção de políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição, acesso, consumo de alimentos seguros e de qualidade, promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável em todos os níveis. Portanto, reconhecer que o Direito à alimentação adequada coloca as pessoas no centro do desenvolvimento de políticas públicas *locus* fundamentais, posto que somente desta forma se reconhece que as pessoas pobres e vulnerabilizadas são detentoras de direitos e não meros beneficiários. Sendo assim, justifica-se esta pesquisa que, em suma, conheceu e analisou tanto as normativas legais como as ações desenvolvidas pelo estado argentino para combater a fome.

Quanto à metodologia, como de praxe, foi realizada a partir de uma abordagem de lógica qualitativa com perspectivas do paradigma sociocrítico. Essa opção epistemológica foi tomada uma vez que a análise das fronteiras do objeto de estudo exigiu o uso de ferramentas metodológicas para a delimitação da complexidade do objeto, utilizando triangulações

metodológicas como está presente na trajetória central ao aspecto metodológico desta pesquisa é seu caráter descritivo-explicativo devido às características do objeto a ser abordado.

Na Base de Dados da Scientific Electronic Library Online (ScIELO) buscou-se por pesquisas contendo os termos “hambre en Argentina", "hambre en Rosário", “políticas públicas, “Agenda 2030” selecionando como critério temporal, pesquisas que foram elaboradas e publicadas entre os anos de 2019 até 2021 e o resultado foi de 0 resultados (figura 1). O que demonstra o ineditismo da pesquisa e sua importância para elucidação deste objeto.

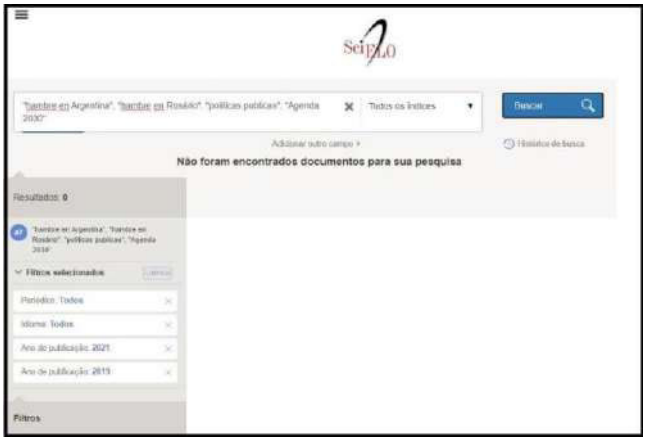


Figura 1 (Análise de Resultados por “Categoria do ScIELO”)

Os meios de pesquisa utilizados foram bibliografias, documentos, relatórios de pesquisa e estatísticas, através de buscas avançadas com as seguintes bancos de dados: SciELO (Scientific Electronic Library Online), base de produções da ONU e suas agências, Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nacion, Biblioteca Digital da Argentina, Biblioteca Ambiental Virtual del Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible de la Nación, biblioteca da Universidad Nacional de Rosário e base bibliográfica de autores como, Rosa Luxemburgo, Karl Marx, Friedrich Engels, György Lukács, Antonio Gramsci, Enrique Dussel, Amartya Sen e reflexões complementares de Angela Davis, Carlos Nelson Coutinho, Ernesto "Che" Guevara, Eugene V. Debs, Florestan Fernandes, Frei Betto, Achille Mbembe, Ho Chi Minh e Karl Korsch.

A pesquisa está estruturada em três capítulos: introdução, capítulo I, capítulo II, capítulo II e conclusão. O primeiro item trata de Conceitos de fome, Direito Humano à Alimentação Adequada e seus tratados. O segundo item trata sobre as políticas sociais adotadas para o combate à fome e à insegurança alimentar na Argentina e na Cidade do Rosário durante a

Pandemia do COVID-19 entre 2019 e 2021. O terceiro item faz uma reflexão sobre o problema da fome e seus resultados, e por fim, a conclusão deste estudo.

1- O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO: A VIOLAÇÃO POR AÇÃO OU OMISSÃO DO ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME

1.1 - O Direito Humano à Alimentação e o Papel das Organizações Internacionais no Combate à Fome

A fome é um problema persistente em muitas partes do Planeta[3]. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 2021, cerca de 811 milhões de pessoas foram afetadas pela fome crônica ou desnutrição. Isso significa que uma em cada dez pessoas no mundo não tem acesso regular a alimentos suficientes para viver uma vida saudável e ativa. Este problema pode ser causado por vários fatores, incluindo conflitos armados, pobreza extrema, mudanças climáticas e desastres naturais, como secas e enchentes. A resolução dessa questão é complexa e requer abordagens múltiplas.

De acordo com José Paulo Netto (1947), importante autor brasileiro da sociologia, com uma perspectiva teórica marxista, reconhecido por suas contribuições para a reflexão crítica sobre temas como política, Estado, classes sociais, capitalismo, marxismo, serviço social, dentre outros, em seu ensaio *"Capitalismo e barbárie contemporânea"* (NETTO, 2012 p.19) considera que a fome não é um problema natural ou inevitável, mas sim o resultado das contradições estruturais do modo de produção capitalista. Ele argumenta que a fome é a expressão mais dramática da luta de classes, sendo um produto da exploração do trabalho, da apropriação privada da terra e dos meios de produção, da concentração de renda e da exclusão social na sociedade.

[3]De acordo com a ONU, o direito humano à alimentação é um direito fundamental reconhecido internacionalmente, que garante que todas as pessoas tenham acesso a alimentos adequados, nutritivos e culturalmente aceitáveis para uma vida saudável e digna. No entanto, a fome ainda persiste em muitas partes do mundo, afetando milhões de pessoas. Nesse contexto, as organizações internacionais, como a ONU e suas agências, desempenham um papel crucial no combate à fome, desenvolvendo políticas e programas para aumentar a produção agrícola, melhorar a distribuição de alimentos e fortalecer as capacidades locais. Essas organizações também promovem a nutrição e a saúde, protegem os direitos das crianças à alimentação adequada e trabalham em parceria com governos e organizações locais para fornecer alimentos e tratamento nutricional em áreas afetadas pela fome.

Organizações internacionais, governos nacionais e ONGs[4] estão trabalhando para reduzir o problema e melhorar a segurança alimentar em todo o mundo, por meio de iniciativas como a promoção da agricultura sustentável, o fornecimento de ajuda humanitária em situações de crise e o desenvolvimento de programas de nutrição para mulheres e crianças. No entanto, durante a pandemia de COVID-19[5], houve um agravamento da fome, da desnutrição e da insegurança alimentar, recolocando o tema na esfera acadêmica, política, operacional e técnica. Segundo o último boletim divulgado pela FAO em 2021, 47,7 milhões de pessoas na América Latina e Caribe estão em situação de insegurança alimentar grave, destaque para o fato de que a Argentina, é o país sul americano onde mais aumentou a insegurança alimentar nos últimos cinco anos, com cerca de 5,4 milhões de sua população vivendo em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, 37% do total de habitantes, um aumento de 17,8 pontos, comparados ao período de 2014 até 2016[6].

Em comparação com outros países da América do Sul, estes índices são bastante preocupantes, até mesmo em um comparativo com o Brasil, onde atualmente o número de habitantes em situação de fome é de 33 milhões, logo, a soma de pessoas em insegurança alimentar na Argentina é de quatro a cada 10 pessoas[7].

Para exemplo de políticas públicas de combate à fome que são referências para o mundo, o Brasil possui um programa de muito sucesso, o Programa Bolsa Família, consistindo em transferência de renda para famílias de baixa renda, que se comprometem a manter seus filhos na escola e garantir atendimento médico.

Desde sua criação em 2003, o Bolsa Família ajudou a retirar milhões de brasileiros da extrema pobreza. Outra iniciativa importante é o Programa Nacional de Alimentação Escolar

---

[4]De acordo com o Dicionário Aurélio, Organizações da Sociedade Civil - OSC, também conhecidas como ONGs, são entidades que não têm fins lucrativos e realizam diversos tipos de ações solidárias para públicos específicos.

[5]A América Latina e o Caribe enfrentam um problema significativo de insegurança alimentar grave, intensificados pela pandemia de COVID-19, com destaque para a Argentina, onde essa situação tem se agravado nos últimos cinco anos. Esse aumento é preocupante, considerando que a Argentina é um país sul-americano com tradição agrícola e importância econômica. Mudanças econômicas, instabilidade financeira e políticas governamentais inadequadas podem ser alguns dos fatores que contribuíram para essa realidade. Para combater essa situação, é crucial a adoção de políticas públicas eficazes, investimentos em agricultura sustentável e inclusão social, a fim de garantir o acesso adequado a alimentos para todos na região.

[6]Hambre e inseguridad alimentaria en Argentina. FAO. 2020. Disponível em: https://www.fao.org/argentina/programas-y-proyectos/historias-de-exito/lucha-hambre/zh/ Acesso em 27 de dezembro de 2022.

[7]Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos. Senado Federal. Brasilia. 14 de novembro. 2022. Disponivel em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos

(PNAE), que garante que as escolas públicas brasileiras forneçam refeições nutritivas e saudáveis para seus alunos. O PNAE tem como objetivo principal promover a alimentação saudável e contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial dos alunos. O programa também incentiva a compra de alimentos produzidos por agricultores locais, contribuindo para o desenvolvimento econômico da região.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é outra política pública de sucesso no Brasil. Esse programa tem como objetivo apoiar a agricultura familiar e garantir que os alimentos produzidos localmente sejam distribuídos para escolas, hospitais e outras instituições públicas. Isso ajuda a fortalecer a economia local e a garantir que os alimentos frescos e saudáveis estejam disponíveis para as pessoas que precisam deles.

Por fim, os Restaurantes Populares são outra iniciativa do governo brasileiro que oferece refeições a preços acessíveis para pessoas de baixa renda. Esses restaurantes são encontrados em várias cidades do Brasil e ajudam a garantir que as pessoas que lutam para colocar comida na mesa possam se alimentar adequadamente. Essas políticas públicas são exemplos bem-sucedidos de como o governo pode ajudar a combater a fome e a pobreza. Embora ainda haja muito a ser feito no Brasil e em todo o mundo, essas iniciativas mostram que é possível fazer a diferença na vida das pessoas por meio de políticas públicas eficazes.

O professor da Universidade Federal da Bahia e da Harvard School of Public Health Flávio Luiz Schieck Valente (1952), autor do livro "*Direito humano à alimentação: desafios e conquistas*", afirma que:

> "A defesa do Direito à alimentação adequada e sua positivação em instrumentos internacionais é uma resposta a uma das maiores crises humanitárias até hoje enfrentadas pela humanidade – a fome –, que assola milhões de seres humanos atualmente." (VALENTE, 2002, p. 52)

Esta reflexão destaca a importância da defesa do Direito à alimentação adequada[8] e sua consolidação em instrumentos internacionais como uma resposta à crise global de fome

[8]De acordo com a ONU, a defesa do Direito à alimentação adequada é fundamental para assegurar uma vida digna e saudável. Garantir o acesso a alimentos adequados e nutritivos é essencial para o desenvolvimento pleno das pessoas. Outrossim, promover políticas e programas que fortaleçam a segurança alimentar e nutricional contribui para a redução da pobreza, melhoria da saúde e estímulo ao desenvolvimento socioeconômico. A defesa desse direito é uma responsabilidade compartilhada entre governos, organizações e sociedade civil, visando a equidade e o bem-estar de todos.

que afeta milhões de pessoas ao redor do mundo. A afirmação reforça a ideia de que o acesso a alimentos adequados e suficientes é um direito humano fundamental e que a fome é um problema grave que deve ser combatido. Ao reconhecer a importância desse direito, os países podem trabalhar juntos para garantir que todas as pessoas tenham acesso a alimentos nutritivos e suficientes[9], o que pode levar a uma melhoria significativa nas condições de vida das pessoas e contribuir para um mundo mais justo e igualitário.

Frei Betto (1944) é um escritor, teólogo e ativista social brasileiro que dedicou grande parte de sua obra à luta contra a fome e a desigualdade social. Ele é conhecido por suas críticas ao modelo econômico que perpetua a fome no mundo e por suas propostas de políticas públicas para superar esse problema. Para Frei Betto, a fome não é um problema de escassez de alimentos, mas sim de desigualdade na distribuição dos recursos, ele argumenta que o modelo econômico atual, baseado no neoliberalismo e na globalização, favorece a concentração de renda e de poder nas mãos de uma pequena elite, enquanto relega a maioria da população a condições precárias de vida.

Em seus artigos *"Por que o MST assusta tanto?"*, *"A humanidade em risco*" e *"fome no Brasil em pleno século XXI é um escândalo"*, Frei Betto propõe uma série de medidas para combater a fome e a desigualdade social, como a reforma agrária, a promoção da agricultura familiar, o acesso à educação e à saúde de qualidade, a implementação de políticas de segurança alimentar e nutricional, entre outras, sempre defendendo que é preciso criar um novo modelo econômico baseado na justiça social e na solidariedade, que valorize a vida e a dignidade humana acima do lucro e do poder.

Através da reflexão apresentada é possível dizer que o direito humano à alimentação é violado pelo Estado quando ele não assegura a todos os seus cidadãos o acesso suficiente e adequado aos alimentos, seja por negligência, falta de recursos ou políticas inadequadas[10].

---

[9]De acordo com a ONU, a cooperação entre países é essencial para garantir que todas as pessoas tenham acesso a alimentos nutritivos e suficientes. Ao trabalharem em conjunto, os países podem compartilhar conhecimentos, recursos e boas práticas, fortalecendo a segurança alimentar global. Promover parcerias internacionais, investir em agricultura sustentável e apoiar programas de combate à fome são medidas fundamentais para alcançar esse objetivo. Ao unir esforços, é possível enfrentar os desafios da insegurança alimentar e promover um futuro mais justo e saudável para todos.

[10]De acordo com a ONU, O direito humano à alimentação é violado pelo Estado quando não garante a todos os seus cidadãos acesso suficiente e adequado aos alimentos. Essa violação pode ocorrer por negligência, falta de recursos ou políticas inadequadas. É responsabilidade do Estado garantir a segurança alimentar e nutricional da população, promovendo políticas públicas eficazes, investimentos adequados e ações para combater a fome e a insegurança alimentar. Assegurar o Direito à alimentação adequada é essencial para a dignidade humana e o desenvolvimento pleno de cada indivíduo.

Quando o Estado não cumpre com sua responsabilidade de garantir esse direito, ele contribui para a perpetuação da fome, da desnutrição e da pobreza. Em outras palavras, é importante que o Estado cumpra seu papel na garantia da segurança alimentar de sua população, para que não haja mais casos de fome, desnutrição e pobreza.

Como exemplo, a partir de 2003, o Estado Brasileiro teve uma presença constante na economia e nas relações sociais do país[11]. Os diversos programas sociais executados anteriormente foram unificados no Programa Bolsa Família, que passou a ser gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Entre os objetivos do programa, descritos no artigo 4º do Decreto Presidencial nº 5.209/2004, estão o combate à fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional, o estímulo à emancipação sustentada das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, o combate à pobreza e a promoção da "intersetorialidade, complementaridade e sinergia das ações sociais do poder público".

De acordo com o artigo de Tuany Baron de Vargas *"Ainda faz sentido discutir políticas públicas sob a perspectiva das regiões? Os desafios do Plano "Brasil sem Miséria"* é apresentado que:

> "Os resultados dessa política são significativos. O Brasil, no período de 2001 a 2011, conseguiu reduzir as linhas de pobreza e extrema pobreza em mais de 55%, fato que não ocorria, de maneira contínua e de tamanha monta, desde meados da década de 1960. O Índice Geni em 2001 chegou a 0,61, já em 2011 alcançou os 0,527. Diante desses avanços, Marcelo Neri, presidente do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada à época, chegou a afirmar, inclusive, que o país havia cumprido a meta do milênio." (VARGAS, T. B. de, 2017, p. 22)

O Estado tem a responsabilidade de adotar medidas para proteger as populações vulnerabilizadas[12], como crianças, idosos, pessoas com deficiência, comunidades indígenas e

[11] De acordo com dados do Banco Mundial, a partir do governo de Lula em 2003, o Estado Brasileiro passou a ter uma presença constante na economia e nas relações sociais do país. Durante esse período, foram implementadas políticas públicas voltadas para o fortalecimento do mercado interno, redução da desigualdade social e promoção do desenvolvimento sustentável. O Estado atuou de forma mais ativa na regulação econômica, no incentivo a setores estratégicos e na ampliação do acesso a serviços públicos essenciais, como educação, saúde e moradia. Essa presença estatal teve impactos significativos na configuração do panorama socioeconômico brasileiro, buscando promover inclusão social e melhoria das condições de vida para a população.

[12] De acordo com a ONU, o Estado tem a responsabilidade de adotar medidas para proteger as populações vulnerabilizadas. Essa responsabilidade decorre do papel fundamental do Estado na promoção do bem-estar social e na garantia dos direitos humanos. É dever do Estado criar políticas e programas que visem mitigar as desigualdades, combater a discriminação e oferecer suporte às pessoas em situação de vulnerabilidade, como os grupos marginalizados, pessoas em situação de pobreza, idosos, crianças, pessoas com deficiência e minorias

outras minorias. Essas medidas podem incluir programas de alimentação escolar, subsídios para famílias de baixa renda e ações para melhorar a produção e acesso a alimentos em áreas rurais e urbanas, entre outras[13].

Outro exemplo de política pública adotada pelo Estado Brasileiro para proteger as populações vulneráveis remetem a gestão da Ex-Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à fome durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de 2010 a 2011 Márcia Helena Carvalho Lopes (1957). Durante sua gestão como ministra, foram implementadas diversas políticas públicas voltadas para a redução da pobreza e da desigualdade social no Brasil. Neste cargo, administrou o terceiro maior ministério em recursos orçamentários do Governo Federal, com 40 bilhões de reais.

Empenhados em programas que auxiliavam e ainda auxiliam milhões de pessoas em todo o Brasil, Márcia Helena Lopes (1957) também teve papel fundamental na criação do Plano *Brasil Sem Miséria*, lançado em 2011, que tinha como objetivo erradicar a extrema pobreza no país. O plano incluía ações como a ampliação do *Bolsa Família,* a criação do programa *Brasil Carinhoso*, que oferece uma renda mínima para famílias extremamente pobres com crianças de até seis anos, e a expansão do acesso a serviços básicos, como água e saneamento[14].

Caso o Estado não cumpra suas obrigações de garantir o direito humano à alimentação, as pessoas têm o direito de buscar recursos legais e mecanismos de responsabilização para exigir mudanças no sistema[15]. É importante compreender o que é o DHAA, assim como os tratados e convenções que o garante como direito fundamental,

---

étnicas. Ao assumir essa responsabilidade, o Estado contribui para construir uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos tenham igualdade de oportunidades e acesso aos seus direitos fundamentais.

[13]De acordo com a ONU, diversas medidas são adotadas visando a inclusão no acesso a alimentos. Programas de alimentação escolar são implementados para garantir refeições nutritivas às crianças, promovendo saúde e aprendizado. Subsídios são direcionados a famílias de baixa renda, assegurando o acesso a alimentos adequados. Além disso, ações são realizadas para melhorar a produção e acesso a alimentos tanto em áreas rurais quanto urbanas, fortalecendo a agricultura familiar, promovendo a segurança alimentar e a sustentabilidade. Essas medidas são essenciais para garantir a igualdade de oportunidades e o bem-estar de todos, contribuindo para uma sociedade mais justa e saudável.

[14]Brasil Sem Miséria. GovBra. 24 de março.2015. Disponível em: https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/brasil-sem-miseria Acesso em 13 de maio de 2023.

[15]Existem recursos legais e mecanismos de responsabilização para exigir mudanças no sistema quando o Estado não cumpre suas obrigações de garantir o direito humano à alimentação. Esses recursos podem incluir ações judiciais, petições aos órgãos de direitos humanos e denúncias junto a instâncias nacionais e internacionais. Por meio desses mecanismos, busca-se responsabilizar o Estado por sua inação ou inadequação de políticas, pressionando-o a tomar medidas efetivas para garantir o acesso adequado a alimentos para todos. Esses recursos são importantes para assegurar a proteção e promoção desse direito fundamental, fortalecendo a busca por justiça social e equidade na sociedade.

outrossim, é relevante examinar a questão da fome e as políticas públicas criadas para combatê-la, especialmente na América Latina e Caribe.

No livro *"Sociologia da Alimentação"*, Jean-Pierre Poulain (1956), Sociólogo e Professor da Universidade de Toulouse, discute diversos temas com relação à alimentação. Ao ler a obra de Poulain (2002, apud GIORGI, 2015), é possível interpretar que é responsabilidade do Estado assegurar o acesso de toda a população a uma alimentação adequada e saudável. Para isso, é necessário implementar políticas públicas que garantam a disponibilidade física e a acessibilidade económica aos alimentos, assim como o incentivo à produção e consumo de alimentos nutritivos, proteção dos direitos do consumidor, entre outras ações.

A ausência de acesso a uma alimentação que atenda às necessidades nutricionais pode acarretar em prejuízos significativos tanto para a saúde física quanto para a saúde mental das pessoas[16]. Além disso, a falta de acesso a alimentos adequados pode levar a doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares, e atrasar o desenvolvimento físico e cognitivo de crianças. Também pode haver impactos psicológicos negativos, como ansiedade, depressão e estresse. Portanto, é importante garantir o acesso a uma alimentação saudável e nutricionalmente adequada para a promoção da saúde e do bem-estar. O Estado tem como finalidade primordial assegurar o direito humano à alimentação, incumbindo-se, para tanto, de estabelecer políticas e programas que visem solucionar as raízes fundamentais da insegurança alimentar e da desnutrição. É imprescindível, nesse sentido, que sejam abordadas questões subjacentes, como a pobreza, a carência de acesso aos recursos produtivos e questões estruturais que afetam a agricultura e a produção de alimentos, a fim de promover efetivamente a segurança alimentar e nutricional da população.

O DHAA é um dos direitos fundamentais reconhecidos pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos. Garantido desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e é também estabelecido em outros tratados e convenções internacionais, como o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) de 1966.

[16]De acordo com a ONU, a ausência de acesso a uma alimentação que atenda às necessidades nutricionais pode acarretar em prejuízos significativos tanto para a saúde física quanto para a saúde mental das pessoas. A falta de nutrientes essenciais pode levar a deficiências nutricionais, comprometendo o funcionamento adequado do organismo e aumentando o risco de doenças. Além disso, a má nutrição pode impactar negativamente o bem-estar psicológico, afetando o humor, a cognição e a qualidade de vida. Garantir o acesso a uma alimentação adequada é fundamental para promover uma vida saudável e prevenir problemas de saúde, destacando a importância de políticas e ações voltadas para a segurança alimentar e nutricional.

Através do PIDESC, especificamente em seu artigo 11, que (BRASIL, 1992, p.5) "reconhece o direito de todos a um padrão de vida adequado[17] (...) igualmente, alimentação adequada" como também, "o direito fundamental de todos de estar livre da fome", que a expressão "Direito Humano à Alimentação Adequada" teve sua origem. O Direito à alimentação adequada é previsto no Artigo 12 do Protocolo Adicional à Convenção Americana em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador).

O PIDESC reconhece o direito de toda pessoa a um padrão de vida adequado, incluindo alimentação, vestuário e habitação, bem como a melhoria contínua das condições de existência. De acordo com o PIDESC, o DHAA significa que todas as pessoas têm direito a acesso físico e econômico a alimentos adequados, suficientes e nutritivos, que satisfaçam suas necessidades nutricionais e alimentares, além disso, o PIDESC estabelece a obrigação dos Estados de respeitar, proteger e promover o direito humano à alimentação. Os Estados são responsáveis por garantir que todas as pessoas tenham acesso à alimentação adequada, incluindo as mais vulneráveis, como crianças, mulheres grávidas, pessoas com deficiência, povos indígenas e outros grupos marginalizados[18]. O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais é o órgão responsável por monitorar a implementação do PIDESC pelos Estados-partes e interpretar suas disposições, enfatizando a importância da participação ativa das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional na definição de políticas e programas voltados à garantia do direito humano à alimentação.

Olivier De Schutter (1968), ex-relator especial das Nações Unidas para o Direito à alimentação adequada, aprofundou e explicitou a sustentabilidade como elemento

[17]De acordo com a ONU, "Padrão de vida adequado" é um conceito que se refere a um conjunto de condições e recursos necessários para que uma pessoa possa viver com dignidade. O direito a um padrão de vida adequado está previsto em diversos documentos internacionais, incluindo o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Um padrão de vida adequado inclui, por exemplo, o acesso a alimentos nutritivos e suficientes, água potável, saneamento básico, moradia adequada, vestuário adequado, assistência médica e educação. Também pode incluir outros serviços e bens essenciais, como transporte, eletricidade, aquecimento e equipamentos de cozinha. No entanto, é importante destacar que o conceito de "padrão de vida adequado" pode variar de acordo com o contexto cultural, social e econômico em que a pessoa se encontra. O que é considerado um padrão de vida adequado em um país pode não ser o mesmo em outro país, ou mesmo em diferentes regiões do mesmo país.

[18]De acordo com a ONU, os Estados têm a obrigação de respeitar, proteger e promover o direito humano à alimentação. É responsabilidade dos Estados garantir que todas as pessoas, incluindo grupos vulneráveis como crianças, mulheres grávidas, pessoas com deficiência, povos indígenas e outros grupos marginalizados, tenham acesso à alimentação adequada. Isso implica em adotar medidas para combater a fome, promover a segurança alimentar, implementar políticas públicas eficazes e assegurar o acesso físico e econômico a alimentos nutritivos e culturalmente aceitáveis. Os Estados devem atuar para reduzir as desigualdades e garantir a dignidade e o bem-estar de todos os indivíduos através do cumprimento desse direito fundamental.

fundamental para a garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas. A sustentabilidade é um elemento fundamental para a garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas porque a produção, distribuição e consumo de alimentos devem ser realizados de maneira a garantir a disponibilidade e acessibilidade de alimentos saudáveis e nutritivos para todos, evitando doenças crônicas não transmissíveis e obesidade ao mesmo tempo em que se protege o meio ambiente e se mantém a capacidade de produzir alimentos no futuro. (SCHUTTER, 2014).

No campo do Sistema Regional de Direitos Humanos, ainda que o direito humano à alimentação não esteja categoricamente previsto na Convenção Americana de Direitos Humanos[19], o entendimento regular da Convenção autoriza afirmar que uma série de dispositivos existem para garantir a sua promoção e proteção (CIDH, 1969). Como no caso da Comunidade Indígena *Yanke Axa,* onde a Corte Internacional de Direitos Humanos (CorteIDH, 1979) compreendeu que o direito à vida incluía o acesso às condições que proporcionam à comunidade uma sobrevivência digna e com base nesta avaliação, a Corte compreendeu que seria importante avaliar, se o Paraguai teria cumprido ou não com suas obrigações em relação ao direito à vida como exposto:

> Artigo 4 da Convenção, em relação com o dever geral de garantia contido no artigo 1.1 e com o dever de desenvolvimento progressivo contido no artigo 26 da mesma, e dos artigos 10 (Direito à Saúde); 11 (Direito a um Meio Ambiente Sadio); 12 (Direito à alimentação adequada); 13 (Direito à Educação) e 14 (Direito aos Benefícios da Cultura) do Protocolo Adicional à Convenção Americana em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e as disposições pertinentes da Convenção nº. 169 da OIT. (CorteIDH, 2014. p. 37)

Ao considerar os fatos desse caso, a CorteIDH reconheceu que as condições de extrema pobreza vivenciadas pela Comunidade Indígena *Yanke Axa* afetaram significativamente sua alimentação e saúde, impactando a sua dignidade existencial.

[19]De acordo com o Banco Mundial, no campo do Sistema Regional de Direitos Humanos, é importante notar que o direito humano à alimentação não está categoricamente previsto na Convenção Americana de Direitos Humanos. Embora essa Convenção não mencione especificamente o Direito à alimentação adequada, é importante destacar que os princípios e normas gerais consagrados no sistema regional, como o direito à vida, à saúde, à igualdade e à dignidade humana, têm relevância direta para a garantia do acesso adequado a alimentos e para a luta contra a fome e a insegurança alimentar. Nesse sentido, a interpretação evolutiva do sistema regional tem reconhecido a importância do Direito à alimentação adequada como um componente essencial dos direitos humanos, fortalecendo a necessidade de medidas e políticas para promover a segurança alimentar e nutricional em toda a região.

Em 1999, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas (CESCR) que é um órgão encarregado de monitorar a implementação do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), elaborou o Comentário Geral 12, que é uma recomendação emitida pelo CESCR que detalha o conteúdo do DHAA estabelecido no artigo 11 do PIDESC. O Comentário Geral 12 oferece orientações para que os países possam implementar políticas públicas que garantam o direito humano à alimentação de forma adequada, com acesso regular e permanente a alimentos nutritivos, em quantidade suficiente e culturalmente adequados, sem colocar em risco outros direitos humanos.

No ano de 2002, o Conselho da FAO, criou formalmente um grupo de trabalho de governos internacionais para desenvolver um conjunto de instruções voluntárias sobre a realização progressiva do Direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional[20], este conjunto tem como objetivo orientar os países na implementação do direito humano à alimentação adequada. As diretrizes são voluntárias[21] e não são vinculantes, mas visam fornecer uma estrutura para a formulação de políticas e programas para garantir a segurança alimentar e nutricional de todas as pessoas. As diretrizes também enfatizam a importância de uma aproximação participativa, envolvendo as pessoas que enfrentam insegurança alimentar e nutricional e suas comunidades na elaboração e implementação de políticas e programas alimentares, onde também é importante discutir as causas estruturais da fome e da desnutrição, como a pobreza e a desigualdade.

As diretrizes estabelecem uma abordagem abrangente para a segurança alimentar e nutricional, enfatizando a importância da participação e empoderamento das comunidades locais, incluindo povos indígenas e outras comunidades tradicionais, na elaboração e implementação de políticas alimentares. Também destacam a importância da igualdade de

[20]De acordo com o Dicionário Aurélio, Um grupo de trabalho de governos internacionais é um conjunto de representantes de diferentes países que se reúnem para desenvolver instruções voluntárias sobre a realização progressiva do Direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Essas instruções têm como objetivo fornecer diretrizes e orientações para os Estados sobre como promover o acesso adequado a alimentos, combater a fome e melhorar a segurança alimentar. O grupo de trabalho busca estabelecer princípios e medidas práticas que os governos podem adotar para garantir o Direito à alimentação adequada, incentivando a cooperação internacional nesse processo.

[21]De acordo com o Dicionário Aurélio, Diretrizes Voluntárias são recomendações elaboradas por organizações ou grupos, que têm como objetivo orientar ações e práticas voluntárias para melhorar o desempenho em determinada área. Essas diretrizes geralmente são elaboradas por organizações internacionais, como a ONU, e servem como um guia para os Estados, organizações da sociedade civil, empresas e outros atores que desejam seguir práticas voluntárias responsáveis em áreas como direitos humanos, desenvolvimento sustentável, comércio, meio ambiente, entre outras.

gênero e da participação plena e igual das mulheres nas tomadas de decisão relacionadas à alimentação.

Importantes tópicos são elencados para que os Estados garantam o Direito à alimentação adequada através da adoção de políticas, planos e programas para esse fim. O referido documento deixa claro a necessidade de garantir a disponibilidade física e econômica de alimentos adequados, promover o acesso equitativo aos alimentos, apoiar a produção sustentável de alimentos e promover a educação alimentar e nutricional. O objetivo do Conjunto de Diretrizes Voluntárias sobre a Realização Progressiva do Direito à alimentação adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional[22] é fornecer um quadro para ajudar os países a garantir que todas as pessoas tenham acesso a alimentos adequados, suficientes e nutritivos, além de trabalhar para garantir a segurança alimentar e nutricional de todos. Em síntese, essas diretrizes visam promover a alimentação adequada e saudável para todos, promover a sustentabilidade da produção de alimentos e combater a fome e a desnutrição em todo o mundo.

Após a sua aprovação em 2004 pelos 151 países que compõem o Conselho da FAO, o Direito Humano à Alimentação Adequada foi objeto de discussões por governos e pela primeira vez os Estados chegaram a um acordo sobre o seu significado. Durante a 127ª Sessão do Conselho da FAO em 2004, foram estabelecidas as Diretrizes Voluntárias da FAO. As diretrizes consistem em um conjunto de orientações projetadas para ajudar os países a implementar políticas e práticas sustentáveis para a gestão da terra, pesca e agricultura. A criação destas diretrizes contou com a participação de governos, organizações da sociedade civil, organizações internacionais e outros *stakeholders*[23] em um processo de consulta internacional.

---

[22]De acordo com a ONU, conjunto de Diretrizes Voluntárias sobre a Realização Progressiva do Direito à alimentação adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional é um documento que oferece orientações práticas para os países sobre como avançar na garantia do Direito à alimentação adequada. Essas diretrizes, embora não sejam obrigatórias legalmente, são reconhecidas como referência importante para a implementação de políticas e programas relacionados à segurança alimentar e nutricional. Elas abordam questões como acesso a alimentos adequados, promoção de sistemas alimentares sustentáveis, redução da pobreza e desigualdade, fortalecimento da agricultura familiar, entre outros aspectos relevantes. O objetivo principal é auxiliar os Estados na construção de estratégias eficazes para assegurar que todas as pessoas tenham acesso a uma alimentação adequada, em conformidade com os princípios dos direitos humanos.

[23]De acordo com o Dicionário Aurélio, o termo "stakeholders" se refere a todas as partes interessadas ou envolvidas em uma determinada situação, projeto ou organização. São pessoas, grupos ou entidades que têm interesse, influência ou são afetados direta ou indiretamente por uma questão específica. Os stakeholders podem incluir governos, empresas, organizações não governamentais, comunidades locais, consumidores, trabalhadores, entre outros. O envolvimento e a consideração dos diferentes stakeholders são fundamentais

As Diretrizes Voluntárias da FAO, apesar de terem sido criadas em 2004, só foram adotadas em 2012 e consistem em 10 conjuntos de diretrizes. Alguns desses conjuntos incluem as diretrizes voluntárias para o Uso Sustentável da Terra, Pesca e Florestas em Contextos de Segurança Alimentar Nacional e as diretrizes voluntárias para a Proteção dos Direitos Humanos no acesso à Terra, Pesca e Florestas. Essas diretrizes visam contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar e a melhoria das condições de vida das comunidades rurais, fornecendo orientação sobre questões relacionadas à gestão da terra, pesca e agricultura, incluindo a gestão dos recursos naturais, a proteção dos direitos humanos e o estabelecimento de políticas e práticas sustentáveis. Ademais, são uma ferramenta para monitorar e avaliar as políticas e programas de gestão de recursos naturais, a fim de garantir que estejam alinhados com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

A alimentação e nutrição adequadas estão intimamente ligadas à saúde, bem-estar e qualidade de vida das pessoas, no entanto, o sistema alimentar mundial é insustentável, pois é marcado por desigualdades, desperdício de alimentos, exploração de recursos naturais e degradação ambiental e, para que se garantam tais direitos, é importante incentivar um sistema alimentar sustentável que permita a produção de alimentos saudáveis e nutritivos, proteção da biodiversidade, redução do desperdício de alimentos e apoio à agricultura familiar e comunitária.

A consecução desses objetivos pode ser alcançada mediante a implementação de políticas públicas que fomentem práticas agrícolas sustentáveis, a adoção de tecnologias mitigadoras de impactos ambientais, a promoção da agroecologia e da agricultura de base familiar, a minimização do desperdício alimentar e o acesso equânime a alimentos nutritivos e saudáveis. A sustentabilidade, portanto, desponta como um elemento crucial para salvaguardar o direito humano à alimentação e nutrição adequadas, bem como garantir o bem-estar e a saúde da população, além de preservar o meio ambiente para as próximas gerações.

---

para o planejamento, implementação e avaliação de iniciativas, buscando alcançar resultados mais inclusivos, equitativos e sustentáveis. A participação ativa dos stakeholders é essencial para garantir a representatividade e a diversidade de perspectivas, fortalecendo a tomada de decisões e promovendo o desenvolvimento harmonioso das ações.

Conforme Juarez Freitas (1961), renomado jurista brasileiro, reconhecido pela sua vasta produção acadêmica e atuação na área de direito ambiental e desenvolvimento sustentável:

> "A sustentabilidade é empática e solidária ao oferecer condições de universalização da sobrevivência digna; a insaciabilidade está voltada para a crença tola de que o antropocentrismo é inextirpável, em vez de vê-lo, a partir de certo ponto, como contrário a seleção natural." (FREITAS, 2011, p.73)

A partir desta reflexão, compreende-se que a sustentabilidade é um conceito que busca garantir a sobrevivência digna de todas as pessoas e seres vivos do planeta[24], através da promoção de ações e políticas que levem em consideração as necessidades presentes e futuras da sociedade e do meio ambiente. Nesse sentido, a sustentabilidade é caracterizada como empática e solidária, já que procura oferecer condições justas e equitativas para todos. Por outro lado, a insaciabilidade é uma atitude que se baseia na busca incessante por mais recursos e bens materiais, sem levar em consideração os limites ecológicos e sociais do planeta. Essa atitude está fundamentada na crença equivocada de que os seres humanos são o centro do universo e que tudo deve estar subordinado aos seus interesses, o que é chamado de antropocentrismo[25].

Segundo (FREITAS, 2011, p.77), a visão antropocêntrica é prejudicial à sobrevivência do planeta a longo prazo, uma vez que não leva em consideração a necessidade de um equilíbrio ecológico e social para a sobrevivência de todas as espécies. A sustentabilidade, por outro lado, apresenta-se como um modelo que visa atender às necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias

[24]De acordo com o Dicionário Aurélio, o sustentabilidade é um conceito que visa assegurar a sobrevivência digna de todas as pessoas e seres vivos do planeta. Trata-se de um princípio que reconhece a interdependência entre o meio ambiente, a sociedade e a economia. Busca-se equilibrar o uso responsável dos recursos naturais, a conservação da biodiversidade e a promoção do bem-estar humano, tanto no presente quanto nas gerações futuras. A sustentabilidade envolve a adoção de práticas e políticas que levem em consideração a capacidade de regeneração e resiliência dos ecossistemas, a justiça social, a redução do impacto ambiental e o desenvolvimento econômico sustentável. É um caminho para enfrentar os desafios globais, preservar os recursos naturais e garantir um futuro mais equitativo e saudável para todos.

[25]De acordo com o Dicionário Aurélio, o antropocentrismo é uma perspectiva que coloca os seres humanos no centro de todas as considerações e atribuições de valor. É uma visão que enfatiza a supremacia e a prioridade dos interesses humanos sobre os demais seres e o meio ambiente. O antropocentrismo tende a ignorar ou subvalorizar os direitos e o valor intrínseco de outras formas de vida, tratando-as principalmente como recursos a serem explorados em benefício humano. Essa abordagem pode levar a práticas insustentáveis, injustiças ambientais e danos ao equilíbrio dos ecossistemas. Em contrapartida, outras perspectivas, como o biocentrismo e o ecocentrismo, buscam valorizar e considerar os interesses e direitos de todas as formas de vida, promovendo uma abordagem mais equilibrada e sustentável em relação à interação humana com o meio ambiente.

necessidades. Nesse contexto, a reflexão sobre a importância de repensarmos nossos valores e práticas em relação ao consumo se torna relevante, considerando que a busca incessante pelo consumo e acumulação de bens e recursos pode levar a uma exploração desenfreada dos recursos naturais e sociais, tendo consequências graves para o meio ambiente e para as comunidades afetadas. Dessa forma, a adoção de uma postura mais consciente e responsável em relação ao consumo, privilegiando a qualidade em vez da quantidade, valorizando a produção local e sustentável, e estando disposto a fazer mudanças em nossas vidas, contribui para um mundo mais justo e equilibrado[26].

Ainda conforme (FREITAS, 2011, p. 47-70), este questiona o conceito apresentado no *Relatório Brundtland*[27], argumentando que ele simplifica demais a ideia de sustentabilidade ao relacioná-la somente com as necessidades humanas. O autor enfatiza que essas necessidades não devem ser vistas como desejos insaciáveis e que a sustentabilidade deve abranger não apenas os seres humanos, mas também todos os seres vivos, conforme defendido pelo relatório da Comissão de Meio Ambiente da ONU em busca de um "futuro comum".

A Declaração de Nyélény foi adotada durante o Fórum Internacional de Nyélény sobre Soberania Alimentar em 2007, e representa uma importante manifestação de grupos marginalizados de todo o mundo em defesa da agricultura camponesa e da soberania alimentar. O documento afirma que a soberania alimentar é um direito humano fundamental e destaca a importância da agricultura camponesa, da pesca artesanal, da criação de animais e do manejo florestal como formas historicamente eficazes de produzir alimentos. A declaração também defende a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas locais, bem como a promoção de sistemas alimentares baseados em alimentos saudáveis, seguros e

[26]De acordo com a ONU, a adoção de uma postura mais consciente e responsável em relação ao consumo tem um impacto significativo na construção de um mundo mais justo e equilibrado. Ao priorizarmos a qualidade em vez da quantidade, valorizarmos a produção local e sustentável, e estarmos dispostos a fazer mudanças em nossas vidas, contribuímos para reduzir os impactos negativos do consumo desenfreado. Ao escolhermos produtos e serviços que estejam alinhados com princípios éticos, ambientais e sociais, incentivamos práticas mais sustentáveis e responsáveis por parte das empresas e produtores. Além disso, ao consumir de forma mais consciente, reduzimos o desperdício, a exploração de recursos naturais e as desigualdades sociais. Essa postura ativa como consumidores pode impulsionar a transição para um modelo econômico mais sustentável, valorizando o equilíbrio entre as necessidades humanas e a preservação do meio ambiente.

[27]O Relatório Brundtland, também conhecido como "Nosso Futuro Comum", é um documento elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, em 1987. O relatório foi intitulado assim em homenagem à primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que presidiu a comissão.

culturalmente apropriados. Como resultado, a declaração tornou-se um marco importante na luta global pela soberania alimentar e inspirou a criação de movimentos e organizações em todo o mundo que trabalham para proteger os direitos dos povos que produzem alimentos e promovem sistemas alimentares justos e sustentáveis.

A escritora e ativista indiana Vandana Shiva (1952) discute a importância da Declaração de Nyélény em seu livro *"Soil Not Oil: Environmental Justice in an Age of Climate Crisis" (2008)*. Nesta obra ela destaca a importância da agricultura camponesa e da soberania alimentar, apontando a Declaração de Nyélény como uma das principais referências para essas ideias.

Após a promulgação da declaração, foram obtidos ganhos como o reconhecimento da importância da agricultura familiar e dos sistemas agrícolas locais, o estímulo à produção e consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis, o fortalecimento da participação das comunidades na definição de políticas públicas, a valorização das culturas alimentares e a promoção da justiça social. Além disso, há o reconhecimento da interdependência entre as questões agrícolas, alimentares, ambientais e sociais[28].

1.2 - Soberania Alimentar e Políticas Públicas de Estado: Uma Análise sobre o Combate à Fome

A soberania alimentar é um conceito que se relaciona com o direito dos povos decidirem sobre quais alimentos produzir e consumir[29]. Essa abordagem é holística e coloca

[28]De acordo com a ONU, existe uma interdependência fundamental entre as questões agrícolas, alimentares, ambientais e sociais. Esses aspectos estão intrinsecamente ligados e influenciam-se mutuamente. A agricultura desempenha um papel central na produção de alimentos, afetando a segurança alimentar, a nutrição e a saúde das pessoas. Por sua vez, as práticas agrícolas têm um impacto direto no meio ambiente, na conservação da biodiversidade e na qualidade dos recursos naturais, como solo e água. Ademais, a agricultura também possui implicações sociais, como o emprego rural, a distribuição de renda e o desenvolvimento das comunidades. Reconhecer a interdependência entre essas questões é essencial para promover abordagens integradas e sustentáveis, que considerem a busca por soluções equilibradas que beneficiem tanto as pessoas quanto o planeta.

[29]De acordo com a ONU, a soberania alimentar refere-se ao direito dos países de definirem suas próprias políticas agrícolas e alimentares, com o objetivo de garantir o acesso seguro, adequado e culturalmente apropriado a alimentos para todas as pessoas. É um conceito que destaca a importância da autonomia dos povos na produção, distribuição e consumo de alimentos, promovendo a participação ativa das comunidades locais e valorizando as práticas agrícolas sustentáveis. As políticas públicas de Estado desempenham um papel fundamental no combate à fome e na promoção da soberania alimentar. Por meio dessas políticas, os governos podem implementar programas e ações voltados para o fortalecimento da agricultura familiar, o apoio à produção sustentável de

os direitos dos produtores e consumidores no centro do sistema alimentar. Ela reconhece que a produção e distribuição de alimentos não se limitam apenas a questões técnicas, mas envolvem aspectos políticos e sociais. A soberania alimentar, desde esta perspectiva, defende que os povos têm o direito de decidir sobre suas próprias políticas alimentares.

Esse conceito também envolve a ideia de que os alimentos devem ser produzidos de forma sustentável e com respeito ao meio ambiente. Para garantir a satisfação das necessidades e desejos das pessoas no que se refere à produção de alimentos, é de suma importância que as comunidades locais participem de maneira ativa e engajada nesse processo. Um exemplo prático dessa participação é a criação de hortas comunitárias, onde os membros da comunidade podem cultivar seus próprios alimentos e compartilhar conhecimentos e recursos entre si, configurando-se como um processo colaborativo e inclusivo.

Além de que, a soberania alimentar é um conceito oposto à ideia de "segurança alimentar"[30], que é frequentemente usada para se referir ao acesso aos alimentos em quantidades suficientes para satisfazer as necessidades básicas. Em vez disso, a soberania alimentar se concentra no direito dos povos de decidir, construído de forma coletiva por movimentos sociais e pela população que luta para alimentar a si e suas comunidades, remete também à preservação de sementes tradicionais (crioulas) e da biodiversidade agrícola, além da valorização de culturas como os hábitos alimentares de diversas populações (LEÃO, 2013).

O economista e ativista brasileiro, fundador e dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stedile (1953) em seu ensaio *"Soberanía*

---

alimentos, a distribuição equitativa de recursos, o acesso a mercados justos e a promoção da segurança alimentar. Uma análise abrangente sobre o combate à fome envolve a compreensão das interações entre soberania alimentar e políticas públicas de Estado. Ao promover a participação ativa dos diferentes atores sociais e implementar estratégias eficazes, é possível avançar na construção de um sistema alimentar mais justo, equitativo e sustentável, garantindo o direito fundamental à alimentação para todos

[30]De acordo com a ONU, a soberania alimentar e a segurança alimentar são conceitos distintos e, em certos aspectos, opostos. A segurança alimentar refere-se à garantia de que todas as pessoas tenham acesso físico, social e econômico a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para uma vida saudável. É um objetivo amplamente aceito em nível global para combater a fome e a desnutrição. Por outro lado, a soberania alimentar é um conceito que destaca o direito dos povos e das nações de definirem suas próprias políticas agrícolas e alimentares, levando em consideração sua cultura, tradições e recursos locais. Ela enfatiza a importância da participação das comunidades locais na tomada de decisões relacionadas à produção, distribuição e consumo de alimentos. Enquanto a segurança alimentar busca garantir o acesso aos alimentos, a soberania alimentar vai além, defendendo o controle local sobre os sistemas alimentares e promovendo a autonomia dos povos na determinação de suas políticas agrícolas. Embora possam ter objetivos semelhantes, os dois conceitos diferem em suas abordagens e enfoques. A soberania alimentar valoriza a diversidade cultural e busca transformar os sistemas alimentares, promovendo a sustentabilidade e a justiça social.

alimentaria: una necesidad de los pueblos" afirma que o alimento não deve ser tratado como uma mercadoria, mas sim como um direito humano fundamental. De acordo com os autores, a lógica do mercado que impera na produção e distribuição de alimentos muitas vezes coloca em risco a segurança alimentar e nutricional das pessoas, além de degradar o meio ambiente e comprometer a autonomia e a cultura dos povos. Assim, a soberania alimentar busca resgatar a importância da agricultura familiar e camponesa, da agroecologia, da biodiversidade e da diversidade cultural para a construção de um sistema alimentar mais justo e sustentável, que possa garantir a segurança alimentar e nutricional de todas as pessoas (STEDILE; CARVALHO, 2013).

Os sistemas alimentares, a saúde e as mudanças climáticas estão intimamente relacionados e influenciam-se mutuamente[31]. Estes sistemas têm um impacto significativo nas mudanças climáticas, uma vez que a produção de alimentos é responsável por uma grande parte das emissões de gases de efeito estufa, como dióxido de carbono, metano e óxido nitroso, além disso, o desmatamento, a produção de fertilizantes e o transporte de alimentos também contribuem para as emissões de gases de efeito estufa. As mudanças climáticas, por sua vez, afetam os sistemas alimentares, com eventos climáticos extremos, como secas e inundações, que podem causar perdas na produção, na qualidade dos alimentos e consequentemente da nutrição, que está diretamente relacionada à saúde humana. Os sistemas alimentares modernos muitas vezes promovem uma dieta pobre em nutrientes e rica em calorias, o que pode levar a problemas de saúde como obesidade, diabetes e doenças cardíacas, por outro lado, uma dieta saudável e equilibrada é importante para prevenir essas doenças e promover a saúde em geral.

[31]De acordo com a ONU, os sistemas alimentares, a saúde e as mudanças climáticas estão intrinsecamente interligados e exercem influência mútua. Os sistemas alimentares têm um impacto significativo na saúde humana e no meio ambiente. Por sua vez, as mudanças climáticas afetam a disponibilidade e a qualidade dos alimentos, bem como a saúde das pessoas. Os sistemas alimentares atuais, caracterizados por práticas intensivas de produção, consumo excessivo de alimentos ultraprocessados e desperdício, contribuem para problemas de saúde, como obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares. Outrossim, esses sistemas têm um grande impacto ambiental, incluindo desmatamento, uso excessivo de recursos naturais e emissões de gases de efeito estufa. As mudanças climáticas, por sua vez, alteram os padrões climáticos, afetando a produção agrícola, a disponibilidade de água e a distribuição geográfica de doenças transmitidas por alimentos. Eventos climáticos extremos, como secas e inundações, podem levar à escassez de alimentos e à insegurança alimentar. Portanto, compreender a interconexão entre sistemas alimentares, saúde e mudanças climáticas é essencial para abordar esses desafios de forma integrada. A promoção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e resilientes é fundamental para proteger a saúde humana e mitigar os impactos das mudanças climáticas, contribuindo para um futuro mais equilibrado e sustentável

Para enfrentar esses desafios, é necessário repensar e transformar os sistemas alimentares, adotando práticas mais sustentáveis e investimento em tecnologias para poder desempenhar um papel importante na transformação dos sistemas alimentares[32]. A agricultura de precisão, por exemplo, pode ajudar a reduzir o uso de insumos agrícolas e melhorar a eficiência na produção de alimentos, a produção de alimentos alternativos, como carne vegetal e leite de origem vegetal, também pode contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa e promover dietas mais saudáveis.

É fundamental ressaltar que as mudanças nos sistemas alimentares devem ser realizadas de maneira justa e inclusiva, de modo a beneficiar todos os envolvidos na produção de alimentos e garantir que a população tenha acesso a alimentos saudáveis e nutritivos. Para isso, é necessário promover sistemas alimentares locais, valorizar a agricultura familiar e os pequenos produtores. No entanto, transformar esses sistemas para torná-los mais justos, sustentáveis e saudáveis requer mudanças em várias áreas. Abaixo, apresentamos algumas maneiras de transformar os sistemas alimentares.

O apoio à agricultura familiar é crucial, uma vez que o agricultor familiar é responsável por grande parte da produção de alimentos no mundo. No entanto, muitos desses agricultores enfrentam desafios significativos, como a falta de acesso à terra, sementes e insumos agrícolas. Ao apoiar a agricultura familiar, é possível fortalecer os sistemas alimentares locais e aumentar a segurança alimentar.

Embora não seja uma política pública, o cooperativismo de crédito pode ser um bom exemplo de incentivo por parte do governo como uma forma de desenvolvimento econômico e social, principalmente quando direcionada para a agricultura familiar. O cooperativismo de crédito para a agricultura familiar é uma forma de organização financeira que visa atender as necessidades de crédito e serviços financeiros de pequenos agricultores e suas famílias, por meio de uma cooperativa de crédito. No caso da agricultura familiar, pode ser uma alternativa

[32]De acordo com a FAO, repensar e transformar os sistemas alimentares é crucial para enfrentar os desafios atuais e futuros. A adoção de práticas mais sustentáveis, como agricultura regenerativa, redução do desperdício de alimentos e promoção de dietas saudáveis e sustentáveis, é fundamental para garantir a segurança alimentar e mitigar os impactos ambientais. Investir em tecnologias inovadoras também desempenha um papel importante nessa transformação. A agricultura de precisão, por exemplo, pode otimizar o uso de recursos naturais, reduzir o uso de agroquímicos e aumentar a eficiência da produção. Além disso, o uso de tecnologias digitais e blockchain pode melhorar a rastreabilidade dos alimentos, promovendo a transparência e a confiança entre produtores e consumidores. Ao repensar e transformar os sistemas alimentares, estamos construindo um caminho para a sustentabilidade, promovendo a conservação dos recursos naturais, a saúde das pessoas e a equidade social. É um desafio global que requer a colaboração entre governos, setor privado, sociedade civil e consumidores, visando a construção de um futuro alimentar mais resiliente, justo e saudável.

interessante para obter acesso a crédito de forma mais acessível[33] e com condições mais favoráveis do que as oferecidas pelos bancos tradicionais. Isso porque, as cooperativas de crédito possuem taxas de juros mais baixas e podem oferecer linhas de crédito específicas para a agricultura familiar, que muitas vezes são mais adequadas para as necessidades dos pequenos produtores.

Em seu artigo *"Sistema financeiro nacional e agricultura familiar: Inovações, benefícios e limites ao cooperativismo de crédito"*, Professor Paulo Opuszka, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), aponta que o cooperativismo de crédito se destaca por sua contribuição para o desenvolvimento incentivando a formação de poupança e o financiamento de projetos empresariais e rurais.

> "A contribuição ao desenvolvimento local da comunidade no qual se insere principalmente, em razão dos aspectos de formação de poupança e financiamento de iniciativas empresariais e rurais, é uma característica marcante do setor do cooperativismo de crédito, e por isto, se apresenta na atualidade como segmento de grande importância à sociedade brasileira. O cooperativismo de crédito visa promover o bem estar social aliado a um modelo socioeconômico de desenvolvimento sustentável, o qual se fundamenta na união de pessoas, e não no lucro, no capital." (CASTRO; OPUSZKA, 2013 p. 30)

Portanto, o cooperativismo de crédito é uma forma de promover o desenvolvimento econômico e social em determinada região ou país.

A promoção da agroecologia[34] é outra estratégia importante para transformar os sistemas alimentares. A agroecologia é um sistema agrícola que promove a produção de

[33]De acordo com a ONU, o acesso a crédito de forma mais acessível é fundamental para impulsionar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão financeira. A disponibilidade de crédito em condições favoráveis, como taxas de juros acessíveis e prazos adequados, permite que indivíduos e empresas tenham recursos financeiros para investir, expandir negócios, adquirir bens duráveis ou enfrentar situações de emergência. Quando o acesso a crédito é facilitado, especialmente para grupos historicamente excluídos, como pequenos empreendedores, agricultores familiares e microempresas, há um estímulo ao empreendedorismo, geração de empregos e fortalecimento da economia local. Um acesso mais acessível ao crédito pode promover a inclusão social e reduzir desigualdades, permitindo que pessoas de baixa renda tenham oportunidades de investimento e melhorem sua qualidade de vida. Portanto, políticas e medidas que incentivem e facilitem o acesso a crédito de forma mais acessível são fundamentais para promover o desenvolvimento econômico sustentável e a inclusão financeira, fortalecendo a capacidade das pessoas e das comunidades de realizarem seus projetos e alcançarem suas aspirações.

[34]De acordo com a ONU, a promoção da agroecologia busca transformar e melhorar os sistemas de produção agrícola, adotando princípios e práticas sustentáveis. A agroecologia valoriza a harmonia entre os processos ecológicos, a biodiversidade, a saúde do solo e a conservação dos recursos naturais. Ao contrário dos métodos convencionais de agricultura intensiva, a agroecologia promove o uso de técnicas que respeitam a natureza, como o manejo integrado de pragas, a diversificação de cultivos, a rotação de culturas e o uso de adubos

alimentos saudáveis e sustentáveis, evitando o uso de produtos químicos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente e respeitando os ciclos naturais. A promoção da agroecologia pode ajudar a reduzir os impactos negativos da agricultura convencional. Pode incluir o desenvolvimento de políticas públicas que incentivem a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a implementação de regulamentações que melhorem a segurança alimentar e a garantia de que todas as pessoas tenham acesso a alimentos saudáveis e nutritivos. Além disso, a participação das partes interessadas e a coordenação entre diferentes setores são fundamentais para o sucesso da promoção da agroecologia.

O pesquisador e pensador mexicano, Enrique Leff (1946), um dos principais representantes da corrente de pensamento ambientalista latino-americana e conhecido por seus estudos sobre ecologia política e epistemologias ambientais. Em sua obra "*Ecología y Capital. Racionalidad Ambiental, Democracia Participativa y Desarrollo Sustentable*" (LEFF, 2010, p. 28), defende que a agroecologia é uma área de conhecimento que busca unir os saberes científicos da ecologia com a sabedoria e experiência dos agricultores e povos tradicionais. Seu objetivo é desenvolver sistemas de produção agrícola que sejam sustentáveis e diversos, respeitando os ciclos naturais e as dinâmicas das comunidades locais. Desta maneira, a agroecologia tem como principais objetivos a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, além de contribuir para a segurança alimentar e a soberania dos povos. Ou seja, a agroecologia propõe um modelo de agricultura que não só produz alimentos, mas também promove o equilíbrio ecológico e social das comunidades envolvidas.

As cadeias curtas de abastecimento[35] conectam os produtores locais diretamente aos consumidores locais, reduzindo a distância entre a produção e o consumo de alimentos. Isso

orgânicos. Essa abordagem busca promover a segurança alimentar, ao mesmo tempo em que preserva o meio ambiente e fortalece as comunidades agrícolas. Ela também contribui para a melhoria da qualidade dos alimentos, evitando o uso excessivo de agroquímicos e promovendo práticas que respeitam a saúde humana e a biodiversidade. A promoção da agroecologia requer o envolvimento de agricultores, pesquisadores, governos e sociedade civil, visando a implementação de políticas e programas que incentivem a transição para práticas agrícolas mais sustentáveis. Ao promover a agroecologia, estamos construindo sistemas alimentares mais resilientes, justos e saudáveis, que levam em consideração a proteção do meio ambiente, a segurança alimentar e o bem-estar das comunidades rurais.

[35]De acordo com a ONU, as cadeias curtas de abastecimento referem-se a um modelo de comércio e distribuição de alimentos em que a distância entre os produtores e os consumidores é reduzida. Nesse modelo, os alimentos são comercializados diretamente, ou com poucos intermediários, permitindo uma conexão mais direta e próxima entre quem produz e quem consome. Essas cadeias curtas oferecem benefícios significativos. Em primeiro lugar, elas promovem a valorização da produção local, incentivando agricultores familiares e produtores regionais. Além disso, permitem uma maior transparência e rastreabilidade dos alimentos, uma vez que os consumidores

promove a produção local e reduz a dependência de sistemas de distribuição globalizados e insustentáveis. O apoio às cadeias curtas de abastecimento é uma estratégia importante para transformar os sistemas alimentares. As comunidades locais podem desempenhar um papel crucial na transformação dos sistemas alimentares. Fortalecer a capacidade dessas comunidades de produzir, processar e comercializar alimentos localmente é fundamental. Isso pode incluir o desenvolvimento de cooperativas agrícolas. Existem desafios a serem superados, incluindo conflitos de interesse no campo da alimentação, empresas que produzem, vendem ou promovem alimentos podem ter um conflito de interesse quando priorizam o lucro em detrimento da saúde, divulgando produtos prejudiciais à saúde em vez de opções mais saudáveis. É crucial enfrentar esses conflitos de interesse para alcançar as metas de combate à fome e transformar os sistemas alimentares para que sejam sustentáveis e saudáveis.

Políticas públicas voltadas para a pesca artesanal, também são importantes para garantir o fornecimento de alimentos saudáveis, sustentabilidade, preservação dos recursos naturais marinhos e a promoção da inclusão social dos pescadores artesanais. Ademais, essas políticas visam proteger os direitos desses trabalhadores, regulamentando as atividades de pesca e oferecendo apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento da atividade. Um ilustrativo de política pública voltada à pesca artesanal, foi o projeto implementado pelo Governo do RS em 1999, como aponta o Professor Paulo Opuszka, da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em sua tese *"Cooperativismo Popular: Os limites da organização coletiva do trabalho a partir da experiência da pesca artesanal do extremo sul do Brasil"*, diz:

> "Em 1999, o projeto denominado RS Rural aporta dinheiro público criando um braço do referido programa denominado RS – Pesca, na gestão do então Governador Olívio Dutra (1999-2002). Através do RS-Pesca que foram organizadas as primeiras atividades voltadas para pesca artesanal a partir do paradigma da Economia Solidária, na tentativa de organizar uma rede de entidades de pescadores (ainda na intenção de organizar as colônias, associações e cooperativas) para possibilitar um comércio mais justo, um preço melhor para o pescado vendido pelo trabalhador e a

podem conhecer a origem e os métodos de produção dos produtos que estão adquirindo. Outro aspecto positivo das cadeias curtas de abastecimento é a redução do impacto ambiental, uma vez que a distância percorrida pelos alimentos é menor, diminuindo as emissões de gases de efeito estufa relacionadas ao transporte. Ao optar por cadeias curtas de abastecimento, os consumidores podem apoiar a economia local, ter acesso a alimentos frescos e de qualidade, além de fortalecer os laços entre produtores e comunidades. Dessa forma, as cadeias curtas de abastecimento têm um papel importante na promoção de um sistema alimentar mais sustentável, justo e resiliente, ao valorizar a produção local, estimular a economia regional e fornecer alimentos saudáveis diretamente aos consumidores.

> possibilidade da dupla qualidade, ou seja, o benefício da comunidade e do pescador, ao mesmo tempo. "(OPUSZKA, 2010, p.68)

Ao promover políticas públicas efetivas para a pesca artesanal[36] de forma responsável e sustentável, estas também contribuem para a segurança alimentar, a geração de emprego e renda e a valorização da cultura e tradições das comunidades pesqueiras.

Ao cabo, é factível perceber que os pesquisadores que são contemplados com recursos financeiros oriundos das empresas que atuam no ramo alimentício podem vir a se deparar com uma situação delicada de conflito de interesse, no que concerne à produção de pesquisas a respeito de alimentos. Nesse sentido, é plausível conjecturar hipóteses que esses pesquisadores sejam levados a produzir resultados que sejam favoráveis à empresa que está patrocinando a sua investigação.

Essas situações que geram interesses conflitantes podem afetar a qualidade da informação disponível sobre alimentação e saúde. É essencial que haja transparência e divulgação de quaisquer situações em que haja a possibilidade de interesses divergentes em todas as áreas relacionadas à alimentação, incluindo indústria, política, pesquisa e mídia. Dessa forma, as pessoas terão a possibilidade de avaliar as informações de maneira crítica e tomar decisões conscientes sobre sua dieta e estilo de vida. As organizações também devem tomar medidas para minimizar esses conflitos, como estabelecer regras claras para relacionamentos financeiros com a indústria alimentícia[37] e garantir que as decisões sejam

---

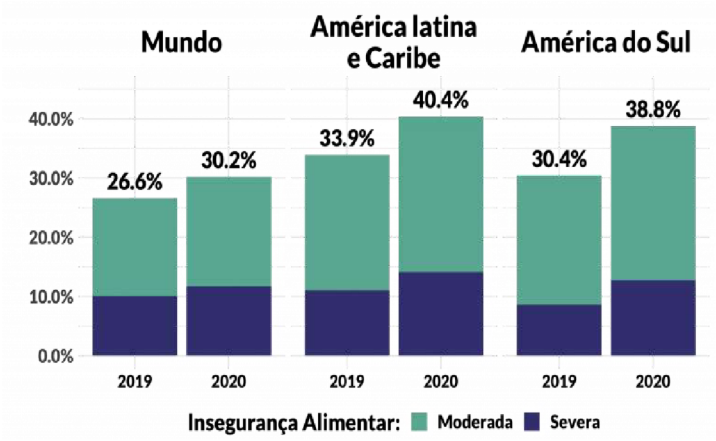
[36]De acordo com o Banco Mundial, a promoção de políticas públicas efetivas para a pesca artesanal é fundamental para garantir a sustentabilidade dessa atividade e o bem-estar das comunidades pesqueiras. A pesca artesanal é caracterizada por ser uma atividade tradicional, de pequena escala e com baixo impacto ambiental. Para promover a pesca artesanal, é necessário implementar políticas que considerem as necessidades e os direitos das comunidades pesqueiras, como a regularização dos direitos de pesca, o acesso a recursos financeiros e tecnológicos adequados, a capacitação e assistência técnica, e o estabelecimento de regras e regulamentações específicas. Além disso, é importante promover a gestão sustentável dos recursos pesqueiros, por meio de medidas como a definição de áreas de pesca sustentável, a conservação dos ecossistemas marinhos e costeiros, e a promoção da pesca seletiva e de práticas de pesca responsáveis. A implementação de políticas públicas efetivas para a pesca artesanal contribui não apenas para a preservação dos recursos naturais, mas também para o fortalecimento das comunidades pesqueiras, a promoção da segurança alimentar e nutricional, e o desenvolvimento socioeconômico das regiões costeiras. Portanto, é essencial que os governos e demais atores envolvidos se comprometam a promover políticas públicas efetivas para a pesca artesanal, reconhecendo seu valor cultural, social e econômico, e garantindo a sua continuidade de forma sustentável e equitativa.

[37]De acordo com a ONU, a adoção de regras claras para relacionamentos financeiros com a indústria alimentícia é fundamental para garantir a transparência, a ética e a integridade nas interações entre os atores envolvidos. Essas regras visam evitar conflitos de interesse, práticas antiéticas e influências indevidas que possam comprometer a qualidade e a imparcialidade das decisões relacionadas à alimentação. Estabelecer diretrizes claras pode envolver a proibição ou restrição de práticas como presentes, benefícios e patrocínios que possam influenciar indevidamente os profissionais da área de alimentação, como pesquisadores, profissionais de saúde

baseadas em evidências científicas sólidas e não em interesses pessoais ou comerciais. De acordo com dados fornecidos pelo o *Atlas do agronegócio*, publicado pela Fundação Heinrich Böll e pela Fundação Rosa Luxemburgo em 2018, quatro grandes corporações detém grande parte da logística de processamento e distribuição global de *commodities* agrícolas, juntas a ADM, Cargill, Bunge e Louis Dreyfus Company representam 70% do mercado mundial, seguidas pela empresa de grãos estatal chinesa Cofco, atualmente a principal compradora da soja e do milho no Brasil (SANTOS; GLASS, 2018).

Na maioria dos países, as políticas e medidas da indústria de alimentos são altamente organizadas e bem coordenadas, utilizando sistemas políticos e grandes investimentos em marketing para influenciar as escolhas alimentares e vender seus produtos. De acordo com a renomada pesquisadora em sociologia alimentar, Marion Nestle, a indústria de alimentos tem manipulado estudos científicos, políticas e recomendações de dietas, gerando conflitos de interesse (NESTLE, 2019 p. 125). Essas políticas e medidas, juntamente com os problemas econômicos e a pandemia da COVID-19, criaram desafios significativos para a segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe. Apesar da Região ser rica em recursos naturais e agrícolas, o relatório "Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2021", publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), revelou que aproximadamente 47,7 milhões de pessoas na região estão sofrendo com insegurança alimentar grave. Esse número representa um aumento de cerca de 9 milhões em relação a 2019.

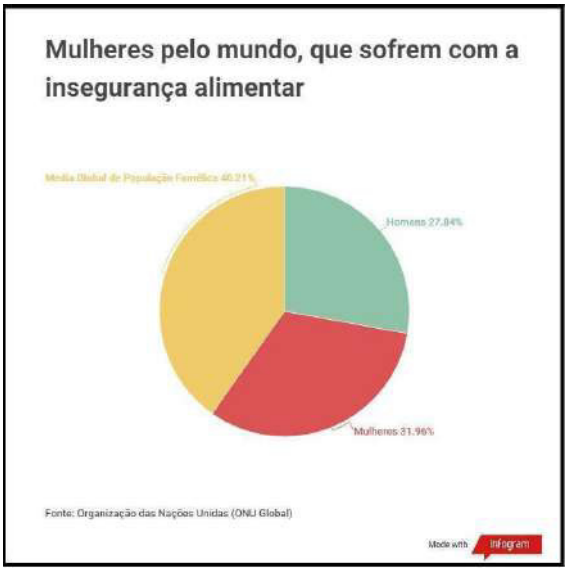
e órgãos regulatórios. A implementação de regras claras busca assegurar que as informações, recomendações e políticas relacionadas à alimentação sejam baseadas em evidências científicas confiáveis e no interesse público, em vez de interesses comerciais particulares. Essas regras podem ser estabelecidas por meio de políticas governamentais, códigos de conduta profissional, diretrizes de organizações internacionais de saúde e alimentação, e também por iniciativas da própria indústria alimentícia em adotar práticas transparentes e éticas. Ao estabelecer regras claras para relacionamentos financeiros com a indústria alimentícia, busca-se promover uma abordagem mais equilibrada, imparcial e responsável na tomada de decisões relacionadas à alimentação, visando proteger a saúde pública e garantir a confiança dos consumidores.



(Figura 2 - TORERO, M. Gráfico comparativo insegurança alimentar. In: Situación del hambre y la malnutrición y el impacto del COVID-19 en Latinoamérica y el Caribe – Videoconferência para Ministros de Agricultura, 2020.)

Em 2021, a disparidade de gênero no problema de fome e insegurança alimentar aumentou, com 31,9% das mulheres pelo mundo sofrendo com a insegurança alimentar grave ou moderada, em comparação com 27,8% dos homens. Isso representa um crescimento de 1% em relação ao ano anterior. Apesar disso, houve progresso no aleitamento materno exclusivo para crianças, com cerca de 44% dos bebês com menos de seis meses sendo alimentados exclusivamente com leite materno até essa idade, sendo introduzidos alimentos complementares[38] a partir daí, mantendo o aleitamento materno até os dois anos de idade ou mais. A meta é atingir 50% até 2030.

[38]De acordo com a OMS, o aleitamento materno e a introdução de alimentos complementares são dois aspectos importantes para a nutrição e o desenvolvimento saudável dos bebês. O aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida é recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como a melhor forma de alimentação para os lactentes. O leite materno fornece todos os nutrientes essenciais e anticorpos necessários para fortalecer o sistema imunológico do bebê, além de promover um vínculo afetivo entre a mãe e a criança. Após os seis meses, é recomendada a introdução gradual de alimentos complementares, mantendo-se o aleitamento materno até os dois anos de idade ou mais. A introdução de alimentos complementares deve ser feita de forma adequada, respeitando o desenvolvimento e as necessidades individuais da criança. É importante oferecer alimentos variados, ricos em nutrientes, evitando alimentos processados, açúcares e sal em excesso. O aleitamento materno e a introdução correta de alimentos complementares contribuem para o crescimento saudável, prevenção de doenças e estabelecimento de hábitos alimentares adequados desde a infância. É fundamental que as mães recebam apoio e orientação adequada de profissionais de saúde para o sucesso do aleitamento materno e a introdução dos alimentos complementares, assegurando o bem-estar e a nutrição adequada dos bebês.



(Figura 3 - Gráfico Insegurança Alimentar no Mundo – Mulheres, 2021, Fonte: ONU)

De acordo com a ONU, dois terços das crianças não recebem uma dieta diversificada mínima, o que é crucial para seu desenvolvimento e crescimento saudável. Cerca de 670 milhões de pessoas, ou 8% da população global, ainda enfrentarão fome ou insegurança alimentar em 2030, mesmo com a recuperação econômica mundial. Esses níveis são os mesmos de 2015, quando a meta era acabar com a fome e a insegurança alimentar até o final desta década, compromisso lançado na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Fatores como guerra na Ucrânia, efeitos climáticos extremos, instabilidades econômicas e crescente desigualdade podem gerar um cenário complexo e perigoso para a segurança alimentar e nutricional global[39].

A região da América Latina e do Caribe enfrenta desafios em relação à segurança alimentar e nutricional[40], e para combatê-los, adotou-se diversas estratégias de políticas

[39]Situação da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2022. ONUBR. 21 de julho. 2022. Disponível em: https://portalods.com.br/publicacoes/situacao-da-seguranca-alimentar-e-nutricional-no-mundo-2022/ Acesso em 06 de dezembro de 2022.

[40]De acordo com a OCDE, a região da América Latina e do Caribe enfrenta desafios significativos em relação à segurança alimentar e nutricional. Apesar de possuir recursos naturais abundantes e uma rica diversidade cultural, muitas pessoas na região ainda sofrem com a fome, a desnutrição e a falta de acesso a alimentos adequados. Entre os principais desafios estão a desigualdade socioeconômica, a pobreza, a falta de acesso a recursos produtivos, a vulnerabilidade climática e a falta de infraestrutura adequada. Esses fatores contribuem para a insegurança alimentar e nutricional, afetando principalmente as populações mais vulneráveis, como crianças, mulheres, povos indígenas e comunidades rurais. Mudanças nos padrões alimentares, com maior consumo de alimentos ultraprocessados e menos alimentos saudáveis, têm levado ao aumento de doenças relacionadas à alimentação, como obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares. Para enfrentar esses

públicas. Um exemplo dessas estratégias são os programas de alimentação escolar, que garantem pelo menos uma refeição nutritiva por dia para crianças em idade escolar. Esses programas têm sido amplamente implementados em vários países da região, como Brasil, Chile, México, Argentina e Colômbia.

Outros programas de enfrentamento da fome a serem destacados são:

1) Transferências de renda condicionadas: esse tipo de programa costuma ter como base a transferência em dinheiro ou vouchers de alimentos para famílias pobres e vulneráveis, desde que cumpram determinados critérios, como a frequência escolar e a participação em programas de saúde. Foram implementados em vários países, entre eles, Brasil, México, Chile e Colômbia.

2) Promoção da agricultura familiar: a agricultura familiar, que se refere à produção agrícola de pequena escala gerenciada e operada por famílias locais, é uma fonte vital de alimentos para muitas famílias na América Latina e no Caribe. Vários países da região têm implementado políticas públicas para promover e fortalecer a agricultura familiar, como forma de garantir a segurança alimentar e nutricional das populações rurais e urbanas. O Brasil, Equador e Nicarágua são exemplos de países que adotaram medidas para apoiar a agricultura de subsistência em suas respectivas regiões. Essas medidas incluem o acesso a recursos produtivos, assistência técnica, crédito e mercados, além de programas de compras públicas de alimentos produzidos pelos campesinos, a fim de fortalecer a economia local e incentivar a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis.

No exemplo do Brasil, a agricultura familiar é uma atividade econômica e social de grande importância[41], representando cerca de 70% dos alimentos produzidos no país e

desafios, são necessárias ações integradas e políticas públicas efetivas, que abordam questões como a promoção da agricultura familiar e sustentável, o fortalecimento dos sistemas de produção e distribuição de alimentos, o acesso a serviços de saúde e educação nutricional, e a proteção dos direitos das populações mais vulneráveis. Outrossim, é fundamental promover a cooperação regional e internacional, compartilhando experiências, conhecimentos e recursos para enfrentar os desafios comuns. A superação dos desafios de segurança alimentar e nutricional na América Latina e Caribe requer o engajamento e a colaboração de governos, organizações da sociedade civil, setor privado e a participação ativa da sociedade como um todo.

[41] De acordo com a ONU, a agricultura familiar desempenha um papel econômico e social de grande importância no Brasil. Caracterizada por ser conduzida por famílias, em pequenas propriedades, essa forma de agricultura contribui para a produção de alimentos, a geração de renda e a preservação da cultura e da sustentabilidade ambiental. No contexto agrícola, a agricultura familiar é responsável por uma parcela significativa da produção de alimentos consumidos no país, abastecendo o mercado interno com produtos frescos e saudáveis. Além disso, a diversidade de culturas e a produção em menor escala permitem a preservação da biodiversidade e a promoção da segurança alimentar. Do ponto de vista social, a agricultura familiar desempenha um papel importante na geração de emprego e renda no meio rural, contribuindo para a fixação das famílias no campo e a redução do êxodo rural. Além disso, valoriza a cultura local e as práticas tradicionais de produção agrícola, transmitidas de

empregando mais de 12 milhões de pessoas. Este tipo de agricultura se caracteriza pela produção em pequenas propriedades rurais, geralmente com mão de obra familiar, e pela diversidade de cultivos. No Brasil, a agricultura familiar é regulamentada pela Lei nº 11.326/2006, que estabelece critérios para a identificação, definição e caracterização da agricultura familiar. De acordo com a lei, a agricultura familiar é composta por empreendimentos familiares rurais, que utilizem predominantemente mão de obra da própria família, cuja gestão é exercida pelos membros da família e que têm a propriedade da terra como base de sustentação socioeconômica.

Os agricultores familiares geralmente trabalham com culturas de subsistência[42], como feijão, arroz, milho, mandioca, entre outras, e também com culturas voltadas para o mercado, como frutas, verduras, legumes e hortaliças. Além disso, a agricultura familiar pode ser responsável pela produção de diversos produtos agroindustriais, como queijos, doces, geleias, embutidos e outros produtos artesanais. A agricultura familiar é essencial para a segurança alimentar e nutricional do país, uma vez que é responsável por grande parte da produção de alimentos básicos consumidos pela população brasileira. Além disso, a agricultura familiar é uma importante fonte de renda para milhões de pessoas que vivem em áreas rurais do país, ajudando a reduzir a pobreza e a desigualdade social.

---

geração em geração. A agricultura familiar também possui relevância na promoção da inclusão social, especialmente ao fortalecer o papel das mulheres e dos jovens no meio rural, estimulando sua participação ativa e o desenvolvimento de habilidades empreendedoras. Diante de sua importância, é fundamental que sejam implementadas políticas públicas e programas de apoio específicos para fortalecer a agricultura familiar, como acesso a crédito, assistência técnica, capacitação e incentivos à comercialização dos produtos. Valorizar e apoiar a agricultura familiar no Brasil é essencial para garantir a segurança alimentar, a geração de renda, a preservação ambiental e a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

[42]De acordo com a ONU, as culturas de subsistência são práticas agrícolas voltadas para a produção de alimentos para o consumo próprio e de suas famílias, visando suprir as necessidades básicas de subsistência. Diferentemente da agricultura comercial, que tem como foco a produção em larga escala para o mercado, as culturas de subsistência são essenciais para a segurança alimentar e a sobrevivência das comunidades locais. Nessas culturas, são cultivados alimentos básicos, como cereais, raízes, legumes e frutas, utilizando-se de técnicas tradicionais e conhecimentos transmitidos de geração em geração. São práticas adaptadas às condições locais, respeitando a biodiversidade e a sustentabilidade dos ecossistemas. As culturas de subsistência desempenham um papel fundamental na diversificação alimentar, na preservação da segurança alimentar em áreas remotas e vulneráveis, e na manutenção da autonomia e da identidade cultural das comunidades rurais. No entanto, é importante destacar que as culturas de subsistência enfrentam desafios, como mudanças climáticas, acesso a recursos produtivos e a pressão crescente da agricultura comercial. É necessário o apoio e o fortalecimento dessas práticas, por meio de políticas públicas, investimentos em infraestrutura, acesso a tecnologias apropriadas e proteção dos direitos das comunidades locais. Preservar e promover as culturas de subsistência é crucial para garantir a segurança alimentar, a resiliência das comunidades rurais e a preservação da diversidade agrícola e cultural.

Para apoiar a agricultura familiar, o governo brasileiro desenvolve políticas públicas específicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que oferece crédito para os agricultores familiares investirem em suas propriedades e melhorarem a produção. Além disso, existem programas de compras governamentais que incentivam a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar para serem utilizados na merenda escolar e em programas de assistência social. Apesar de sua importância, a agricultura familiar no Brasil ainda enfrenta diversos desafios, como a falta de assistência técnica e de acesso a tecnologias modernas, a escassez de recursos financeiros e a baixa produtividade. Para superar esses desafios, é necessário que sejam implementadas políticas públicas que fomentem o desenvolvimento da agricultura familiar, como a ampliação do acesso a crédito, a oferta de assistência técnica e a promoção de programas de capacitação para os agricultores familiares[43].

Em resumo, a agricultura familiar é uma atividade essencial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, responsável pela produção de alimentos e geração de renda para milhões de pessoas. É fundamental que sejam implementadas políticas públicas que apoiem a agricultura familiar, garantindo sua continuidade e expansão no país[44].

3) Programas de nutrição: esse tipo de programas visam melhorar a nutrição das populações mais vulneráveis, fornecendo suplementos alimentares e informações sobre nutrição e alimentação saudável e foram implementados no Peru, Colômbia e Brasil, entre outros países.

---

[43]De acordo com a ONU, os programas de capacitação para agricultores familiares são iniciativas que visam fornecer conhecimentos, habilidades e recursos necessários para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades agrícolas realizadas por esses agricultores. Esses programas têm como objetivo promover a produtividade, a sustentabilidade, a competitividade e o fortalecimento das famílias rurais. Por meio de treinamentos, cursos, oficinas e orientações técnicas, os agricultores familiares têm a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre boas práticas agrícolas, manejo do solo, técnicas de cultivo, uso adequado de insumos, conservação dos recursos naturais, diversificação produtiva, manejo integrado de pragas e doenças, entre outros aspectos relacionados à agricultura. Esses programas também abordam temas como gestão financeira, acesso a crédito, comercialização, organização coletiva, empreendedorismo rural e uso de tecnologias adequadas. Além disso, enfatizam a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar, o desenvolvimento sustentável, a preservação da cultura e a dinamização das economias locais. A capacitação dos agricultores familiares é fundamental para aumentar a produtividade, a qualidade dos produtos, a renda familiar e a resiliência no campo. Esses programas contribuem para a profissionalização das atividades agrícolas, o fortalecimento das organizações rurais e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais. É essencial que os programas de capacitação sejam acessíveis, adaptados às necessidades locais e promovam a participação ativa dos agricultores familiares. Além disso, a continuidade e a ampliação dessas iniciativas são fundamentais para o desenvolvimento sustentável do setor agrícola familiar e para a construção de um meio rural mais frutífero.

[44]Agricultura Familiar - Ministério da Agricultura e Pecuária. 26 de agosto. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/agricultura-familiar-1 Acesso em: 13 de maio de 2023.

4) Combate ao desperdício de alimentos: através da criação de políticas públicas que têm como objetivo reduzir o desperdício de alimentos, incentivando a doação de alimentos excedentes para organizações que trabalham com populações vulneráveis, por exemplo. O Brasil foi, até 2016, um exemplo de país que tem implementado políticas nesse sentido.

5) Políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: Estas medidas podem contribuir para o combate à fome, uma vez que essas pessoas muitas vezes enfrentam dificuldades em ter acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para suas necessidades, por conta da ausência de residência fixa, característicos de um certo tipo de nomadismo, que pode acentuar as dificuldades de acesso aos serviços de proteção e apoio sociais fornecidos pelo poder público. Um exemplo exitoso de política pública neste sentido, é o Condomínio Social, implementado em Curitiba no Paraná em 2014 e é a primeira república no Brasil que tem como objetivo apoiar pessoas em situação de rua a recuperar a autonomia. O Condomínio Social oferece atendimento exclusivo para este público, como aponta o artigo *"Política pública para a população em situação de rua em Curitiba: experiência da República Condomínio Social."*:

> "Ao iniciar sua nova vida no CS, o morador é estimulado (eles podem ficar no CS por um período, a princípio, de um ano e seis meses) a procurar e se fixar em empregos formais; a dificuldade é que ele estava acostumado a viver tal como Dom Quixote de la Mancha, como um cavaleiro errante, sem vínculos profissionais e materiais. Dos cinquenta e quatro moradores (há espaço para setenta), apenas uns poucos ainda não conseguiram colocações no mercado de trabalho, pois a maioria já conseguiu contornar esta dificuldade." (SOUSA-LIMA et al., 2015, p. 92)

Embora essas políticas tenham obtido algum grau de sucesso, ainda há desafios a serem superados, como exemplo a falta de acesso a recursos financeiros e tecnológicos para os agricultores familiares[45] e a necessidade de investimentos em infraestrutura para melhorar

[45]De acordo com a ONU, a falta de acesso a recursos financeiros e tecnológicos é uma das principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares. Esses agricultores, que desempenham um papel crucial na produção de alimentos e no desenvolvimento rural, muitas vezes encontram obstáculos para obter os recursos necessários para investir em suas atividades agrícolas. A escassez de crédito acessível e com baixo custo é uma barreira significativa. Muitos agricultores familiares não têm acesso a financiamentos adequados para investir em sementes, fertilizantes, equipamentos agrícolas, tecnologias e infraestrutura necessários para melhorar a produtividade e a qualidade de suas culturas. Outrossim, a falta de acesso a tecnologias apropriadas e conhecimentos atualizados limita a capacidade dos agricultores familiares de adotar práticas agrícolas mais eficientes e sustentáveis. A ausência de acesso a informações sobre técnicas de cultivo, manejo integrado de pragas e doenças, conservação de água e solo, entre outros, prejudica a produtividade e a rentabilidade das atividades agrícolas. A falta de recursos financeiros e tecnológicos não apenas afeta a produtividade e a renda dos agricultores familiares, mas também compromete sua capacidade de enfrentar desafios como mudanças climáticas, variabilidade climática, eventos extremos e volatilidade de preços. Esses fatores podem aumentar a vulnerabilidade e a insegurança alimentar das famílias rurais. Portanto, é fundamental promover o acesso

a distribuição de alimentos, e assim garantir que todas as pessoas da região tenham acesso a alimentos nutritivos e suficientes.

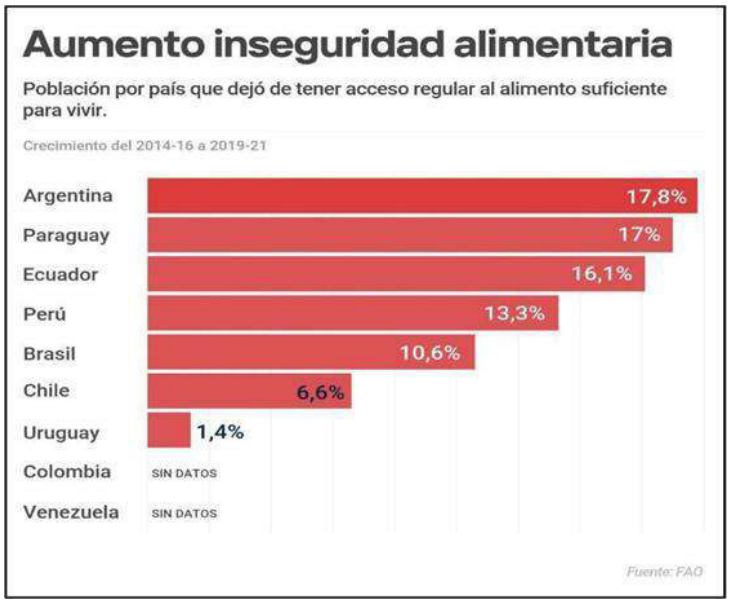
2. AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RESTAURANTES COMUNITÁRIOS E PANDEMIA: OBSERVAÇÕES PARA AS INTERVENÇÕES DO ESTADO ARGENTINO

2.1 - Insegurança Alimentar em Rosário, Argentina: Os Desafios do Governo na Luta Contra a Fome por meio de Espaços Públicos e Proteção Social

Muitas pessoas na Argentina enfrentam o problema da insegurança alimentar[46]. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 2020, cerca de 5,4 milhões de argentinos vivem em situação de insegurança alimentar moderada ou grave.

equitativo a recursos financeiros, como crédito rural adequado e programas de microfinanças, e a tecnologias apropriadas, por meio de políticas públicas, parcerias, investimentos e programas de capacitação. O apoio a agricultores familiares por meio de assistência técnica, extensão rural, incentivos fiscais e fundos de desenvolvimento rural são importantes para superar a falta de acesso a recursos financeiros e tecnológicos, fortalecendo assim a agricultura familiar e contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.

[46]De acordo com a ONU, as ações de políticas públicas, como a implementação de restaurantes comunitários, ganharam ainda mais relevância durante a pandemia. O Estado argentino tem desempenhado um papel importante na adoção de medidas para enfrentar os impactos socioeconômicos da crise sanitária e garantir a segurança alimentar da população. Os restaurantes comunitários têm sido uma estratégia eficaz para fornecer refeições acessíveis e nutritivas às pessoas em situação de vulnerabilidade. Essas iniciativas contribuem para reduzir a insegurança alimentar, especialmente em contextos de crise, como o atual contexto de pandemia. Nesse sentido, o Estado argentino tem a responsabilidade de fortalecer e expandir esses programas, garantindo o acesso equitativo aos serviços de alimentação. É fundamental que essas ações sejam acompanhadas por políticas públicas abrangentes, que incluam medidas de apoio à produção de alimentos, como o incentivo à agricultura familiar e o fomento de práticas sustentáveis. Ademais, é necessário promover ações de educação alimentar e nutricional, visando a conscientização sobre a importância de uma alimentação saudável e balanceada. Essas intervenções do Estado argentino devem ser guiadas pela promoção da equidade, justiça social e inclusão, garantindo que todas as pessoas tenham acesso adequado a alimentos e possam desfrutar do direito humano à alimentação. Logo, as ações de políticas públicas, como os restaurantes comunitários, desempenham um papel crucial na garantia da segurança alimentar durante a pandemia. É necessário que o Estado argentino fortaleça essas intervenções, adote medidas complementares e promova uma abordagem abrangente para enfrentar os desafios alimentares e nutricionais, assegurando a dignidade e o bem-estar de todos os cidadãos.



(Figura 4: Gráfico insegurança alimentar na Argentina, 2020 - Fonte: FAO.)

A insegurança alimentar pode ser causada por diversos fatores, como pobreza, desemprego, dificuldade de acesso a alimentos nutritivos, serviços de saúde e educação limitados, além da pandemia da COVID-19, que agravou a situação econômica do país e resultou em um aumento do número de pessoas que enfrentam dificuldades para garantir a alimentação diária.

Para lidar com o problema, o governo argentino tem implementado diversas ações, como o aumento do valor do cartão alimentar (um programa de transferência de renda para ajudar famílias com crianças pequenas a comprar alimentos), a criação de programas de ajuda alimentar para escolas e a distribuição gratuita de alimentos em áreas vulneráveis. Apesar dessas iniciativas, muitos especialistas argumentam que são insuficientes e que é preciso fazer mais para garantir a segurança alimentar de toda a população[47]. Para suprir essa lacuna, alguns projetos e organizações da sociedade civil têm trabalhado para ajudar as comunidades a enfrentar a insegurança alimentar de forma mais sustentável e colaborativa, através de hortas urbanas, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos.

Para entender o problema da fome na Argentina atualmente, é importante voltarmos

[47]De acordo com o FMI, a Argentina enfrenta desafios na garantia da segurança alimentar para toda a população. Barreiras socioeconômicas, falta de políticas abrangentes e acesso limitado a recursos contribuem para essa situação. É crucial implementar programas efetivos, fortalecer a agricultura familiar e promover parcerias para superar essas barreiras e garantir o acesso adequado a alimentos para todos.

um pouco à história do país. Desde os tempos da colonização, a falta de conhecimento dos colonos sobre o clima e o solo, bem como a falta de alimentos adequados e de uma infraestrutura adequada, resultou em fome recorrente. Durante os séculos XVIII e XIX, a Argentina passou por uma rápida expansão territorial, crescimento econômico agrícola e a chegada de imigrantes europeus, no entanto, a distribuição desigual de terras e a falta de políticas agrárias efetivas concentraram as terras nas mãos de uma pequena elite, enquanto a maioria da população vivia em condições de pobreza extrema.

Embora as intervenções alimentares[48], na Argentina, se localizem no início do século XX, no campo educacional para enfrentar o problema de má-nutrição de meninos e meninas, com a criação do serviço de Copo de leite *(Copo de leche)* em 1906 e posteriormente das cantinas escolares, diferentes autores apontam como a década de oitenta do século XX, que constituiu uma virada nas estratégias alimentares das famílias argentinas.

Durante a década de 1930, a Argentina experimentou uma série de crises econômicas, incluindo a Grande Depressão, que resultou em um aumento significativo da pobreza e da fome, e foi durante a década de 1940, que o governo do presidente Juan Perón implementou políticas sociais e econômicas destinadas a melhorar as condições de vida da população, incluindo a introdução de medidas de segurança alimentar, no entanto, essas políticas foram interrompidas após a queda de Perón em 1955.

A partir das décadas de 1970 e 1980, a Argentina passou por um período de instabilidade política e econômica, incluindo a ditadura militar que governou o país de 1976 a 1983, durante este período, a pobreza e a fome aumentaram significativamente devido à falta de empregos e à inflação galopante. Nos anos 90, a Argentina implementou políticas neoliberais que incluíam a privatização de empresas estatais e a redução dos gastos públicos, essas políticas resultaram em um aumento da pobreza e da desigualdade, bem como na queda do poder de compra dos salários, e a chegada da crise econômica de 2001 agravou ainda mais a situação, levando a um aumento significativo da pobreza e da fome.

Hoje em dia, a Argentina ainda tem grandes desafios a enfrentar em relação à fome e segurança alimentar. Com uma taxa de pobreza que atinge mais de um terço da população

[48]De acordo com o Governo Argentino, as intervenções alimentares na Argentina visam garantir o acesso adequado e regular a alimentos para a população. Essas medidas incluem programas de segurança alimentar, fortalecimento da agricultura familiar e parcerias estratégicas. O objetivo é combater a insegurança alimentar e promover a nutrição adequada para todos os cidadãos argentinos.

e uma taxa de desnutrição que afeta uma em cada dez crianças, a situação é preocupante. No entanto, o atual governo tem tomado medidas para melhorar a situação, incluindo a implementação de programas de assistência alimentar e políticas para reduzir a desigualdade social e econômica.

A seguir, vamos examinar algumas estratégias específicas de gestão alimentar que são aplicadas na cidade de Rosário e no Estado Argentino. Essas estratégias envolvem as cozinhas populares e os locais de distribuição de alimentos, que são considerados intervenções na maneira como as pessoas se alimentam. Essas táticas são políticas sociais que afetam e atuam em diversas esferas e dimensões da vida social.

As cozinhas comunitárias e áreas de distribuição de alimentos são iniciativas que buscam combater a pobreza e a fome. De acordo com os resultados desta pesquisa, pode-se observar que essas atividades geralmente são lideradas por mulheres, o que as torna altamente feminizadas. Outrossim, essas mulheres assumem a responsabilidade de coordenar e mobilizar a participação de diversos atores e fontes de recursos para manter e dar continuidade às atividades sociais.

Face à complexidade destes espaços, iremos traçar pontos importantes como uma ferramenta que facilita o entendimento, como a similaridade com a teoria de Cohen e Gómez Rojas (2011)[49], aplicando a fase exploratória, explicativa e avaliativa, assim, a partir da revisão de resultados de pesquisa, realizadas durante a pandemia de COVID-19, e identificando os "tipos" de organizações que gerenciam a alimentação na cidade de Rosário e outras atividades, que por suas características, tornam-se relevantes para serem observados.

Atualmente, Rosário é a terceira maior cidade da Argentina, depois de Buenos Aires e Córdoba, com uma população de aproximadamente 1,5 milhão de habitantes, está geograficamente localizada na província de Santa Fé, no centro-leste do país, às margens do Rio Paraná. A cidade também é conhecida por ser o berço do líder revolucionário Ernesto "Che" Guevara e por ser a cidade onde foi criada a bandeira da Argentina, em 1812, pelo General Manuel Belgrano, incluindo um importante centro cultural, com muitos museus, teatros e galerias de arte. A cidade também é conhecida por sua vibrante cena gastronômica, especialmente na área do *Mercado del Patio*, sendo um importante centro industrial e portuário da Argentina, com uma economia baseada em indústrias alimentícias, automotivas,

[49]A teoria de Cohen e Gómez Rojas é uma metodologia que se concentra na pesquisa qualitativa, que pode ter 5 fases.

equipamentos agrícolas e de diversas instituições de ensino superior, incluindo a Universidade Nacional de Rosário e como toda grande cidade, enfrenta problemas crônicos que durante a pandemia de Coronavírus, tiveram um exponencial aumento da pobreza e miserabilidade e com isso o aumento da fome e a desnutrição. Para atingir o objetivo estabelecido, é importante compreender os desafios ligados à alimentação, as políticas sociais adotadas, incluindo as intervenções na área de alimentação[50], e as diversas organizações envolvidas na gestão alimentar do município em questão.

A alimentação é um tema que envolve diversas disciplinas e práticas que afetam diferentes aspectos da vida humana, desde a resposta fisiológica do corpo até as relações sociais envolvidas em sua realização. Embora a alimentação esteja ligada às necessidades biológicas do corpo humano, os hábitos alimentares são influenciados e moldados pelo ambiente social e cultural em que as pessoas vivem.

Ao longo do tempo, a alimentação foi estruturada e organizada pelo núcleo familiar. Contudo, nas últimas décadas, outros espaços, relações e dispositivos têm exercido influência sobre a alimentação, os costumes e as práticas alimentares. Compreendemos, de maneira ampla, as práticas alimentares como um conjunto de ações individuais, familiares ou coletivas que envolvem a obtenção, preparação e consumo de alimentos, assim como as formas de acesso a eles.

O problema alimentar é complexo e abrange a produção, distribuição e comercialização, bem como o consumo de alimentos e seus efeitos nas condições históricas de reprodução da população e da força de trabalho. No capitalismo, o alimento é um bem mercantilizado, portanto o acesso a ele é determinado por sua disponibilidade no mercado e pela capacidade de compra dos sujeitos, proveniente da renda que possuem e da regulação de preços.

De acordo com (SCRIBANO, EYNARD E HUERGO, 2010, p. 25), neste sentido, a alimentação situa-se como uma prática complexa que envolve coesão e conflito, mais ainda, “Alimentar-se” se consolida também, como uma forma de “leitura” dos conflitos de classes, das lutas pelo poder, da divisão do trabalho por sexo, dos antagonismos entre a

[50]De acordo com o Governo Argentino, as intervenções na área de alimentação na Argentina buscam melhorar o acesso e a qualidade dos alimentos para a população. Essas ações envolvem programas de segurança alimentar, iniciativas de agricultura sustentável e parcerias estratégicas. O objetivo é promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo uma alimentação saudável e adequada para todos os cidadãos argentinos.

comensalidade nos espaços público e privado, dos embates culturais entre civilizações, entre outros aspectos.

O que os autores (GRASSI, HINTZE E NEUFELD, 1994, p.179) propõem é que a alimentação faz parte de um campo teórico mais amplo que envolve a reprodução do sistema capitalista em si[51]. Isso significa que os processos relacionados à alimentação podem ajudar a compreender a cultura da sociedade e as relações sociais que surgem nela. O acesso e o consumo de alimentos podem levar a diferentes realidades e culturas, como pratos diversos que podem ser servidos na mesa ou em uma cozinha comunitária, desde aqueles que atendem às necessidades nutricionais até aqueles que são livres de agrotóxicos, entre muitas outras possibilidades.

Podemos compreender que a alimentação é um tema complexo que envolve diversas observações, como os tipos de alimentos consumidos, os nutrientes que estão disponíveis, como esses alimentos são gerenciados e as experiências associadas à obtenção desses alimentos. Por isso, a alimentação é um importante aspecto da questão social, que evidencia lacunas e desigualdades relacionadas aos modos de vida no sistema capitalista (CASTEL, 1997). À medida que a pobreza aumenta, a complexidade da situação alimentar também se amplia.

No contexto apresentado, é importante destacar a centralidade da questão alimentar para a questão social. As políticas públicas e sociais do Estado têm um papel importante na melhoria das condições de vida das pessoas, e uma das áreas de intervenção é a segurança social. Este é um sistema de proteção social que busca garantir o acesso aos direitos sociais básicos para os cidadãos argentinos, abrangendo instituições e programas que oferecem assistência social, saúde, previdência e seguro-desemprego, entre outros benefícios. A administração desse sistema é de responsabilidade do governo nacional, através do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, sendo financiado por contribuições dos empregadores e trabalhadores, além de impostos gerais.

As ações de proteção sociais conhecidas como *equipamentos comunitários* que variam de acordo com a região e as necessidades locais, alguns exemplos são os centros

[51]De acordo com a Enciclopédia Barsa, a alimentação é uma dimensão central que se conecta ao campo teórico mais amplo da reprodução do sistema capitalista. Ela desempenha um papel fundamental na manutenção e reprodução das estruturas sociais e econômicas presentes na sociedade. O acesso desigual aos alimentos, a exploração dos recursos naturais e as relações de produção são aspectos interligados que influenciam a dinâmica do sistema capitalista. Compreender essa relação nos permite refletir sobre questões de poder, desigualdade e sustentabilidade em relação à alimentação e sua relação com a estrutura socioeconômica mais ampla.

comunitário, espaços que oferecem atividades educativas, culturais, artísticas e esportivas para pessoas de todas as idades, geralmente são administrados pelo governo local ou por organizações da sociedade civil, as bibliotecas públicas que oferecem acesso gratuito a uma grande variedade de livros, revistas e jornais. Muitas bibliotecas oferecem atividades para crianças e jovens, como oficinas de leitura e escrita criativa, parques e praças, espaços públicos ao ar livre que oferecem áreas verdes para atividades recreativas, como jogos, piqueniques e caminhadas, incluindo playgrounds e equipamentos de ginástica para adultos, centros esportivos: Espaços dedicados à prática de esportes, incluindo futebol, basquete, vôlei, tênis, entre outros e os centros de saúde: Instalações que oferecem serviços de saúde básicos, como atendimento médico, dentário e psicológico, para pessoas que não têm acesso a serviços de saúde privados.

Diversas medidas regulatórias para os cidadãos de baixa renda, como *as intervenções assistenciais* que visam atender às necessidades de diferentes grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade social, como por exemplo o Programas de transferência de renda, o programa *"Asignación Universal por Hijo"* que é um programa de transferência de renda que visa ajudar as famílias em situação de pobreza a cuidar de seus filhos menores de idade, oferecendo um pagamento mensal para cada criança que atenda aos requisitos do programa. Na área da assistência alimentar, existe o programa *"Tarjeta Alimentar" que* é um programa de assistência alimentar que oferece cartões pré-pagos para a compra de alimentos em supermercados, esse programa visa ajudar as famílias em situação de vulnerabilidade a ter acesso a uma alimentação adequada. Na assistência à saúde, o sistema público de saúde da Argentina oferece atendimento gratuito a todas as pessoas, incluindo consultas médicas, internações hospitalares e cirurgias, como também programas diferenciados para atender as necessidades de saúde de grupos específicos, como idosos e pessoas com deficiência.

Para a moradia, cita-se o programa *"Procrear"*, que é um programa do governo argentino que visa oferecer subsídios e financiamento para a compra, construção ou reforma de habitações para pessoas em situação de vulnerabilidade social e para a proteção aos direitos das mulheres existem vários programas que visam promover os direitos das mulheres na Argentina, incluindo a Lei de Proteção Integral às Mulheres, que visa prevenir e erradicar a violência de gênero, os serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência, incluindo abrigos e centros de atendimento especializado. Os programas de *assistência alimentar* da Argentina visam garantir o acesso à alimentação adequada para todos os seus cidadãos,

algumas das iniciativas mais importantes incluem o Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), programa que tem como objetivo garantir o direito humano à alimentação adequada, promovendo o acesso à alimentação saudável, variada e suficiente para todos os cidadãos argentinos. O Programa de Alimentação Escolar, este programa fornece refeições diárias para crianças e adolescentes em idade escolar, o objetivo é garantir que esses estudantes recebam uma alimentação saudável e nutritiva que possa ajudá-los a se concentrar e a aprender melhor. Tarifa Social de Energia Elétrica: Este programa ajuda famílias em situação de vulnerabilidade a pagar suas contas de luz.

E as *intervenções alimentares*, que são programas sociais implementados na Argentina, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PAE), que fornece refeições nutritivas e balanceadas para crianças em idade escolar em escolas públicas de todo o país, para enfrentar o problema de má-nutrição de meninos e meninas, como também a campanhas de conscientização sobre alimentação saudável onde as autoridades de saúde da Argentina promovem campanhas para conscientizar as pessoas sobre a importância de escolher alimentos saudáveis, limitar o consumo de alimentos processados e açucarados e aumentar a ingestão de frutas, constituiu uma virada nas estratégias alimentares das famílias argentinas, desde o surgimento da política *"Copo de Leche"* em 1906[52].

As últimas décadas do século XX foram palco de uma série de fatores que afetam a capacidade de acesso da população em situação de vulnerabilidade aos alimentos: o aumento de preços, a queda dos salários e o aumento do desemprego, combinando a queda do poder de compra com políticas assistenciais que não conseguem compensar de pleno as perdas. A volta democrática com o fim da Ditadura Argentina (1976-1983)[53] trouxe à tona os resultados de um processo de empobrecimento que, com variações, ainda podemos observar nos cenários atuais, onde a alimentação, a fome e a desnutrição se consolidaram como um problema persistente que vem sendo reeditado em diferentes e trágicas políticas econômicas no país argentino.

[52]Britos, S. et al. (2003). Programas alimentarios en Argentina. Buenos Aires: CESNI.

[53]De acordo com a Enciclopédia Barsa, a Ditadura Argentina foi um período sombrio na história do país, ocorrido entre 1976 e 1983. Durante esse período, o governo militar assumiu o controle do país, reprimindo brutalmente a oposição política, violando os direitos humanos e promovendo um regime de terror. Milhares de pessoas foram detidas, torturadas e desaparecidas. A ditadura deixou marcas profundas na sociedade argentina, que ainda busca justiça e memória para as vítimas. O período é lembrado como uma violação dos direitos fundamentais e uma lembrança dolorosa das consequências da repressão autoritária.

Nos últimos anos, a Argentina tem visto um aumento significativo no número de programas e intervenções alimentares, isso se deve em parte a preocupações crescentes sobre a saúde e nutrição da população argentina, bem como a uma maior conscientização sobre os efeitos da má alimentação na saúde[54], como por exemplo a expansão do Plano Nacional de Alimentação Saudável que visa promover uma dieta saudável e equilibrada em todo o país. O plano inclui políticas públicas e programas educacionais, como a educação nutricional em escolas, campanhas de conscientização e regulamentações sobre publicidade de alimentos, melhorando a segurança alimentar e garantindo o acesso a alimentos saudáveis para todos os cidadãos, isso inclui o programa de Comedores Escolares, que fornece refeições saudáveis para crianças em idade escolar em áreas de baixa renda, bem como a implementação de preços regulados para alimentos básicos. Outras iniciativas incluem o Programa de Alimentos Saudáveis para Todos, que oferece descontos em alimentos saudáveis para pessoas de baixa renda, e o Programa de Alimentos Nutritivos, que incentiva a produção de alimentos saudáveis por meio de subsídios para agricultores.

Algumas das características dessas *intervenções alimentares* poderiam ser: sua incidência no consumo alimentar familiar, a definição de seus destinatários a partir de deficiência, sua institucionalização, ocorrendo em diferentes gestões governamentais, a sua intenção "desmercantilizadora" através de intervenções diretas ou indiretas, bem como o reforço de dietas insuficientes e de baixa densidade nutricional.

Dessa forma, os diferentes tipos de programas alimentares constituem no entrelaçamento de intervenções que, juntamente com programas de transferência de renda, sociais e trabalhistas, entre outros, evidenciam a sobrevivência da necessidade dos mesmos, bem como seu desenvolvimento ao longo de, pelo menos, quatro décadas, mais ainda, em diferentes pesquisas temos observado como o dinheiro dos programas de transferência de renda, embora não seja estritamente para alimentação, é utilizado quase inteiramente para a compra de alimentos, buscando garantir, o acesso a alimentos adequados, suficientes e saudáveis, sem qualquer tipo de discriminação ou exclusão social.

[54]De acordo com a OMS, a conscientização sobre os efeitos da má alimentação na saúde está crescendo em todo o mundo. Compreende-se cada vez mais que uma dieta desequilibrada, rica em alimentos ultraprocessados, açúcares e gorduras saturadas, pode levar a doenças crônicas, como obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares. A informação e a educação sobre escolhas alimentares saudáveis estão se tornando cada vez mais importantes, incentivando as pessoas a adotarem uma alimentação equilibrada e nutritiva. A conscientização sobre os efeitos da má alimentação na saúde pode levar a mudanças positivas nos hábitos alimentares e no bem-estar geral da população.

2.2 Cozinhas Comunitárias, Espaços para Alimentação e a Fábrica de Alimentos em Rosário: As Políticas Públicas de Combate ao Crescimento da Fome na Argentina

As cozinhas comunitárias são espaços que visam oferecer alimentação saudável e acessível para pessoas em situação de vulnerabilidade social, como desempregados, moradores de rua, idosos e famílias de baixa renda. Essas cozinhas são gerenciadas por organizações não governamentais (ONGs), igrejas, associações de bairro, grupos de voluntários e até mesmo pelo Governo. Surgiram na década de 1990, em um contexto de crise econômica e social, e se tornaram uma alternativa para suprir as necessidades básicas de alimentação da população mais pobre, hoje em dia, elas continuam sendo importantes para atender a demanda de pessoas que enfrentam dificuldades financeiras ou estão em situação de rua[55].

Além de oferecer refeições gratuitas ou a preços simbólicos, as cozinhas comunitárias também promovem ações de solidariedade e inclusão social, proporcionando um espaço de convivência e interação entre os participantes, muitas vezes, essas cozinhas também oferecem cursos de capacitação em culinária e atividades educativas relacionadas à alimentação saudável e sustentável.

Embora as cozinhas comunitárias tenham origem em um contexto de crise, elas se tornaram uma importante iniciativa para promover o acesso à alimentação de qualidade e a inclusão social. Desde o início, elas estiveram intimamente ligadas aos programas do Estado, já que estas fomentaram o surgimento de espaços de participação comunitária para enfrentar o problema alimentar, ou recorreram a eles como ações conjuntas de outros programas sociais, assim estes espaços consolidaram-se como uma intervenção territorializada de assistência alimentar que persiste até hoje, com uma heterogeneidade que responde aos

[55]De acordo com o Governo Argentino, as políticas públicas de combate ao crescimento da fome na Argentina incluem iniciativas como as cozinhas comunitárias, espaços para alimentação e a fábrica de alimentos em Rosário. Essas ações têm como objetivo principal proporcionar acesso a refeições nutritivas e adequadas para as pessoas em situação de vulnerabilidade. As cozinhas comunitárias servem como locais de preparo e distribuição de alimentos, enquanto os espaços para alimentação oferecem um ambiente acolhedor para o consumo das refeições. A fábrica de alimentos em Rosário contribui para a produção de alimentos saudáveis em grande escala. Essas políticas públicas buscam enfrentar o desafio do crescimento da fome, promovendo a inclusão social e o Direito à alimentação adequada adequada para todos os cidadãos argentinos.

diferentes níveis de organização, continuidade e regularidade segundo os atores envolvidos que se sobrepõem em cada caso (diferentes níveis jurisdicionais de Estado, organizações da sociedade civil, igrejas, voluntários, empresas, entre outros).

Os parques de merendas na Argentina são áreas ao ar livre projetadas para que as pessoas possam desfrutar de uma refeição em um ambiente tranquilo, agradável e seguro. Esses parques geralmente são equipados com mesas, bancos, churrasqueiras e playgrounds para crianças, colaborando assim para a socialização entre pessoas de diferentes classes sociais como o aproveitamento dos espaços públicos, por exemplo, o *Parque Sarmiento*, Buenos Aires, um dos maiores de Buenos Aires e conta com inúmeras áreas para piquenique, quadras poliesportivas e um lago artificial. *Parque 9 de Júlio,* Tucumán, que está localizado no centro da cidade de Tucumán e possui grandes áreas verdes, áreas para piquenique e um lago artificial.

A cidade de Rosário conta com vários parques de merenda e espaços verdes como o Parque Independência, um dos maiores e mais populares parques de Rosário. Possui amplas áreas verdes, lago artificial, anfiteatro ao ar livre, jogos infantis e diversas áreas de lanches com mesas, bancos e churrasqueiras, *Parque Alem*, este localizado no centro da cidade e possui grandes áreas verdes, uma fonte, um palco ao ar livre e várias zonas de merendas, *Parque Urquiza*, localizado próximo ao Rio Paraná e possui um grande número de árvores, um anfiteatro ao ar livre, uma pista de patinação, uma pista de skate e várias áreas de lanches com mesas e churrasqueiras, *Parque Scalabrini Ortiz*, este parque possui grandes áreas verdes, um circuito de treinos, um parque infantil e várias zonas de merenda com mesas e grelhadores, *Parque España*, este parque é conhecido por sua arquitetura e design. Este espaço possui um lago artificial, um anfiteatro ao ar livre, parques infantis e várias zonas de merenda com mesas e grelhadores[56].

Ainda longe de resolver a questão alimentar, na Argentina ao longo dos anos a cobertura de políticas públicas alimentares foi ampliada com a criação de *programas de suplementação por meio de cozinhas comunitárias*[57], implementados tanto pelo governo

[56]Arbolado público. Municipalidad de Rosario. 2021. Disponível em: https://www.rosario.gob.ar/inicio/arbolado-publico Acesso em 23 de dezembro de 2022.

[57]De acordo com o Governo Argentino, os programas de suplementação por meio de cozinhas comunitárias na Argentina visam fornecer alimentos suplementares e nutritivos para indivíduos e comunidades em situação de vulnerabilidade. Essas cozinhas, localizadas em áreas com maior necessidade, oferecem refeições equilibradas que complementam as necessidades nutricionais das pessoas atendidas. Além de suprir a falta de acesso a alimentos adequados, esses programas também promovem a inclusão social e a solidariedade comunitária. As

quanto por organizações não-governamentais e instituições privadas. Alguns exemplos são o Programa de Alimentação Escolar, que oferece refeições gratuitas ou a preços reduzidos para crianças em idade escolar, com o objetivo de garantir que elas tenham acesso a alimentos saudáveis e nutritivos. O Planos de Nutrição para Idosos, programa que é voltado para idosos em situação de vulnerabilidade social, que recebem refeições equilibradas em centros comunitários ou em suas próprias casas, Programa de Refeições Comunitárias, que fornece refeições gratuitas ou a preços reduzidos para pessoas em situação de pobreza ou vulnerabilidade social em centros comunitários, igrejas e outras instituições, Banco de Alimentos, programa que coleta alimentos excedentes de empresas e indivíduos e os distribui para instituições de caridade, incluindo cozinhas comunitárias e abrigos para sem-teto, Programa de Alimentação Infantil, que fornece alimentos e suplementos nutricionais para crianças em risco de desnutrição ou com doenças relacionadas à nutrição[58].

No período entre 1984 e 2010, a Argentina retoma as políticas implementadas, destacando sua descentralização e o desenvolvimento de duas modalidades principais: assistência direta às famílias e programas de apoio a cozinhas comunitárias, atravessado por sua vez pelo processo de *bancarização das intervenções do Estado Argentino*. A bancarização das intervenções do Estado argentino se refere à adoção de políticas governamentais que buscam utilizar o sistema bancário para implementar medidas econômicas e sociais, como o pagamento de benefícios sociais, programas de subsídio e incentivos financeiros, essa estratégia foi implementada a partir da década de 1990, quando o país passou por um processo de modernização do sistema financeiro, desde então, o Estado tem utilizado cada vez mais os bancos como intermediários para a distribuição de recursos. Um exemplo é o programa "AUH" *(Asignación Universal por Hijo)*, que consiste em um benefício social pago a famílias com crianças em idade escolar, o pagamento é feito através de cartões de débito emitidos pelos bancos, o que garante maior eficiência e segurança na distribuição dos recursos.

---

cozinhas comunitárias desempenham um papel fundamental no combate à fome e na garantia do Direito à alimentação adequada na Argentina, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar das populações beneficiadas.

[58]Fortalecimiento a comedores comunitarios y merenderos. Ministerio de Desarrollo Social. 18 de abril. 2020. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/desarrollosocial/comedorescomunitarios Acesso em 12 de dezembro de 2022.

Outro exemplo é o programa *"Progresar",* um programa social criado pelo governo argentino em 2014 com o objetivo de incentivar a educação e a inclusão social de jovens entre 18 e 24 anos que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, consistindo em um benefício financeiro mensal que é pago aos jovens que estão matriculados em escolas primárias ou secundárias, em cursos de formação profissional, ou em cursos universitários ou terciários, o valor do benefício varia de acordo com o nível de educação do jovem e pode ser utilizado para cobrir despesas como transporte, material escolar e alimentação. O programa oferece aos jovens a possibilidade de participar de cursos de formação profissional e programas de treinamento para melhorar suas habilidades e aumentar suas chances de ingressar no mercado de trabalho.

O programa *"Progresar"* tem sido visto como uma importante ferramenta de combate à pobreza e à exclusão social na Argentina, além de estimular a educação e o desenvolvimento humano dos jovens.

Ainda, a bancarização das intervenções do Estado também pode gerar exclusão de pessoas que não possuem acesso ao sistema bancário, seja por falta de documentos ou outros motivos, é importante que o Estado esteja atento a essas questões e busque formas de garantir que todas as pessoas possam ter acesso aos benefícios sociais e econômicos oferecidos[59].

O autor (DI VIRGILIO, 2011) destaca as cozinhas comunitárias como espaços que promovem formas coletivas de consumo e a sua importância no contexto de diferentes processos de territorialização das políticas sociais, que antes estavam centradas em intervenções habitacionais. Já (SORDINI, 2020) analisa a preparação de alimentos nessas cozinhas e as estratégias de auto-organização adotadas por mulheres responsáveis por esses espaços em bairros populares e marginalizados, como em Rosário durante a pandemia de COVID-19. (SORDINI, 2020) destaca que, mesmo antes do contexto pandêmico, as cozinhas comunitárias já vinham recebendo um número significativo de pessoas e que sua importância se tornou ainda mais evidente diante das dificuldades enfrentadas pelas populações mais vulneráveis.

O aumento da fome nos bairros mais pobres de Rosário começou em 2018, devido à

[59]La bancarización y los determinantes de la disponibilidad de servicios bancarios en Argentina. Banco Central de la República Argentina. 2022. Disponível em: https://www.bcra.gob.ar/pdfs/investigaciones/60_anastasi.pdf. Acesso em 23 de Dezembro de 2022.

inflação, impostos mais altos e aumento do desemprego. Com a pandemia de COVID-19, a situação se agravou ainda mais e ações sociais foram implementadas para ajudar famílias pobres nos bairros de *Roullion*, *Segui* (conhecido como *Toba e Aycucho*), e *Esperanza de Villa Gobernador Galvez*. Dados divulgados pelo Observatório Social da Universidade Católica Argentina (UCA) em 11 de dezembro de 2020, mostrou que a pobreza e a fome atingiam cerca de 34,9% de famílias nos bairros periféricos de Rosário, 44,2% das pessoas estavam abaixo da linha da pobreza no final do terceiro trimestre daquele ano, acima dos 32,1% e 40,8% respectivamente registrados no mesmo período em 2019. O estudo também aponta que, os números seriam superiores, se o Estado não tivesse implementado medidas de ajuda em face desta situação[60].

Durante a pandemia, as famílias viram sua capacidade financeira diminuir drasticamente, o que resultou em um aumento do empobrecimento e da insegurança alimentar. A crise afetou diversos setores da economia, como pequenas e médias empresas, além de aumentar a informalidade econômica, a pobreza e a exclusão social. Na cidade de Rosário, esse cenário pode ser percebido pelo aumento da demanda por alimentos ao longo do ano de 2020 durante o período de quarentena. Para atender a essa necessidade, o investimento estatal em alimentos quase triplicou, evidenciando a situação alarmante de pobreza na região[61].

Dados fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Humano e Habitat do Município de Rosário, durante os meses de janeiro à novembro de 2020, apontou que o Banco de Alimentos de Rosário (BAR) organização que recebe doações e financiamentos de cerca de 250 empresas, e com essas contribuições, ajuda regularmente 390 organizações espalhadas pela cidade, que providenciam mais de 297.470 refeições para mais de 81.211 moradores em situação de insegurança alimentar.

Em tempos de pandemia, foi criada a campanha *"Vamos espalhar Solidariedade"*, que teve início em março de 2020 e de acordo com os dados registrados até dezembro, em 245 dias de campanha, foram entregues 5.083.822 quilos de alimentos a 1.634 entidades,

[60]Observatorio de la Deuda Social Argentina. UCA. 11 de dezembro. 2020. Disponível em: https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/720 Acesso em 21 de dezembro. 2022

[61]Los números del hambre que desnudan el preocupante aumento de la pobreza en Rosario. Observatorio de la Deuda Social Argentina. UCA. 11 de dezembro. 2020. Disponível em: https://observatorio.unr.edu.ar/observatorio-de-la-deuda-social-argentina-uca/ Acesso em 15 de dezembro. 2022.

beneficiando 394.161 pessoas.[62] Periodicamente, são realizadas doações para organizações da sociedade civil com o objetivo de contribuir com a assistência alimentar à população por meio de cozinhas comunitárias.

O atendimento e fortalecimento de organizações por parte do Município aumentou em 240%, sendo em 2020 os valores de US$13.594.900 em 2019 e US$46.261.970 em 2020, isso reflete a demanda alarmante por alimentos nas áreas mais carentes da cidade e a necessidade urgente de ONGs terem ajuda do Estado para poder fornecer alimentos aos que empobreceram durante a pandemia. A assistência alimentar em Rosário em 2020, com investimento local e provincial, em relação a 2019, aumentou 228%, em 2019 foram entregues 31.398 caixas de alimentos, enquanto em 2020 foram entregues 102.900 caixas, isso exigiu um aumento do investimento econômico do município em 214%, durante o ano de 2019, a despesa foi de US$21.316.652 e neste ciclo foi de US$66.972.495.

O município trabalhou com mais de 250 pessoas em situação de rua, e durante a quarentena, foram realizadas operações ancoradas na resolução da vulnerabilidade social[63], os dispositivos de contenção foram montados na região de La Rural, em Rosário Central (sede Cruce Alberdi), no Abrigo Municipal e na região conhecida como La Casona, banheiros para higiene pessoal também foram montados em diferentes pontos da cidade e em coordenação com os voluntários, foram distribuídas 320 refeições durante o segundo semestre de 2020[64]. Os números divulgados pela UCA e da Secretaria de Desarrollo Humano y Hábitat de la Municipalidad de Rosario, coincidem com os divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC) em outubro deste ano sobre o aumento da pobreza na Grande Rosário e na grande região da Província de Santa Fé.

---

[62]Secretaría de Desarrollo Humano y Hábitat de la Municipalidad de Rosario. 11 de diciembre. 2020 Disponível em https://www.rosario.gob.ar/inicio/secretaria-de-desarrollo-humano-y-municipalidad

[63]De acordo com a ONU a resolução da vulnerabilidade social refere-se à adoção de medidas e políticas que visam enfrentar e superar as condições de fragilidade e desigualdade nas quais determinados grupos ou indivíduos se encontram. Envolve a implementação de ações que promovam o acesso a recursos básicos, como educação, saúde, moradia e emprego, de forma a garantir uma vida digna e igualdade de oportunidades para todos. A resolução da vulnerabilidade social requer esforços conjuntos dos governos, da sociedade civil e de diferentes setores, com o objetivo de criar um ambiente favorável para o desenvolvimento e a inclusão social. Isso inclui a implementação de programas sociais, políticas de combate à pobreza, fortalecimento da rede de proteção social e a promoção da participação e empoderamento das pessoas vulneráveis.

[64]Secretaría de Desarrollo Humano y Hábitat de la Municipalidad de Rosario. 11 de diciembre. 2020 Disponível em https://www.rosario.gob.ar/inicio/secretaria-de-desarrollo-humano-y-habitat#:~:text=La%20Secretaría%20tiene%20por%20finalidad,medio%20ambiental%20y%20habitacional%20(Decreto Acesso em 15 de dezembro. 2022

No primeiro semestre de 2020, a grande Rosário teve 41,8% da sua população atingida pela pobreza e 13,3% pela indigência, o que significa que 551.802 pessoas não conseguiram arcar com seus gastos básicos, e 176.166 não conseguiram sequer pagar por uma cesta básica de alimentos. A ajuda alimentar promovida pela província de Santa Fé tentou minimizar o problema para que ele não se agravasse ainda mais e a taxa de indigência vinha crescendo moderadamente desde 2018, passando de 5% no primeiro semestre daquele ano para 5,7% no mesmo período de 2019 e chegando a 7,3% no final de 2020. A pandemia agravou o problema, fazendo com que a taxa de indigência saltasse para 13,3%[65].

Nos dois últimos anos do governo de Maurício Macri (2015-2019), a pobreza no país aumentou significativamente, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC), a taxa de pobreza passou de 29% em 2015 para 32% em 2016 e chegou a 35% em 2019, essa alta na pobreza foi atribuída a uma série de políticas econômicas adotadas pelo governo de Macri, que incluíram cortes nos gastos públicos, redução de subsídios para serviços básicos como energia e transporte, desvalorização da moeda local e aumento dos juros e analistas apontaram que a inflação crescente durante o governo de Macri também contribuiu para o aumento da pobreza, uma vez que os preços dos alimentos e outros produtos básicos subiram rapidamente, e com a chegada da Pandemia, agravou-se muito mais[66].

Por sua vez, a Província Santa Fé, onde localiza-se a cidade de Rosário, alcançou uma taxa de pobreza de 42,6% e indigência de 10,9%, mesmo sendo uma das províncias mais ricas do Estado Argentino, o que em números, chegam a 778.668 de pessoas em miserabilidade.[67]

A Pesquisa Permanente de Domicílios (EPH) havia medido 17,9% de desemprego em Rosário e 20,3% na capital provincial no segundo trimestre do ano. Os mais atingidos foram os trabalhadores informais, já que a dupla remuneração e o ATP possibilitaram reduzir bastante os prejuízos ao emprego registrado[68], para enfrentar o impacto das restrições devido

[65]Secretaría de Desarrollo Humano y Hábitat. Municipalidad de Rosario. 2020/2021. Disponível em https://www.rosario.gob.ar/inicio/secretaria-de-desarrollo-humano-y-habitat Acesso em 24 de novembro. 2022

[66] El Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina. Governo da Argentina. 2020. Disponível em https://www.indec.gob.ar. Acesso em 13 de Novembro. 2022.

[67]Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC). República Argentina. Dezembro.2020. Disponível em https://www.indec.gob.ar Acesso em: 15 de dezembro. 2022.

[68]De acordo com o Banco Mundial, a redução significativa dos prejuízos ao emprego registrado refere-se à implementação de medidas e políticas que visam proteger e preservar os postos de trabalho formais. Isso envolve a adoção de estratégias que minimizem os impactos negativos nos empregos com carteira assinada, como demissões em massa, redução de jornada e salários, e garantam a manutenção dos direitos trabalhistas.

à pandemia, o Governo de Santa Fé investiu em 2020, US $195 milhões para fazer cerca de 5.500 contribuições no âmbito do Programa Emergencial de Assistência Econômica. São contribuições não reembolsáveis entre US $10.000 e US $50.000 por mês, na Província, eles avaliam isso como uma chave para mitigar o impacto desses números[69].

A província de Santa Fé, através de seu Ministro do Desenvolvimento Social da Nação Daniel Arroyo, em 2020 assinou um convênio com o Governador Omar Perotti para implantação do cartão de alimentação, nesse contexto, foi criado no fim de 2019 o Plano "Argentina Contra a Fome", composto por diversas ações, sendo a mais importante o cartão alimentar, que distribuiu cerca de 110.000 cartões através do Banco de la Nación, e este cartão destinou-se exclusivamente à compra de alimentação[70].

Essa iniciativa ajudou mães, pais com filhos menores de 6 anos, gestantes após 3 meses de gravidez e pessoas com deficiência a se sustentarem. Mais de 200.000 crianças foram beneficiadas e foram investidos um total de 550 milhões de pesos na economia local. Essas políticas públicas foram benéficas tanto para a província de Santa Fé quanto para a cidade de Rosário. O Estado argentino investiu o equivalente a cinco pontos do PIB nacional na sustentação da economia diante da pandemia, mais dois pontos em assistência financeira. Criou o IFE[71], o ATP[72], o cartão alimentar, implementou créditos a taxas subsidiadas e ordenou aumentos extra das pensões e do AUH[73], além de encaminhar fundos para as províncias para compensar a queda da arrecadação nacional e municipal.

Essas medidas podem incluir incentivos fiscais, programas de capacitação e requalificação profissional, estímulo à criação de novas oportunidades de trabalho e ações de estímulo ao empreendedorismo. O objetivo é promover a estabilidade e a sustentabilidade do emprego formal, contribuindo para a proteção dos trabalhadores e a manutenção da atividade econômica.

[69]Desarrollo Social . Gobierno de Santa Fe. 2020. Disponível em: https://www.santafe.gov.ar/index.php/web/content/view/full/93747 Acesso em 11 de novembro. 2022

[70]Argentina contra el hambre. Ministerio de Desarrollo Social. 2019. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/argentina-contra-el-hambre Acesso em 24 de Dezembro de 2022

[71]IFE (Ingreso Familiar de Emergencia) foi um programa temporário de transferência de renda implementado na Argentina em resposta ao impacto econômico da pandemia do COVID-19. O programa destinava-se a apoiar financeiramente as famílias carentes, especialmente aquelas que perderam sua renda ou enfrentaram dificuldades econômicas devido à pandemia.

[72]ATP (Ayuda a la Producción y al Trabajo) é um programa na Argentina que foi lançado pelo governo em resposta ao impacto econômico da pandemia do COVID-19. O programa oferece assistência financeira a empregadores e funcionários afetados pela pandemia e pela crise econômica resultante.

[73]AUH (Asignación Universal por Hijo) programa social na Argentina que oferece assistência financeira a famílias com filhos menores de 18 anos em situação econômica vulnerável. O programa foi lançado em 2009 pelo governo da presidente Cristina Fernández de Kirchner.

Em Santa Fé, quase 700.000 pessoas recebem o IFE, enquanto 19.000 PMEs[74] e 175.000 trabalhadores recebem o ATP. O Cartão Alimentar abrange 110 mil beneficiários, somam-se os reforços nacionais para AUH e aposentados, os subsídios também foram restaurados e a assistência às finanças provinciais foram implementadas. O projeto de orçamento nacional para 2021 contempla os gastos de US $340 bilhões no território de Santa Fé, incluindo, mais de $6 bilhões de pesos argentinos para o cartão Alimentar. No Congresso Argentino, foi aprovado a contribuição especial para grandes fortunas, cuja a arrecadação será revertida em parte para a urbanização de bairros vulneráveis, assim como o desemprego, a taxa de pobreza na Grande Rosário é superior à taxa nacional, que se situa em 40,9%[75]. A porcentagem de pobres em Rosário é a oitava maior do país, o triste ranking é liderado por Concórdia (52,2%), a cidade de Buenos Aires tem a menor cifra (17,3%). Outro destaque da política pública no combate à fome na cidade de Rosário, foi o investimento de US $63 Milhões de Pesos para combater a fome na cidade e região[76].

A Universidade Nacional de Rosário (UNR) recebeu mais de 63 milhões de pesos para financiar cinco projetos escolhidos no Edital Nacional de Ciência e Tecnologia contra a Fome e entre esses projetos, a UNR avançou na construção da Fábrica Pública de Alimentos e em outras quatro iniciativas. A Fábrica Pública de Alimentos tem como objetivo garantir o acesso a alimentos nutritivos e de qualidade para os setores mais vulneráveis de Rosário e região, priorizando crianças. Esses alimentos foram desenvolvidos pela UNR em coordenação com a Prefeitura de Rosário e com o apoio do Conselho Nacional de Políticas Sociais e dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Desenvolvimento Social da Nação. As ações fazem parte do Plano Nacional "Argentina contra a Fome"[77] e os alimentos são distribuídos na cidade

[74]PME (Pequeñas y Medianas Empresas) é o termo espanhol para Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Na Argentina, as PMEs são uma parte crucial da economia, pois representam uma parcela significativa dos negócios e contribuem para o emprego e o crescimento econômico.

[75]Argentina aprueba impuesto a la riqueza para financiar lucha contra coronavirus. El Páis. 05 de Dezembro. 2020. Disponivel em https://elpais.com/internacional/2020-12-06/argentina-aprueba-un-impuesto-a-la-riqueza-para-financiar-la-lucha-contra-el-coronavirus.html Acesso em 23 de dezembro de 2022

[76]Santa Fe se suma al Plan “Argentina Contra el Hambre”. Ministério de Desarrollo Social. 14 de janeiro. 2020. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/noticias/santa-fe-se-suma-al-plan-argentina-contra-el-hambre Acesso em 15 de dezembro. 2022.

[77]O Plano Nacional Argentina contra a Fome é uma iniciativa do governo argentino que visa combater a fome e promover a segurança alimentar no país. O plano é baseado em políticas e ações que buscam garantir o acesso adequado e regular a alimentos para toda a população, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade. Ele envolve a implementação de programas de assistência alimentar, como a distribuição de alimentos, a criação de cozinhas comunitárias e o fortalecimento da agricultura familiar. Outrossim, o plano também busca promover a educação alimentar, incentivar práticas agrícolas sustentáveis e melhorar as

por meio de um trabalho conjunto com o município e instituições que prestam assistência alimentar. O financiamento nacional para a Fábrica Pública de Alimentos foi de mais de 18 milhões de pesos[78].

Em um momento complexo, a UNR decidiu assumir um compromisso que envolveu todos os níveis do Estado Argentino e da própria universidade. O objetivo foi criar uma conexão entre o desenvolvimento científico e tecnológico e políticas práticas de combate à fome. A universidade trabalhou em diversos projetos, como a construção da Fábrica Pública de Alimentos, pesquisas sobre acesso e qualidade da água potável, aprimoramento da qualidade e produção de laticínios, e questões urbanas. A universidade recebeu mais de 500 propostas em todo o país, o que demonstra o seu compromisso com a pesquisa em ciência voltada para a luta contra a fome.

Os projetos selecionados têm como objetivo promover e reforçar a integração de conhecimentos e avanços tecnológicos e sociais relacionados a soluções de acesso a alimentos e água potável, além de enfrentar a vulnerabilidade socioambiental. Desta forma, a UNR busca contribuir para o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade para os setores mais vulneráveis de Rosário e da região, especialmente crianças e adolescentes. Isso será feito por meio de iniciativas científico-tecnológicas para ajudar a combater a fome e a insegurança alimentar[79].

Os cinco projetos em desenvolvimento da Universidade Nacional de Rosário são:

- *Fábrica de Alimentos Públicos da UNR* (Financiamento - US $18.882.500), Construção de uma planta industrial para produção de alimentos de alto valor nutricional a baixo custo, com diversas linhas de produtos, cada uma com sua

condições socioeconômicas das famílias. O objetivo principal é erradicar a fome e construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde todas as pessoas tenham acesso adequado à alimentação.

[78]Planta Pública de Alimentos. UNR. 2021. Disponível em: https://unr.edu.ar/planta-publica-de-alimentos/ acesso em 23 de janeiro de 2022

[79]De acordo com a ONU, as iniciativas científico-tecnológicas desempenham um papel fundamental no combate à fome e à insegurança alimentar. Elas envolvem o desenvolvimento e a aplicação de soluções inovadoras que visam melhorar a produção, o armazenamento, a distribuição e o acesso a alimentos de qualidade. Essas iniciativas incluem avanços tecnológicos na agricultura, como técnicas de cultivo mais eficientes e sustentáveis, melhoramento genético de plantas e uso de recursos hídricos de forma mais inteligente. Também envolvem pesquisas para a criação de alimentos mais nutritivos, seguros e de baixo custo, bem como o desenvolvimento de tecnologias de conservação de alimentos. Essas ações científico-tecnológicas têm o objetivo de aumentar a produtividade agrícola, reduzir perdas pós-colheita, melhorar a segurança alimentar e promover a sustentabilidade dos sistemas alimentares.

fórmula alimentar balanceada. Está prevista a produção de uma linha baseada em diferentes alimentos secos (lentilha, arroz, macarrão, milho) e alimentos desidratados (tomate, soja, páprica, ervilha, cebola, cenoura, milho, etc.), aos quais serão incorporados carboidratos, proteínas, lipídios (óleo vegetal), vitaminas e minerais, em proporções adequadas para um maior aporte nutricional.

- *Biofiltração de metais presentes em águas subterrâneas para consumo* (Financiamento US $9.555.625).
- *Desenvolvimento de um mecanismo de biofiltração* de metais em águas subterrâneas destinadas ao consumo humano por populações localizadas em regiões com poucas possibilidades de acesso a fontes alternativas de água potável.
- *Conquista de direitos: Inovações tecnológicas e gestão de bairros para o acesso universal à água e saneamento* (Financiamento: US $ 17.309.588), desenho e desenvolvimento de um modelo de gestão de bairro para serviços públicos de água e saneamento a ser aplicado em áreas pouco desenvolvidas onde os serviços formais não chegarão a curto prazo, pois são áreas que estão fora da área de concessão da administração, e onde tecnologias tradicionais não podem ser aplicadas, devido à própria configuração das casas e assentamentos, desenvolvimento e transferência de cultivos de tomate para sistemas de produção urbanos e periurbanos. (Financiamento US $ 2.000.000), contribuir dos programas existentes de Melhoramento Genético do Tomate em instituições públicas (UNR, UNSa, INTA La Consulta, INTA Salta) com materiais genéticos adaptados aos sistemas de produção urbana e periurbana dos cinturões hortícolas das grandes cidades do país para divulgar o trabalho para o comunidade e estabelecer laços de confiança e cooperação no território.
- *Laticínios funcionais: enriquecidos e/ou fortificados com nutracêuticos e minerais bioativos* (Financiamento de US $ 15.744.600), queijo fortificado com cálcio e enriquecido com zinco (QUA), queijo fortificado com ferro, zinco e vitamina C (QUB), iogurte enriquecido com antocianinas microencapsuladas

(YC), iogurte enriquecido com derivados proteicos de espirulina, sobremesa láctea de soro de leite (PLE).[80]

Durante a pandemia, tornou-se urgente expandir as políticas públicas de combate à fome e implementar diferentes ações para suprir as necessidades diversas da população vulnerável. É importante otimizar os recursos para fornecer uma variedade de alimentos frescos, como legumes e proteínas, para as cozinhas populares, em vez de depender apenas de voluntários e redes de apoio. As cozinhas comunitárias e áreas de alimentação que surgiram em resposta à fome e carências nos bairros são espaços de consumo coletivo, e é necessário apoiar a produção e o consumo de alimentos e outros bens e serviços para organizar a vida diária da população. Nesse sentido, políticas públicas são importantes para garantir que as necessidades básicas da população sejam atendidas.

Panelas Populares (*Ollas Populares*) é um programa social iniciado pelo governo da Argentina em 2018 para fornecer utensílios de cozinha de baixo custo para famílias de baixa renda. O programa visa promover práticas de culinária saudável e reduzir o uso de panelas de baixa qualidade, que podem liberar substâncias tóxicas nos alimentos, no programa, as famílias podem adquirir um conjunto de quatro utensílios de cozinha de alumínio de alta qualidade, incluindo uma frigideira, uma panela, uma caçarola e uma grelha, a um preço subsidiado de 400 pesos argentinos (aproximadamente 4 dólares americanos). As panelas são vendidas através de centros de distribuição locais e podem ser compradas com dinheiro ou cartões de crédito/débito.

O programa tem sido bem-sucedido em fornecer utensílios de cozinha acessíveis para famílias de baixa renda e promover práticas de culinária saudáveis, no entanto, também enfrentou críticas por ser uma solução de curto prazo para um problema maior de pobreza e desigualdade na Argentina e alguns críticos também levantaram preocupações sobre o impacto ambiental da produção e distribuição de grandes quantidades de panelas de alumínio.

Cozinhas comunitárias itinerantes são iniciativas para oferecer refeições acessíveis e saudáveis para pessoas em situação de vulnerabilidade social em diferentes locais da cidade de Rosário. Essas cozinhas são organizadas por grupos de voluntários e podem ser montadas

[80]Planta Pública de Alimentos. UNR. Disponível em: https://unr.edu.ar/planta-publica-de-alimentos/ Acesso em 15 de dezembro. 2022

em espaços públicos, como praças e parques, ou em locais privados, como igrejas e escolas. O objetivo principal dessas cozinhas é promover a alimentação saudável e consciente e proporcionar um espaço de convivência e integração entre os participantes. Ademais, elas também ajudam a combater o desperdício de alimentos, utilizando ingredientes que seriam descartados por mercados e restaurantes. O funcionamento dessas cozinhas depende de doações e do trabalho voluntário de pessoas da comunidade e organizações políticas e essas iniciativas podem ser encontradas em diversas cidades da Argentina.

As cozinhas itinerantes organizadas por sindicatos ou partidos políticos, entre suas características, desempenham suas atividades essencialmente com fundos da organização e do Estado local, provincial ou nacional em diferentes modalidades (mercadorias e subsídios) e os que os compõem são militantes e/ou beneficiários de programas sociais. Estas pessoas não só desempenham tarefas estritamente relacionadas com a alimentação (preparação, limpeza, etc.) como também desenvolvem múltiplas atividades de angariação de fundos: angariação de donativos de particulares, organização de sorteios, entre outras, e em algumas organizações, a assembleia se destaca como estratégia de tomada de decisão. O local de atuação pode ser diversificado, desde a casa de alguém da organização/movimento/grupo político, passando por um local no bairro, clube ou organização, vias públicas, ou até mesmo, em alguns casos em que a própria casa é utilizada, materializa-se uma expansão do espaço doméstico em que a esfera privada passa a ser compartilhada com a comunidade, enquanto nas restantes cozinhas/áreas de merendas se dão a divulgação através do "boca a boca"[81] e da assiduidade de pessoas à procura de alimentos. Neste tipo uma estratégia de "promoção adicional" através de cartazes elaborados pelos membros, além dos serviços de alimentação são oferecidas atividades como apoio escolar, cultural, educativo, de inclusão digital, atividades comunitárias referentes à implementação de programas sociais, guarda-roupa, entre outros.

[81]De acordo com o Dicionário Aurélio, a divulgação através do "boca a boca" é uma forma tradicional de compartilhar informações e recomendações entre as pessoas. É um meio de comunicação informal e pessoal, em que as pessoas compartilham suas experiências, opiniões e recomendações com outras pessoas de seu círculo social. Essa forma de divulgação é baseada na confiança interpessoal e geralmente ocorre de forma presencial ou por meio de conversas informais. O boca a boca pode ser uma ferramenta poderosa para disseminar informações sobre produtos, serviços, eventos ou iniciativas, pois as recomendações pessoais tendem a ter um impacto significativo nas decisões e comportamentos das pessoas. No entanto, é importante ressaltar que a divulgação boca a boca pode ser subjetiva e influenciada por percepções individuais, por isso é sempre recomendável buscar outras fontes de informação para obter uma visão mais abrangente e embasada.

Cozinhas itinerantes lideradas por organizações e/ou partidos políticos têm mais chances de acessar fundos ou suprimentos de entidades públicas do que as cozinhas itinerantes organizadas por cidadãos individuais. Essas cozinhas itinerantes, devido à sua relação com as referências políticas, tendem a estabelecer uma presença no território de atuação e, assim, se tornar uma referência ou criar uma liderança política.

3- REFLEXÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME NA ARGENTINA E EM ROSÁRIO

3.1 - Reflexões sobre a Importância das Ações de Controle na Eliminação da Pobreza: A Contribuição dos Programas Sociais

A Argentina, em particular a cidade de Rosário, tem enfrentado desafios significativos no que diz respeito à fome e à pobreza nos últimos anos, no entanto, as políticas públicas implementadas nesses locais têm mostrado resultados positivos na luta contra a fome[82]. O governo argentino tem desenvolvido diversas iniciativas, incluindo o Programa Nacional de Segurança Alimentar e o Plano Nacional de Nutrição e Alimentação, com o objetivo de garantir que toda a população, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, tenha acesso a alimentos saudáveis e nutritivos. Na cidade de Rosário, foram criados programas específicos para atender às necessidades das famílias em situação de fome e pobreza, como o Programa de Segurança Alimentar e o Programa Rosário de Inclusão Social, esses programas fornecem alimentos para as famílias em situação de vulnerabilidade, além de promoverem a inclusão social e o acesso a serviços básicos, como saúde e educação.

De acordo com informações do Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC), as políticas implementadas na Argentina para combater a fome e a pobreza têm apresentado resultados positivos, a taxa de pobreza no país caiu de 32% em 2019 para 28% em 2020, na

[82]Reflexões sobre a Importância das Ações de Controle na Eliminação da Pobreza: a Contribuição dos Programas Sociais" é uma análise que destaca a relevância das ações de controle no combate à pobreza e o papel crucial dos programas sociais nesse processo. A nota ressalta que o controle efetivo das políticas de distribuição de recursos e a implementação adequada dos programas sociais são fundamentais para promover a inclusão social e reduzir a desigualdade. Ademais, destaca como tais programas podem oferecer suporte financeiro, acesso à educação, saúde e outras necessidades básicas, ajudando a melhorar as condições de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade. A nota conclui ressaltando a importância contínua dessas ações e programas para alcançar a eliminação da pobreza e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

cidade de Rosário, o programa de segurança alimentar distribuiu alimentos para mais de 11.000 famílias em 2020, o que representa um aumento de mais de 200% em relação ao ano anterior. Esses números indicam que as políticas públicas têm sido eficazes na redução da fome e da pobreza nessas localidades[83].

Embora as políticas implementadas tenham gerado resultados positivos, ainda há muito a ser feito para garantir que todos tenham acesso a alimentos saudáveis e nutritivos na Argentina e em Rosário. Infelizmente, a pandemia da COVID-19 agravou a desigualdade social em toda a América Latina, expondo políticas públicas equivocadas que aumentaram a pobreza, como as aplicadas no Brasil durante o Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) e na Argentina, esse processo já estava em andamento durante o Governo de Mauricio Macri (2015-2019), que implementou políticas neoliberais centradas na distribuição desigual de renda, prejudicando a qualidade de vida e dificultando o acesso à alimentação e outras necessidades básicas. Portanto, medidas políticas são necessárias para melhorar a vida da população, criar um eixo transversal que impacte o bem-estar social[84] e tenha um reflexo positivo na recuperação da dignidade e dos direitos humanos básicos. Lembrando que o país é um importante produtor de alimentos e tem programas públicos e privados de assistência social alimentar, ainda enfrenta um número significativo de pessoas que passam fome e falta de alimentos. Este problema é especialmente grave para as crianças mais vulneráveis, que muitas vezes sofrem com atrasos no crescimento e anemia, sendo difícil entender como é possível que, em países emergentes como a Argentina e o Brasil, a fome ainda seja uma realidade para muitos, especialmente quando existem recursos e programas disponíveis para ajudar a resolver esse problema. É necessário que os governantes e políticos tomem medidas mais decisivas e efetivas para acabar com a fome de forma imediata e acabar com essa intolerável e infame situação.

---

[83]Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC). República Argentina. Dezembro.2020. Disponível em https://www.indec.gob.ar Acesso em: 15 de dezembro. 2022.

[84]Criar um eixo transversal que impacte o bem-estar social significa estabelecer uma abordagem abrangente e integrada que considere diferentes áreas e setores, visando melhorar as condições de vida e promover o bem-estar da sociedade como um todo. Essa estratégia busca ir além de ações isoladas, buscando a coordenação e o alinhamento de políticas, programas e recursos em áreas como educação, saúde, habitação, trabalho, segurança, entre outras. O objetivo é enfrentar os desafios sociais de forma mais efetiva, garantindo que todas as dimensões do bem-estar sejam abordadas de maneira holística e complementar. Ao criar esse eixo transversal, busca-se promover a equidade, a inclusão social e a qualidade de vida, reconhecendo a interdependência e a complexidade dos fatores que influenciam o bem-estar das pessoas e das comunidades.

Apesar das medidas de controle de danos adotadas durante a pandemia, muitos grupos da população ainda sofrem com a fome devido à falta de uma ação política efetiva e decisiva dos governantes. Em vários países, a fome é tratada como um aspecto estrutural da realidade socioeconômica e política, pois as pessoas que passam fome não estão organizadas, não têm sindicatos ou representantes e não costumam protestar ou fazer piquetes. Por isso, os políticos não dedicam a devida atenção ao problema, priorizando outras questões e atividades em sua agenda.

São vários os casos em que líderes políticos e governos proclamam a necessidade de eliminar a pobreza, melhorar a distribuição de renda e até mesmo aumentar a inclusão social, e para isso continuamente criam e reforçam diversos programas sociais. Mas este é apenas um dos temas preferidos dos discursos e na maioria das vezes não se avalia o real impacto das ações e programas específicos que são desenvolvidos e não se sabe – nem importa – se contribuem para atingir objetivos específicos.

Em vários países, os programas sociais são utilizados como ferramentas clientelistas para manter grupos de pessoas dependentes dos fundos, subsídios e programas do Estado, o que os mantém presos ao grupo político no poder. Infelizmente, para esses grupos, acabar com os problemas de fome e pobreza não é politicamente conveniente e, portanto, é melhor deixar os vulneráveis em um estado de limbo, mantendo-os dependentes e sob controle no sistema clientelista[85].

Após chegar à reflexão anteriormente mencionada, surge a questão: é realmente possível acabar com a fome? E, caso sim, quais políticas públicas são fundamentais para alcançar esse objetivo? Tanto antes quanto durante a pandemia, houve avanços significativos no estudo das causas da fome e em investigações sobre o impacto de várias políticas e programas sociais. Com base nesses estudos, podemos afirmar com certeza que é possível

[85]De acordo com a ONU, a vulnerabilidade de certos grupos sociais pode levá-los a um estado de limbo, em que se encontram dependentes e sob controle no sistema clientelista. O clientelismo é um sistema em que as relações políticas são baseadas em trocas de favores pessoais, em que os indivíduos mais vulneráveis podem ser explorados e mantidos em uma posição de dependência em troca de assistência ou benefícios limitados. Nesse contexto, pessoas em situação de vulnerabilidade podem ficar presas em um ciclo vicioso, em que suas necessidades básicas são atendidas de forma precária e condicionada, dificultando sua capacidade de superar a vulnerabilidade e alcançar autonomia. É fundamental combater o clientelismo e promover políticas públicas inclusivas e efetivas que ofereçam oportunidades reais de desenvolvimento e empoderamento para aqueles que estão em situação de vulnerabilidade, visando garantir seus direitos e promover uma sociedade mais justa e equitativa.

acabar com a fome, mas isso exigirá a implementação coordenada, integrada, persistente e eficaz de diversas políticas complementares[86].

A análise dos dados mostra que a Cúpula do Milênio convocada pelas Nações Unidas em 2000 estabeleceu uma meta tímida: reduzir pela metade a proporção de pessoas que passavam fome em 1990 até 2015. Muitos países não alcançaram essa meta, mas a comunidade internacional deveria ter sido mais clara e forte ao sinalizar que a fome é intolerável e precisa ser eliminada rapidamente. Agora, que os líderes mundiais estão discutindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, é necessário que o sinal seja alto e claro, estabelecendo que a única coisa aceitável é a Fome Zero, como indicou o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki Moon, na Rio + Conferência de Desenvolvimento Sustentável em 20 de junho de 2012[87].

Embora os termos "fome" e "segurança alimentar" estejam relacionados, eles não são sinônimos[88], já que a segurança alimentar abrange uma série de aspectos que vão além de simplesmente eliminar a fome. Para garantir a segurança alimentar, é necessário levar em consideração problemas como a produção, o comércio e o transporte de alimentos, além dos padrões de consumo da população, o acesso aos alimentos e seu valor nutricional, a energia e a segurança, bem como a influência e a mitigação de variações climáticas, ambientais e de preço, entre outros fatores. Já o problema central da fome é mais simples e se concentra na falta de acesso a uma quantidade suficiente de alimentos nutritivos para uma vida saudável.

---

[86]De acordo com a ONU, a implementação coordenada, integrada, persistente e eficaz de diversas políticas complementares é essencial para alcançar resultados significativos e sustentáveis em diferentes áreas. A coordenação entre diferentes setores e atores governamentais, bem como a integração de abordagens e ações, fortalecem o impacto das políticas e maximizam os resultados desejados. Além disso, a persistência e a continuidade dessas políticas são fundamentais para garantir que os esforços não sejam interrompidos prematuramente e que os objetivos sejam alcançados de maneira consistente ao longo do tempo. A eficácia das políticas depende da implementação adequada e da avaliação regular dos resultados, permitindo ajustes e melhorias ao longo do caminho. A implementação coordenada, integrada, persistente e eficaz de políticas complementares é um elemento chave para promover o desenvolvimento sustentável e atingir metas e objetivos estabelecidos.

[87]Sobre a Rio+20. BRASIL. 2012. Disponível em: http://www.rio20.gov.br acesso em 28 de dezembro. 2022.

[88]De acordo com a Enciclopédia Barsa, embora os termos "fome" e "segurança alimentar" estejam relacionados, eles não são sinônimos. A fome refere-se à condição de privação extrema de alimentos, em que as pessoas não têm acesso suficiente para atender às suas necessidades nutricionais básicas. Já a segurança alimentar envolve não apenas o acesso adequado a alimentos, mas também a disponibilidade, o acesso, a utilização e a estabilidade de recursos alimentares para uma vida saudável e ativa. A segurança alimentar abrange a garantia de que todas as pessoas tenham acesso físico, econômico e social a alimentos seguros, nutritivos e culturalmente adequados, além de garantir a sustentabilidade dos sistemas alimentares. Portanto, enquanto a fome se refere a uma situação específica de escassez extrema de alimentos, a segurança alimentar é uma abordagem mais ampla e holística para garantir o bem-estar nutricional e a dignidade de todas as pessoas.

Em outras palavras, a fome se refere exclusivamente à possibilidade de ter acesso a alimentos em quantidades adequadas. As famílias passam fome porque não têm acesso a uma quantidade mínima de alimentação adequada, seja porque sua renda não é suficiente para comprá-la, não podem produzi-la por conta própria, seja porque não recebem doações e transferências de terceiros suficientes para atender suas necessidades básicas.

Para eliminar a fome, é preciso focar no problema do acesso aos alimentos, sem desconsiderar outros aspectos da segurança alimentar. É importante analisar as ações adotadas em países como a Argentina, especificamente na cidade de Rosário, durante e após a crise sanitária, para chegar a um consenso sobre o que funciona. É fundamental que as políticas para combater a fome sejam intermediárias, de forma que, no futuro, todos os cidadãos tenham condições de se alimentar de maneira digna. Esse tipo de abordagem é conhecido como "via dupla" ou "via paralela" e é preciso criar condições para que as pessoas possam aumentar permanentemente a capacidade de adquirir uma alimentação adequada, além de atender às necessidades urgentes e imediatas de alimentação adequada e nutritiva para aqueles que sofrem de fome.

Fornecer apenas alimentos ou subsídios e transferências de renda resolve temporariamente a fome, mas cria dependência e perpetua o problema. É preciso criar condições para que as pessoas vulneráveis possam desenvolver suas capacidades e adquirir alimentos com seu próprio esforço, produzindo inclusão social e mudança permanente. Somente o desenvolvimento efetivo das capacidades das pessoas permite acabar definitivamente com a fome[89]. Para acabar com a fome e aumentar as capacidades das pessoas vulneráveis, existem três políticas estruturais cruciais: (a) Promoção do Cooperativismo (b) melhorar a qualidade da educação para os setores de baixa renda e (c) desenvolver o setor rural e as regiões geográficas onde a pobreza está concentrada. Embora essas políticas sejam óbvias, a definição de ações e programas específicos a serem executados

[89]De acordo com a ONU, o fim definitivo da fome só pode ser alcançado por meio do desenvolvimento efetivo das capacidades das pessoas. Isso significa que é necessário investir em educação, saúde, empoderamento e inclusão social, para que as pessoas possam ter acesso a oportunidades e recursos necessários para suprir suas necessidades alimentares de forma sustentável. O desenvolvimento de capacidades envolve capacitar as pessoas para serem agentes ativos na busca de soluções, promovendo habilidades, conhecimentos e oportunidades para que possam produzir, acessar e consumir alimentos de maneira adequada e saudável. Ao investir no desenvolvimento das capacidades das pessoas, podemos não apenas combater a fome, mas também construir uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

e a eficiência alcançada em sua implementação são desafios, e muitas vezes, as ações necessárias para acabar com a fome e a pobreza não estão sendo feitas nessas três áreas.

A promoção do cooperativismo e da economia solidária é fundamental para combater a fome e a pobreza de forma sustentável. Em muitos países, há uma significativa parcela de trabalhadores que enfrentam condições precárias de trabalho, baixa produtividade e salários reduzidos, o que perpetua sua vulnerabilidade à fome e à pobreza. Os trabalhadores informais enfrentam a ausência de garantias e segurança no emprego. A abordagem "Dê um peixe a um homem e ele comerá por um dia; ensine-o a pescar e ele comerá todos os dias" ilustra essa ideia. Porém, é importante reconhecer que crises e fenômenos temporários, como os de ordem social, econômica, de saúde e climática, podem persistir, e as pessoas ainda precisarão de assistência social e seguro para enfrentar essas situações. Portanto, ao impulsionar o cooperativismo e a economia solidária, é possível proporcionar oportunidades de trabalho mais dignas e seguras, com a participação ativa dos trabalhadores em suas tomadas de decisão e nos frutos gerados pelo empreendimento.

Ao adotar essa abordagem, é possível avançar em direção à erradicação da fome e da pobreza de forma mais abrangente, criando sistemas econômicos mais inclusivos e resilientes. O cooperativismo e a economia solidária promovem o empoderamento das pessoas, o compartilhamento dos resultados e a superação das desigualdades, contribuindo para uma sociedade mais justa e com menos desafios de insegurança alimentar e vulnerabilidade social.

O cooperativismo e a economia solidária assumem um papel fundamental como solução diante do cenário de crescente desemprego e desalento na busca por trabalho. Em muitos países, a política trabalhista tem se concentrado na proteção dos empregos já estabelecidos, o que, embora relevante, não pode ser sua única prioridade. Para efetivamente erradicar a fome e a pobreza, é crucial que a política desenvolvimentista concentre esforços na criação de cooperativas, e, para alcançar esse objetivo, é imprescindível combater a informalidade no mercado de trabalho.

O contexto atual exige uma mudança de mentalidade por parte dos governantes, líderes e atores políticos. O foco deve se voltar para o estímulo e o fortalecimento do cooperativismo e da economia social como formas eficazes de enfrentar os desafios do desemprego e da exclusão social. A adoção dessas práticas colaborativas proporciona uma alternativa sólida e sustentável para o desalento enfrentado por muitas pessoas, uma vez que

promove a criação de oportunidades de trabalho autônomas, justas e coletivas. Ao priorizar o cooperativismo e a economia social, é possível fomentar a criação de empreendimentos solidários, nos quais os trabalhadores são protagonistas de suas atividades e decisões, beneficiando-se diretamente dos resultados alcançados. Além disso, a promoção dessas práticas permite estabelecer uma rede de apoio mútuo entre os membros da comunidade, fortalecendo o tecido social e contribuindo para a redução da desigualdade.

Para combater a fome e a pobreza, é necessário ir além das transferências de renda e subsídios, embora o crescimento econômico seja importante, ele não é suficiente. É preciso adotar políticas estruturais específicas para oferecer novas e melhores oportunidades aos pobres, como medidas para criar empregos, melhorar a educação e atender às necessidades do setor rural. Essas medidas complementam as ações de redução da fome que têm impacto no curto prazo e são urgentes. Para ter um impacto imediato, é importante implementar políticas públicas como programas de saúde e nutrição para mulheres e crianças, programas de transferência de renda e programas de alimentação escolar.

Especialistas e organizações internacionais acreditam que a falta de atenção à saúde e nutrição materno-infantil tem sido um fator importante na redução limitada da pobreza em muitos casos. Em um relatório conjunto de 2003 do Banco Mundial e da UNICEF, foi destacado que a incapacidade de lidar com problemas de desnutrição é uma das principais limitações para o progresso na redução da pobreza[90].

A desnutrição infantil tem sérias consequências físicas, mentais e cognitivas nas crianças, e também diminui sua capacidade produtiva no futuro. Esse problema é particularmente crítico nos primeiros 1000 dias de vida, que vão desde a gestação até os dois anos de idade. Além disso, a desnutrição infantil aumenta a probabilidade de infecções, doenças e outros problemas de saúde, tendo assim um alto custo social e econômico, e limitando o potencial de crescimento e desenvolvimento dos países. Apesar disso, o problema da desnutrição infantil frequentemente é negligenciado por economistas, políticos e governos, e muitas vezes não é priorizado nas agendas de redução da pobreza.

[90]Banco Mundial. ONU. 2003. Disponível em: https://news.un.org/pt/tags/banco-mundial Acesso em 12 de novembro. 2022

Existem ações que trabalham para a mudança de situação. Em 2010, por iniciativa das Nações Unidas, foi criado o movimento "*Scaling-Up Nutrition*"[91], que busca enfatizar a prioridade de resolver com urgência os problemas de desnutrição infantil enfrentados pelos países. O movimento é formado por todas as agências e instituições internacionais de desenvolvimento e mais de 100 fundações, organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas. Para acabar com a fome e a pobreza, é fundamental eliminar rapidamente a desnutrição infantil e esta deve ser uma política pública prioritária, à qual se dedicam os maiores e melhores esforços[92].

Com base no exposto, estimamos que a eliminação total do atraso no crescimento, emagrecimento e deficiências de micronutrientes em crianças menores de cinco anos de idade, deve ser um novo Objetivo de Desenvolvimento Pós 2015. Possível atingir esse objetivo com ações e programas essenciais e insubstituíveis de uma estratégia de redução da fome e da pobreza.

Os programas de transferência de renda e subsídio alimentar são a forma mais direta e eficaz de ajudar, de forma imediata, as famílias e pessoas vulneráveis que vivenciam essa situação a superar a fome, atualmente esta política é praticada em vários países e tem diferentes modalidades. Na América Latina e no Caribe, as transferências de renda sujeitas ao cumprimento de determinadas condicionalidades são generalizadas[93], enquanto programas

---

[91]De acordo com a UNICEF, o movimento "Scaling-Up Nutrition" (SUN) é uma iniciativa global que busca combater a desnutrição e promover a nutrição adequada em todo o mundo. Ele é baseado na colaboração entre governos, sociedade civil, organizações internacionais, setor privado e academia, com o objetivo de acelerar a escala das intervenções nutricionais eficazes. O SUN enfatiza a importância de abordagens multissetoriais, integrando ações em áreas como saúde, agricultura, educação, água e saneamento. Através do fortalecimento de políticas, programas e sistemas, o movimento busca melhorar a segurança alimentar, o acesso a alimentos nutritivos e as práticas alimentares adequadas, especialmente para as populações mais vulneráveis, como crianças, mulheres grávidas e lactantes. Ao unir esforços e compartilhar boas práticas, o SUN busca transformar positivamente a nutrição em nível global, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das pessoas.

[92]Scaling Up Nutrition. UNICEF. 2010. Disponível em: https://scalingupnutrition.org Acesso em 12 de novembro. 2022

[93]De acordo com o Banco Mundial, na América Latina e no Caribe, as transferências de renda sujeitas ao cumprimento de determinadas condicionalidades são amplamente adotadas. Essas transferências, também conhecidas como programas de transferência condicionada de renda, são iniciativas governamentais que visam combater a pobreza e promover o desenvolvimento humano. Os beneficiários recebem assistência financeira regularmente, desde que cumpram certos requisitos, como manter as crianças na escola, realizar exames de saúde preventivos ou participar de programas de capacitação. Essas condicionalidades têm o objetivo de incentivar comportamentos positivos e investimentos na educação, saúde e capacitação, visando romper o ciclo intergeracional da pobreza e promover a inclusão social. Embora as transferências condicionadas de renda sejam generalizadas na região, sua implementação varia de país para país, refletindo as prioridades e realidades específicas de cada contexto nacional.

de emprego público rural com características e efeitos semelhantes se generalizaram na Índia[94].

Em muitos países, também são comuns as transferências de alimentos organizadas pelo setor privado (bancos de alimentos), cozinhas populares ou refeitórios estabelecidos por organizações da sociedade civil, grupos religiosos e as próprias comunidades, como os observados em Rosário, aprofundados durante a Pandemia de COVID-19, essas iniciativas têm um papel importante na luta pelo fim da fome.

É importante que os programas de segurança alimentar, como os de transferência de renda voltados para os mais pobres, sejam acompanhados de reformas estruturais que aumentem as capacidades dos beneficiários e que existam mecanismos de acompanhamento e graduação[95]. Isso não só é necessário para que os programas sejam fiscalmente sustentável, como também ajuda a manter a necessária cultura de trabalho e esforço e evita a criação de grupos permanentes que vivem apenas da assistência social. Como exemplo, os programas de alimentação escolar, que são os instrumentos de proteção social mais utilizados no mundo, um instrumento eficaz, para atingir os objetivos sociais desejados.

O objetivo desses programas é triplo: (a) reduzir a fome e a pobreza (proteção social); (b) melhorar o aprendizado e o desempenho do esforço educacional (aumento do capital humano); e (c) melhorar a nutrição das crianças. Esses programas estimulam a frequência

[94]De acordo com a ONU, na Índia, programas de emprego público rural desempenham um papel importante no combate à pobreza e no desenvolvimento rural. Esses programas visam proporcionar emprego e renda para os trabalhadores rurais, além de promover a construção de infraestrutura e o desenvolvimento sustentável das áreas rurais. Por meio desses programas, os trabalhadores são contratados para realizar atividades como construção de estradas, conservação de recursos hídricos, reflorestamento e desenvolvimento agrícola. Além de fornecer trabalho remunerado, esses programas também buscam melhorar as condições sociais e econômicas das comunidades rurais, promovendo a inclusão e a redução da desigualdade. Os programas de emprego público rural na Índia são uma estratégia importante para impulsionar o crescimento econômico, fortalecer a agricultura e melhorar a qualidade de vida das populações rurais.

[95]De acordo com a ONU, os programas de segurança alimentar, como os de transferência de renda voltados para os mais pobres, desempenham um papel crucial no combate à fome e à pobreza. No entanto, é importante reconhecer que esses programas devem ser acompanhados por reformas estruturais mais amplas. Essas reformas visam aumentar as capacidades dos beneficiários, ou seja, fornecer-lhes as habilidades, recursos e oportunidades necessárias para superar a dependência de programas assistenciais. Isso pode incluir investimentos em educação, treinamento profissional, acesso a serviços de saúde e apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas. Ademais, é fundamental estabelecer mecanismos de acompanhamento e graduação nos programas de segurança alimentar. Isso significa avaliar regularmente a situação dos beneficiários, monitorar seu progresso e estabelecer critérios transparentes para sua eventual saída do programa, à medida que suas condições de vida e renda melhorem. Dessa forma, os programas de segurança alimentar podem ser mais eficazes e sustentáveis, promovendo o empoderamento e a autonomia dos beneficiários. Combinar esses programas com reformas estruturais ajuda a criar um ambiente propício para a superação da pobreza e a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

escolar e fornecem alimentos que melhoram a concentração e o aprendizado dos alunos, no entanto, os programas de alimentação escolar têm limitações, pois beneficia apenas crianças que frequentam a escola e pertencem a uma determinada faixa etária. Os grupos não incluídos –crianças menores de cinco anos ou que não frequentam escolas– podem ter maior prioridade do que os incluídos nos programas.

Para erradicar a fome, é necessário que o Estado atue de forma efetiva em seis áreas de políticas públicas, e a sociedade civil também tem um papel importante no alívio imediato do sofrimento das pessoas afetadas pela fome. No entanto, políticas públicas estruturantes nas áreas de emprego, educação e desenvolvimento rural, bem como políticas públicas massivas nas áreas de saúde e nutrição materna, transferência de renda e alimentação escolar, devem ser implementadas pelo Estado para que a fome seja completamente eliminada. Agentes públicos, líderes e autoridades devem assumir suas responsabilidades e implementar políticas nas seis áreas-chave mencionadas. Além disso, o controle da inflação e o crescimento econômico devem ser acompanhados por um adequado desenho e implementação das políticas públicas, considerando as experiências bem-sucedidas em Rosário e em outras partes da Argentina.

Embora exista um Plano Nacional de Segurança Alimentar e muitos recursos sejam destinados à ajuda alimentar, a implementação geralmente é falha e não há um acompanhamento adequado das pessoas e famílias afetadas por essa crise. A fome continua a ser um problema sério que causa danos e sofrimento para muitos habitantes da Argentina. O Observatório da Dívida Social Argentina (ODSA), que é um programa da Universidade Católica Argentina (UCA) que realiza pesquisas anuais desde 2004 para examinar a situação social do país, apontou que houve uma piora nas condições de vida em 20 áreas urbanas do país. Em seus últimos levantamentos, o ODSA incorporou uma metodologia que permite distinguir duas categorias de insegurança alimentar: insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave. A primeira ocorre em famílias que afirmam ter reduzido a quantidade de alimentos que consomem devido à falta de dinheiro, enquanto a segunda ocorre em famílias cujos membros passaram fome devido a problemas econômicos. Em 2020, com o agravamento da pandemia, 11,7% dos domicílios urbanos indicaram ter enfrentado algum grau de insegurança alimentar, sendo que para 5,0% a fome era um problema grave.

O estudo realizado pelo Observatório Argentino da Dívida Social indica que os domicílios com maior risco de passar fome são aqueles em que o chefe de família é uma

mulher, onde há trabalho precário ou presença de filhos e em moradias precárias ou assentamentos informais (24,9% deles enfrentam fome, em comparação com 3,3% em domicílios urbanos comuns). A fome é mais prevalente na região da Grande Buenos Aires do que em outras áreas urbanas do país (11,5% versus 7,4% nas aglomerações urbanas do interior)[96].

É provável que a explicação para a discrepância entre os dados de insegurança alimentar e indigência se deva ao fato de que a insegurança alimentar avalia o que ocorreu nos últimos doze meses, enquanto os dados de indigência refletem a situação em um momento específico. Estudos em vários países mostram que as tendências ao longo do tempo em relação à fome e à pobreza seguem uma dinâmica semelhante, apesar de possíveis diferenças em indicadores específicos em um determinado momento, como ocorreu durante a pandemia de COVID-19. É evidente que na Argentina, a fome está estreitamente ligada à pobreza.

Conforme as informações apresentadas, apesar das famílias pobres receberem assistência social, os dados mostram que essa ajuda não é suficiente para eliminar a fome. Embora iniciativas como cozinhas comunitárias, merendas escolares e fábricas de alimentos tenham ajudado a aliviar a situação dessas famílias durante a pandemia, novas políticas mais eficientes são necessárias, especialmente no que diz respeito às crianças. Um dado alarmante é que na Grande Rosário, 20,9% das crianças são afetadas pela fome, mas apenas 14,0% delas recebem auxílio alimentação em cozinhas comunitárias, escolas e outros. Além disso, o nível de cobertura desses programas vem diminuindo na região, sem que haja uma redução correspondente no risco de crianças passarem fome[97].

De acordo com a Pesquisa Nacional de Nutrição e Saúde, no país, a desnutrição se manifesta principalmente na forma de obesidade e retardo crônico do crescimento. Cerca de 1 em cada 10 crianças é baixa para a idade e uma proporção semelhante é obesa. Apesar de consumir muitas calorias, as crianças não estão recebendo nutrientes suficientes, o que resulta em deficiências de ferro, cálcio, vitaminas A e C, principalmente em crianças pequenas.

[96]Observatorio de la Deuda Social Argentina. 2020. Disponível em: https://uca.edu.ar/es/observatorio-de-la-deuda-social-argentina Acesso em 12 de novembro de 2022

[97]Secretaría de Desarrollo Humano y Hábitat- Municipalidad de Rosário. 2020. https://www.rosario.gob.ar/inicio/secretaria-de-desarrollo-humano-y-habitat Acesso em 23 de dezembro. 2022

A anemia é um problema nutricional que afeta muitas pessoas e é classificada como "desnutrição oculta" porque é assintomática até que se manifeste em formas graves[98].

A assistência alimentar para a população vulnerável é uma questão histórica na Argentina. Já em 1906, foi criado o primeiro serviço alimentar oficial, conhecido como "copo de leite". Durante os períodos de crise, surgiram as primeiras cantinas escolares e as chamadas "cozinhas itinerantes". Em 1936, aprovou-se a Lei nº 12.341, também conhecida como Lei dos Palácios, que criou a Diretoria de Maternidade e Infância para apoiar o desenvolvimento infantil e materno no país. Um ano depois, em 1937, implantou-se o primeiro Programa Materno-Infantil, cujo principal componente alimentar era a distribuição de leite para gestantes e crianças menores de dois anos. Nessa época, também foi criado o Instituto Nacional de Nutrição, responsável por formular a política alimentar e desenvolver e implementar os primeiros programas alimentares do país.

A ditadura militar que se instalou em 1976 fechou o Instituto Nacional de Nutrição e acabou com os programas de alimentação existentes na época. Com o retorno da democracia, em meados da década de 1980 foi instituído o Programa Nacional de Alimentação (PAN), que entregava caixas de alimentos secos à população em situação de risco. Esse programa chegou a beneficiar 20% da população total do país, mas foi criticado na época por sua "falta de eficácia na modificação das condições de acesso aos alimentos no longo prazo".

No início da década de 1990, iniciou-se o Programa Integrado de Promoção da Autoprodução de Alimentos (também conhecido como *Pro-Huerta*), que tem como objetivo auxiliar famílias urbanas e rurais vulneráveis e organizações comunitárias a cultivar hortas familiares e comunitárias. Por meio da oferta de assistência técnica, financeira e capacitação, o programa busca promover a autossuficiência e incentivar o consumo de produtos frescos, como frutas e hortaliças, entre a população de baixa renda. Outrossim, em 1993, foi estabelecido o Programa Materno-Infantil e Nutrição (PROMIN), financiado pelo Banco Mundial, que adota uma abordagem integrada e holística para enfrentar problemas de saúde e nutrição de mães e crianças. E em 1995, foi criado o Fundo de Investimento Participativo (FOPAR) para financiar ações de organizações comunitárias e da sociedade civil, incluindo a compra de alimentos.

[98]Encuesta Nacional de Nutrición y Salud. GobArg. 2020. Disponível em: https://bancos.salud.gob.ar Acesso em 12 de novembro. 2022.

Em decorrência da crise social, econômica e política do final de 2001, foi decretada a emergência alimentar nacional e criado o Programa de Emergência Alimentar[99], cujo objetivo básico era a distribuição massiva de cestas básicas para a população vulnerável. Após a divulgação pública de vários casos de mortes de crianças por desnutrição, um grupo de organizações da sociedade civil e os meios de comunicação iniciaram uma campanha pública destinada a enfrentar "a fome mais urgente", que em pouco tempo reuniu mais de 1,5 milhão assinaturas para a apresentação ao Congresso de um projeto de lei de iniciativa popular. Esta campanha deu origem ao Plano Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), criado pela Lei nº 25.724, aprovada em 23 de janeiro de 2003, com a denominação de Programa Nacional de Nutrição e Alimentação.

A Lei nº 25.724 determina que tanto o Ministério da Saúde quanto o Ministério do Desenvolvimento Social são responsáveis por implementar conjuntamente o Plano Nacional de Segurança Alimentar (PNSA). No entanto, na prática, a implementação do plano tem sido realizada principalmente pelo Ministério do Desenvolvimento Social, com pouca colaboração do Ministério da Saúde. A lei também prevê a criação de uma Comissão Nacional de Nutrição e Alimentação, formada por representantes dos Ministérios da Saúde, Desenvolvimento Social, Educação, Economia e Trabalho, bem como organizações não-governamentais, para coordenar o PNSA. No entanto, essa Comissão nunca foi estabelecida, e suas responsabilidades têm sido realizadas pela Direção Nacional de Segurança Alimentar, que faz parte da Subsecretaria de Políticas Alimentares do Ministério do Desenvolvimento Social da Nação. O Plano Nacional de Segurança Alimentar tem como objetivo garantir o Direito à alimentação adequada de todos os cidadãos, especialmente crianças, grávidas, deficientes e idosos em situação de pobreza. Para alcançar esse objetivo, o Plano visa integrar os diferentes

[99]O Programa de Emergência Alimentar Argentino é uma iniciativa implementada pelo governo argentino no ano de 2001, com o objetivo de enfrentar a crise alimentar e combater a fome no país. O programa buscou garantir o acesso à alimentação adequada para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar. Através de ações coordenadas e políticas específicas, o programa visa fornecer alimentos de qualidade, promover a distribuição equitativa, fortalecer a produção local e apoiar os setores mais afetados pela falta de acesso a alimentos. Com a implementação do Programa de Emergência Alimentar, busca-se mitigar os efeitos negativos da insegurança alimentar, proteger os direitos humanos e promover o bem-estar social da população, especialmente daqueles que estão em situação de maior vulnerabilidade. Por meio de parcerias com organizações da sociedade civil, entidades governamentais e outros atores relevantes, o programa visa construir uma resposta integrada e eficaz para garantir a segurança alimentar e promover a dignidade e o desenvolvimento das pessoas. O Programa de Emergência Alimentar Argentino é uma importante iniciativa no enfrentamento da crise alimentar e na busca por soluções sustentáveis e duradouras para garantir o Direito à alimentação adequada para todos os argentinos.

programas alimentares nacionais e provinciais, além de estabelecer um programa de ações coordenadas, tanto física quanto financeiramente.

As ações oferecidas pelo Plano incluem assistência alimentar e nutricional direta, apoio às cantinas escolares, promoção da autoprodução de alimentos através do programa *Pró-Huerta*, apoio a projetos produtivos e cozinhas comunitárias de organizações da sociedade civil através do programa FOPAR/PNUD, capacitação em nutrição e educação alimentar, além de auxílio direto em situações de emergência natural ou social. O eixo central do Plano é a assistência alimentar e nutricional direta, que consiste na distribuição de módulos de alimentação, tíquetes ou cartões de alimentação para famílias vulneráveis e outros grupos de risco. Essa ação é principalmente financiada pelo governo nacional e executada pelos governos provinciais e municipais. O Plano também oferece capacitação em nutrição e educação alimentar, incluindo ações preventivas para o desenvolvimento infantil adequado e entrega de leite para crianças até dois anos de idade através dos programas de Primeiros Anos e Família e Nutrição.

O Plano Nacional de Segurança Alimentar (PNSA) foi projetado para descentralizar a gestão e dar mais autonomia aos governos provinciais. Esses governos devem celebrar acordos com o Ministério do Desenvolvimento Social da Nação para implementar os programas alimentares que propuserem. Alguns desses programas já existiam antes da Lei 25.724 e não há um formato pré-determinado para eles pela nação. Como resultado, há uma grande heterogeneidade na implementação do PNSA, já que as províncias podem redefinir objetivos e modificar os benefícios prestados à população vulnerável de acordo com suas necessidades específicas.

Algumas províncias da Argentina, como Buenos Aires e Santa Fé, acreditam que programas de nutrição devem estar conectados a políticas de inclusão social para garantir acesso ao emprego e autoemprego, o que significa que elas enxergam a questão alimentar de uma forma mais ampla. Por outro lado, em San Luís, os recursos do Plano Nacional de Segurança Alimentar são usados exclusivamente para complementar os fundos provinciais destinados às cantinas escolares em escolas públicas, o que limita o impacto do programa. O Plano Nacional de Segurança Alimentar oferece três tipos de assistência alimentar direta: módulos de alimentação, vales substituíveis por alimentação e créditos em cartões magnéticos bancários para aquisição de alimentos.

Antes de 2007, a opção mais comum para os benefícios de alimentação era o módulo de alimentação. No entanto, desde 2008, os cartões bancários magnéticos foram implementados e agora representam mais de 90% dos benefícios de alimentação. Os cartões permitem que os participantes do programa tenham mais autonomia na escolha dos alimentos que desejam, enquanto reduzem os custos operacionais, fortalecem a economia local e aprimoram os mecanismos de controle e monitoramento. É importante notar que os cartões bancários magnéticos só podem ser usados para comprar alimentos e que não é possível fazer saques em dinheiro com eles.

De acordo com o relatório de investimento de 2012 divulgado pelo Governo Nacional, o PNSA financiou 15,9 milhões de cartões/tíquetes alimentação e 1,2 milhões de módulos de alimentação. No entanto, é importante destacar que esses dados não correspondem ao número exato de pessoas ou famílias que receberam assistência alimentar, e essa informação não está disponível detalhadamente. Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social, em 2010, o programa atendeu a 1.730.489 famílias, indicando que sua abrangência ultrapassa significativamente as famílias em situação de fome severa (325.000 famílias), com fenômeno de fome (807.000 famílias) ou abaixo da linha oficial de pobreza (448.000 famílias)[100].

Em 2012, o programa *Pro-Huerta*[101] recebeu ajuda financeira para criar mais de meio milhão de hortas familiares, que beneficiaram cerca de 2,9 milhões de pessoas. Além disso, foram criadas mais de 2.700 hortas comunitárias e mais de 6.100 hortas escolares. O PNSA também ofereceu apoio a mais de 9 mil cantinas escolares e mais de 5 mil cantinas comunitárias. O Governo Nacional financiou exclusivamente o programa "Primeiros Anos",

[100]Ministerio de Desarrollo Social. GobArg. 2010. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/desarrollosocial Acesso em 24 de dezembro. 2022

[101]O programa Pro-Huerta Argentino é uma iniciativa implementada pelo governo argentino que tem como objetivo promover a segurança alimentar e nutricional, bem como incentivar a produção e o consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis. Através do programa, são fornecidos recursos, assistência técnica e capacitação para que famílias e comunidades possam cultivar seus próprios alimentos em hortas familiares, comunitárias e escolares. O Pro-Huerta busca incentivar a produção agroecológica, promovendo o uso de técnicas sustentáveis e o manejo adequado dos recursos naturais. Além do apoio na produção de alimentos, o programa também visa promover a educação alimentar e nutricional, fornecendo informações sobre práticas saudáveis de alimentação e nutrição, incentivando o consumo de alimentos frescos e nutritivos. O Pro-Huerta Argentino desempenha um papel importante no fortalecimento da segurança alimentar e no desenvolvimento sustentável das comunidades, promovendo a autonomia e a resiliência das famílias e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Ao capacitar as pessoas a produzirem seus próprios alimentos de maneira sustentável e incentivá-las a adotarem hábitos alimentares saudáveis, o programa Pro-Huerta contribui para a construção de um sistema alimentar mais justo, equitativo e sustentável.

que fortalece as famílias no cuidado de crianças de 0 a 4 anos e já está presente em 211 localidades do país. No total, o Ministério do Desenvolvimento Social gastou cerca de US$ 2.012 milhões em segurança alimentar[102].

O Plano Nacional de Segurança Alimentar foi um elemento importante para ajudar a população vulnerável e de mais baixos rendimentos a enfrentar as consequências da crise económica e social do final de 2001. No entanto, dez anos após a sua implementação, a fome e a insegurança alimentar continuam a existir na Argentina, apesar da ampla cobertura do programa. Isso é parcialmente explicado por deficiências na segmentação, conforme indicado, cada província pode definir a população alvo e quais programas são implementados. A necessidade de os beneficiários vivenciarem insegurança alimentar não está estabelecida e a única exigência explícita é que a população beneficiária esteja em situação de pobreza, que parece não ser controlada com muito rigor e evidentemente não condiz com as estatísticas oficiais.

A fome ainda é um problema na Argentina porque as transferências de alimentos recebidas pelas famílias são muito baixas. Em 2012, o valor dessas transferências variava entre $50 e $200 por mês por família, enquanto o valor estimado da cesta básica era de cerca de $380 por adulto equivalente, como resultado, essas transferências não são suficientes para garantir uma alimentação adequada e não eliminam a fome em muitas famílias afetadas. Embora o PNSA tenha alcançado muitas famílias, privilegiou a cobertura ampla em vez de garantir uma alimentação adequada para as famílias mais carentes.

Apesar de o Ministério do Desenvolvimento Social da Nação realizar acompanhamento e monitoramento permanente do PNSA, isso se refere basicamente a aspectos relacionados à gestão do programa e à aplicação de recursos e não a seus resultados. Até o momento não houve avaliação do impacto do programa, no caso da cidade de Tucumán, em 2006 foi monitorado o peso e a altura das crianças da área urbana, mas isso foi mais uma resposta à preocupação social do momento e não estava diretamente ligada aos efeitos da implementação do programa. Apesar de as províncias participantes enviar informação detalhada sobre todos os participantes no PNSA e de existir um Registo Nacional de Beneficiários (titulares de direitos), este não está articulado de forma eficaz com os outros

[102]Ministerio de Desarrollo Social. GobArg. 2012. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/desarrollosocial Acesso em 24 de dezembro. 2022

programas sociais nacionais e provinciais e não há monitoramento da população atingida pela fome e pela pobreza, o que efetivamente acabaria com esses fenômenos.

Paralelamente aos programas oficiais, existem no país inúmeros programas de assistência alimentar geridos por organizações da sociedade civil[103]. Por exemplo, um estudo da Universidade Católica Argentina em sete favelas da cidade de Buenos Aires detectou a existência de 97 programas de alimentação e alimentação que atendiam 22.591 diariamente, o que representa 21% da população total dessas vilas. Dada a falta de informações existentes, nos referimos apenas a três dos programas da sociedade civil: os programas da Cáritas, da Rede de Bancos de Alimentos e da Fundação (CONIN)[104].

A Cárita Argentina é uma organização de caridade da Igreja Católica que busca ajudar as pessoas em situação de pobreza. Eles oferecem assistência em diversas áreas, como alimentação, saúde, vestuário, educação, habitação, alojamento temporário e aconselhamento jurídico e psicológico. A organização também promove a economia solidária, o trabalho comunitário e cooperativas para ajudar as pessoas a superarem a pobreza. Eles têm mais de 3.500 Cáritas paroquiais em todo o país e atendem cerca de 600.000 pessoas diariamente. A atual campanha da organização é *"Vamos Apontar Alto: Pobreza Zero"*, que busca não só resolver os problemas imediatos das famílias atingidas, mas também devolver sua dignidade.

---

[103]De acordo com a ONU, os programas de assistência alimentar geridos por organizações da sociedade civil desempenham um papel crucial na luta contra a fome e na promoção da segurança alimentar. Essas iniciativas são desenvolvidas por organizações não governamentais (ONGs), associações comunitárias e outras entidades sem fins lucrativos, e têm como objetivo fornecer alimentos e apoio nutricional a indivíduos e comunidades vulneráveis. Esses programas geralmente são baseados em doações de alimentos, recursos financeiros e voluntariado. As organizações da sociedade civil trabalham em parceria com doadores, empresas, governos locais e outras partes interessadas para arrecadar fundos e adquirir alimentos. Eles também organizam campanhas de sensibilização e mobilizam voluntários para distribuir os alimentos e fornecer orientação sobre uma alimentação saudável. Uma das vantagens dos programas de assistência alimentar geridos por organizações da sociedade civil é a flexibilidade e a capacidade de responder rapidamente às necessidades emergenciais. Essas organizações têm uma compreensão profunda das comunidades locais e são capazes de adaptar suas abordagens de acordo com as circunstâncias e demandas específicas. No entanto, é importante reconhecer que esses programas não resolvem o problema da fome por si só. Eles desempenham um papel complementar ao trabalho dos governos e outras instituições, contribuindo para preencher lacunas e alcançar populações marginalizadas que podem não ter acesso a outros serviços de assistência alimentar. Em suma, os programas de assistência alimentar geridos por organizações da sociedade civil são uma resposta valiosa à fome e à insegurança alimentar. Eles desempenham um papel essencial na garantia do acesso a alimentos nutritivos para comunidades vulneráveis e complementam os esforços governamentais nessa área. No entanto, é necessário um esforço conjunto e coordenado de todas as partes interessadas para enfrentar efetivamente esse desafio global.

[104]Observatorio de la Deuda Social Argentina. UCA. 12 de junho. 2020. Disponível em: https://uca.edu.ar/es/observatorio-de-la-deuda-social-argentina Acesso em: 23 de novembro. 2022

A Rede Argentina de Bancos de Alimentos é uma associação civil composta por dezessete Bancos de Alimentos localizados em várias partes do país. Esses Bancos de Alimentos trabalham para combater a fome e a desnutrição, solicitando doações de alimentos de empresas do setor alimentício. Esses alimentos são classificados e distribuídos gratuitamente para organizações comunitárias selecionadas, como refeitórios sociais, lares para crianças e idosos e outros. Algumas das empresas que participam do Banco de Alimentos na Argentina são Arcor, Cargill, Danone, Granix, Kellog's, Kraft Foods, Molinos Río de la Plata, Alimentos Las Marías, Pepsico, Unilever, Walmart e Carrefour. A rede distribuiu mais de 6 milhões de quilos de alimentos, beneficiando mais de 201.408 pessoas de mais de 1.300 organizações comunitárias. Do total de beneficiados, 75% eram crianças e adolescentes com menos de 17 anos (11% tinham menos de 3 anos)[105].

A Fundação CONIN (Cooperadora de Nutrição Infantil) foi fundada na cidade de Mendoza em 1993 pelo Dr. Abel Albino, seguindo o modelo implantado pelo Dr. Fernando Mönckberg no Chile, começou com um primeiro Centro de Tratamento para Crianças Desnutridas na cidade de *Las Heras*, *Mendoza*, no qual cerca de 960 crianças gravemente desnutridas foram recuperadas, posteriormente, foram desenvolvidos Centros de Prevenção que incorporam educação nutricional e de saúde, amamentação, estimulação precoce, horta materno-infantil, programas de educação agrícola, artes e ofícios ,escola para os pais e outros. Esses Centros fornecem uma abordagem abrangente para o problema social da pobreza em famílias vulneráveis e atualmente, existem 44 pólos CONIN no país e estima-se que mais de 7.000 pessoas já foram beneficiadas por seus programas[106].

A insegurança alimentar pode acontecer devido à falta de alimentos ou ao uso inadequado dos alimentos disponíveis em casa. Estudos realizados na Argentina mostram que a dieta média tem baixa qualidade, é monótona e possui excesso de calorias, açúcar e gordura, enquanto há deficiência de vegetais, frutas, laticínios e óleos vegetais. Esse padrão alimentar afeta especialmente as famílias mais pobres, que têm maior consumo de cereais e pão e menor consumo de alimentos nutritivos. Esse cenário pode explicar a alta prevalência de obesidade e deficiências nutricionais em ferro, cálcio e vitaminas A, C e do grupo B. Estudos

[105]Observatorio de la Deuda Social Argentina. UNR. 2021. Disponível em; https://observatorio.unr.edu.ar/observatorio-de-la-deuda-social-argentina-uca/ Acesso em 12 de janeiro. 2023

[106]Ministerio de Desarrollo Social. GobArg. 2020. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/desarrollosocial Acesso em 24 de dezembro. 2022

também mostram que o baixo consumo de lácteos é responsável por um déficit de cálcio e vitamina A, especialmente em famílias pobres, enquanto o baixo consumo de frutas e verduras explica a carência geral de vitamina C. O excesso de sódio, por sua vez, é causado principalmente pelo consumo de pão e sal adicionado, enquanto o excesso de açúcares é resultado do consumo de bebidas e doces[107].

Reconhecendo a complexidade dos problemas nutricionais argentinos, surgiu o conceito de *"Nutrição 10, Fome 0"*[108], originalmente elaborado por Juan José Llach (1944)[109] no retorno da Fundação Produzir Conservando em maio de 2011. Esta iniciativa foi posteriormente apoiada no Congresso Argentino de Nutrição realizado no mesmo ano e mais de 1.000 organizações da sociedade civil e empresas se comprometeram a trabalhar em sua implementação. A superação da fome e da insegurança alimentar extrema, sobretudo com seus reflexos cruéis nas crianças desnutridas, é um imperativo prioritário, no entanto, melhorar a política nutricional de toda a população é um desafio superado, absolutamente necessário diante dos problemas nutricionais atuais no país.

Os objetivos definidos para *"Nutrição 10, Fome 0"* incluem a erradicação da malnutrição aguda até 2016, a priorização de programas eficazes de nutrição materno-infantil e estimulação do desenvolvimento infantil nos primeiros 1.000 dias e a promoção de estilos de vida saudáveis e uma dieta diversificada e de boa qualidade nutricional. Para avançar neste processo, iniciou-se o Projeto de Elaboração de Normas e Boas Práticas de Qualidade Nutricional e a revisão e atualização das Diretrizes Alimentares para a População Argentina, do qual participam o Programa de Agronegócios e a Escola de Nutrição.

3.2- Desafios do setor rural e urbano Argentino em meio à pobreza e fome: uma análise crítica das políticas neoliberais e a necessidade do pensamento crítico

[107]Ministerio de Salud Argentina.GobArg. 2020. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/salud acesso em 31 de dezembro. 2022

[108]De acordo com o Governo Argentino, "Nutrição 10, Fome 0" é um conceito que visa melhorar a nutrição no país. Ele se concentra em fornecer refeições nutritivas e variadas, promovendo a educação alimentar e incentivando práticas sustentáveis de produção de alimentos. Com o objetivo de eliminar a fome, o "Nutrição 10, Fome 0" representa um esforço significativo para melhorar a qualidade de vida e a saúde da população argentina.

[109]Juan José Llach é um economista e sociólogo argentino. É membro da Pontifícia Academia de Ciências Sociais desde 1994 e das Academias Nacionais de Educação desde 2003 e de Economia desde 2007.

Em quase todos os países, uma proporção significativa das pessoas que passam fome vive em áreas rurais, muitos desses indivíduos são pequenos agricultores que não têm acesso às políticas governamentais e que dependem da agricultura de subsistência para sobreviver[110]. Outros são trabalhadores rurais sem acesso à terra e com baixos níveis de educação e formação, auferindo baixos rendimentos, muitas vezes apenas ocasionais. O crescimento da agricultura e das atividades rurais não-agrícolas que muitos países experimentaram não os está alcançando e não lhes oferece oportunidades de aumentar suas rendas, padrões de vida e habilidades. Muitos trabalhadores rurais acabam migrando para as cidades, onde muitos continuam uma vida de pobreza e exclusão social, logo é fundamental enfrentar diretamente os problemas da fome e da pobreza no setor rural e promover o desenvolvimento das regiões geográficas mais atrasadas do país argentino.

Segundo a definição oficial, na Argentina a população urbana é toda a população que vive em concentrações de população com mais de 2000 habitantes. O restante é constituído pela população rural do país, que se divide entre os que vivem em áreas rurais agrupadas (localidades com menos de 2.000 habitantes) e em áreas rurais dispersas (campo aberto). Segundo esse critério, dados do Censo Demográfico Nacional de 2021 indicam que 3.222.000 pessoas vivem nas áreas rurais do país, o que representa 12,9% da população total. Desse total, mais de dois terços viviam em áreas dispersas e um terço em cidades rurais com menos de 2.000 habitantes. No entanto, um estudo do Banco Mundial calculou a população rural em todos os países latino-americanos usando o critério internacional de pessoas que vivem em municípios com densidade inferior a 150 pessoas por quilômetro quadrado e que têm mais de uma hora de carro até uma cidade de 100.000 habitantes ou mais, estimando que neste caso a população rural da Argentina era de 44% do total, isso resultaria em uma população rural atualmente em torno de 16.589.000 pessoas[111].

As informações oficiais sobre a pobreza na Argentina são obtidas através da Pesquisa Permanente de Domicílios (EPH), conduzida pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Censos

[110]De acordo com a ONU, a Argentina enfrenta desafios complexos de pobreza e fome tanto nas áreas rurais quanto urbanas, em parte devido às políticas neoliberais adotadas. No setor rural, as políticas de exportação e concentração de terras prejudicaram pequenos agricultores e a segurança alimentar. Nas áreas urbanas, a redução do Estado impactou negativamente os serviços públicos e a qualidade de vida dos mais pobres. É crucial repensar o modelo econômico, investir em programas de combate à pobreza e envolver a sociedade na busca de soluções mais justas e sustentáveis.

[111]Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas. GobArg. 2021. Disponível em: https://www.censo.gob.ar. Acesso em 22 de dezembro de 2022.

(INDEC). No entanto, a EPH só coleta informações de grandes áreas urbanas com mais de 100.000 habitantes, o que não permite obter informações sobre a verdadeira situação de pobreza no setor rural.

A Argentina é o único país na América Latina que não inclui áreas rurais em suas pesquisas domiciliares, o que torna difícil ter informações sobre a situação social nessas regiões. Os Censos Nacionais são a principal fonte de informação sobre a pobreza rural, mas o último, realizado em 2021, não publicou dados diferenciados por áreas rurais. Para preencher essa lacuna, foi realizada a Pesquisa de Impacto Socioeconômico da Crise na Argentina (ISCA), com o apoio do Banco Mundial, que abrangeu 28.000 domicílios e é considerada representativa em nível nacional, mas não incluiu áreas rurais dispersas. Uma Pesquisa de Domicílios Rurais foi realizada em quatro províncias, e outras pesquisas foram realizadas em outras províncias, como Salta, Misiones, Mendoza, Río Negro e Santa Fe. Além disso, na província de Buenos Aires, foi realizado o Inquérito aos Domicílios e Fazendas Rurais[112].

Os Censos Populacionais Nacionais não recolhem informação sobre o rendimento ou consumo dos agregados familiares, mas identificam os agregados familiares com Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI). Para tal, são considerados os seguintes indicadores associados ao bem-estar do agregado familiar: (a) Indicador de Superlotação: mais de três pessoas por divisão; (b) Indicador Habitacional: moradia precária ou unidade alugada; (c) Indicador de Condições Sanitárias: domicílios sem sanitários de qualquer tipo; (d) Indicador de escolaridade: domicílios com pelo menos uma criança entre seis e doze anos que não frequenta a escola; e (e) Indicador de Capacidade de Subsistência: domicílios com quatro ou mais pessoas por membro ocupado e cujo chefe da família tem menos de três anos de estudo formal.

Se um membro familiar específico tiver alguma das cinco características mencionadas, é classificado como um familiar com Necessidades Básicas Insatisfeitas. Embora este método tenha limitações, sendo uma das principais o fato de não apresentar variabilidade no curto prazo, é um procedimento amplamente utilizado em estudos de pobreza em diversos países. As análises realizadas com base nos dados do Censo Demográfico de 2021 indicam que 30,8% dos domicílios nas áreas rurais dispersas apresentavam pelo

[112]Búsqueda Permanente de Hogares. INDEC. 2021. Disponível em: https://www.indec.gob.ar Acesso em 21 de janeiro de 2023.

menos uma Necessidade Básica Insatisfeita, enquanto o percentual era de 20,3% para as áreas rurais agrupadas e 12,9% para as áreas urbanas. Embora estes números possam parecer desatualizados, importa referir que neste ano o Inquérito Permanente aos Domicílios indicava um nível de pobreza de 28% para o total da população urbana, enquanto o indicador global de Necessidades Básicas Insatisfeitas era de apenas 14,3%, ou seja, o indicador de Necessidades Básicas Insatisfeitas estaria subestimando o nível real de pobreza.

Atualmente, o nível de pobreza urbana obtido pela Pesquisa do Observatório da Dívida Social Argentina está em entre 25,6% e 27,5% da população, ou seja, a pobreza que existe nas áreas rurais é muito maior do que a que existe nas áreas urbanas do país, a conclusão anterior é ratificada nos estudos específicos realizados em algumas províncias. Em média a disparidade do rendimento familiar per capita é de 60% entre as zonas urbanas e as zonas rurais agrupadas, embora a disparidade atinja os 90% nas províncias menos desenvolvidas. Enquanto o percentual da população abaixo da linha da pobreza era de 47,1% nas áreas urbanas, subiu para 67% nas áreas rurais agrupadas. Embora em números absolutos os pobres rurais sejam menos que os urbanos, eles constituem um grupo humano importante que deve ser levado em conta nas políticas públicas. Outra das importantes conclusões dos estudos realizados com dados do Censo Demográfico é que a pobreza rural ocorre com maior intensidade nas províncias do Noroeste (noa) e Nordeste (nea) da Argentina. As províncias com maior porcentagem de domicílios rurais dispersos com pelo menos uma Necessidade Básica Insatisfeita são Salta (51,7%), Jujuy (49,4%), Santiago del Estero (47,8%), La Rioja (47,0%) e Chaco (46,2%). Nos domicílios rurais agrupados, os extremos de pobreza ocorrem nas províncias de Salta (40,9%), Jujuy (36,7%), Chaco (35,1%), Corrientes (34,2%), Formosa (32,9%) e Santiago del Estero (31,5%). A pobreza rural é baixa nas províncias da região pampa (Buenos Aires, La Pampa, Córdoba, Santa Fé e Entre Ríos) e na Terra do Fogo e Santa Cruz[113].

Um indicador alternativo da pobreza rural é dado pelas explorações agrícolas pobres (eap) que são reportadas nos vários Censos Agropecuários. Segundo a definição oficial, caracterizam-se por possuir níveis mínimos de capital e utilizar exclusivamente mão de obra familiar. Estima-se que aproximadamente 40% das 330 mil fazendas existentes no país sejam pobres, e mais uma vez, as províncias de *Noa* e *Nea* são as que apresentam o maior percentual de fazendas pobres, superando 70% nas províncias de *La Rioja, Jujuy y Formosa*. Não é possível

[113]Observatorio de la Deuda Social Argentina. UNR. 2019. Disponível em: https://observatorio.unr.edu.ar/observatorio-de-la-deuda-social-argentina-uca/ Acesso em 22 de janeiro. 2023

ignorar a existência da pobreza no setor rural da Argentina e para acabar com ela são necessárias ações especiais, como foi indicado, a fome é um escândalo ético e moral em um mundo em que há fartura de alimentos[114].

A fome no setor rural da Argentina, assim como em áreas urbanas, é um problema complexo que resulta de diversas causas, incluindo questões políticas, econômicas, sociais e ambientais. Embora o neoliberalismo possa ter contribuído para o problema, ele não é a única causa. O neoliberalismo é uma teoria econômica que defende a redução do papel do Estado na economia e a liberalização do comércio. Essa abordagem pode levar a políticas que beneficiam as grandes empresas em detrimento dos pequenos produtores e das comunidades locais, acentuando a desigualdade econômica e contribuindo para a fome em certos grupos populacionais. Além disso, o capitalismo, sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção e na busca pelo lucro, pode levar a uma concentração de riqueza nas mãos de poucos, resultando em desigualdades econômicas e falta de acesso a alimentos e outros recursos básicos. Esses modelos políticos afetaram negativamente o setor rural do país, incluindo a agricultura familiar e a produção de alimentos para consumo interno. A implementação de políticas neoliberais durante o governo de Mauricio Macri (2015-2019) agravou a desigualdade econômica e impactou negativamente as comunidades rurais mais vulneráveis. Isso se soma a outros fatores, como a seca e a falta de investimento em infraestrutura e tecnologia para o setor rural, que também podem ter contribuído para a fome.

O sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1920-1995), um dos principais pensadores da educação no Brasil, escreveu muito sobre a fome e suas causas, sempre afirmando que a fome é um problema social e político, e não apenas uma questão de escassez de alimentos. Em sua obra *"A revolução burguesa no Brasil"*, (FERNANDES, 1976, p. 185) descreve a fome como uma das consequências do processo de modernização do país, que gerou grandes desigualdades sociais e econômicas, argumentando que a solução para o problema da fome não estava apenas na distribuição de alimentos, mas sim em mudanças estruturais na sociedade, como o caso Argentino, principalmente em seu setor econômico, como também a reforma agrária e a criação de políticas públicas voltadas para a inclusão social e econômica da população.

[114]Censo agropecuario. GobArg. 2019. Disponível em: https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel4-Tema-3-8-87 Acesso em 12 de dezembro. 2022

José Graziano da Silva (1949) é um renomado agrônomo e professor brasileiro, que se destacou por seus trabalhos na área de segurança alimentar e combate à fome. Foi ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, sendo o responsável pela implementação do Programa Fome Zero durante o primeiro mandato do Governo Lula entre 2003 e 2004. Também foi diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) entre 2012 até 2019. O autor sempre defendeu que a fome é um problema político, que está relacionado à concentração de renda e à desigualdade social e em suas análises, destaca a importância de políticas públicas efetivas para combater o problema, como o acesso a alimentos de qualidade, a distribuição de renda, a geração de emprego e renda e o estímulo à agricultura familiar.

Em seu recente artigo *"Acabar com a fome no Brasil hoje é mais difícil"*[115] (GRAZIANO, 2023, p.2) ressalta que a fome não é uma questão de escassez de alimentos, mas sim de acesso. Segundo ele, há comida suficiente para alimentar toda a população mundial, mas o problema está na distribuição desigual dos recursos. Ele defende, portanto, que é preciso repensar os modelos de produção e distribuição de alimentos, para que todos tenham acesso a uma alimentação adequada e saudável. Além disso, o autor destaca que a fome não é apenas um problema econômico, mas também social e ambiental, ele chama a atenção para a importância da agricultura sustentável e da preservação dos recursos naturais para garantir a segurança alimentar no longo prazo. Para o agrônomo é preciso pensar em um modelo de desenvolvimento que leve em conta a proteção do meio ambiente e o bem-estar das pessoas, e não apenas o lucro e o crescimento econômico a qualquer custo.

O economista e filósofo indiano Amartya Sen (1933) fez contribuições significativas para os campos da economia do bem-estar, teoria da escolha social e economia do desenvolvimento, também conhecido por seu trabalho sobre pobreza, fome e desenvolvimento humano. Em seu livro "*Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation*", (SEN, 1981, p.57) argumenta que a fome ocorre não por causa da escassez de alimentos, mas por causa da maneira como os alimentos são distribuídos dentro de uma sociedade onde o autor aponta que, mesmo em meio à fome, algumas pessoas podem ter

[115]Acabar com a fome no Brasil hoje é mais difícil. Exame. 3 de abril de 2023. Disponível em: https://exame.com/brasil/acabar-com-a-fome-no-brasil-hoje-e-mais-dificil/ Acesso em 13 de maio de 2023.

acesso a alimentos enquanto outras não, e que isso geralmente é determinado por seu status social e econômico.

Uma das contribuições mais famosas de Amartya Sen (1933) é sua teoria da *"Abordagem do Direito" à fome ("entitlement approach")*, (SEN, 2010, p. 40) afirma que a fome não é causada pela falta de alimentos, mas sim pela incapacidade das pessoas de acessar os alimentos disponíveis devido a fatores econômicos e sociais.

O trabalho de Amartya Sen (1933) sobre fome e pobreza tem um impacto significativo em nossa compreensão dessas questões e ajuda a moldar a consciência de cada um de nós, o que torna-se essencial para alcançar o verdadeiro desenvolvimento, o bem-estar e assim evitar os altos custos econômicos e sociais para a sociedade em geral, pois a fome, desnutrição e miséria retardam o desenvolvimento econômico e social dos países.

Por que a fome ainda é um problema grave em muitos lugares, mesmo com todas as soluções que existem? A resposta é simples: falta vontade política e ação efetiva dos governos e autoridades públicas. Para acabar com a fome, é necessário implementar políticas que realmente funcionem e que sejam colocadas em prática com seriedade. Mas muitas vezes isso não acontece porque falta interesse por parte dos governantes em solucionar o problema. Por isso, a fome persiste em muitos lugares e afeta milhões de pessoas.

Crítico do sistema capitalista, Karl Marx (1818-1883), ainda no século XIX, acreditava que a fome e a pobreza eram sintomas deste sistema, pois os trabalhadores recebiam salários que mal davam para atender às suas necessidades básicas, ou seja a fome é a expressão máxima da desigualdade social. (MARX, 2013, p. 469) disse que, em uma sociedade capitalista, a fome não era resultado da falta de recursos, mas sim do modo como esses recursos eram distribuídos e enxergava a fome como consequência das contradições e falhas inerentes ao sistema capitalista. Ele acreditava que somente abolindo o capitalismo e criando uma sociedade baseada na propriedade comum e no controle dos meios de produção, a fome e a pobreza poderiam ser eliminadas. Em uma sociedade socialista, argumentou que os recursos seriam distribuídos com base nas necessidades do povo, e não com base no lucro para os donos do capital.

Embora aparentemente desconexos, podemos estabelecer uma ligação entre a fome e a definição de ingrediente (matéria-prima) de MARX (1818-1883). Enquanto a fome é um dos mais graves problemas sociais enfrentados em todo o mundo, a biodiversidade pode representar uma solução potencial para a alimentação da população, pois engloba

ingredientes reais ou potenciais. Por sua vez, a definição de ingrediente proposta por MARX (1818-1883) é relevante porque, ao tratar da produção em geral, ele destaca a importância da matéria-prima como elemento fundamental para a criação de bens de consumo. Assim, ao promover a biodiversidade e incentivar a produção de alimentos nutritivos, podemos garantir a disponibilidade de ingredientes de qualidade para a produção de alimentos, contribuindo para o combate à fome e a promoção de uma alimentação saudável.

> O caráter de produto, de matéria-prima ou de meio de trabalho não se fixa a um valor de uso senão conforme a posição determinada que ele ocupa no processo de trabalho, senão conforme o lugar que ele aí ocupa, e sua mudança de lugar muda sua determinação (MARX, 2013, p. 133).

Podemos fazer uma comparação com a filosofia da libertação de Enrique Dussel (1934), que se baseia em uma ética da libertação (DUSSEL, 2005, p. 90). Essa abordagem implica em carregar uma responsabilidade ética pelos outros, especialmente pelos mais necessitados, e buscar a libertação de todos. Isso não significa apenas libertar os outros, mas também participar ativamente do processo de libertação de si mesmo e de toda a comunidade periférica latino-americana, sem depender de paradigmas ou receitas obsoletas produzidas pelos centros hegemônicos do sistema-mundo moderno ou de concessões que fortaleçam as elites em detrimento dos mais pobres. O objetivo é ter ferramentas efetivas para enfrentar os problemas da pobreza e da desigualdade.

Ainda na perspectiva filosófica, (DUSSEL, 2000, p. 66) argumenta que a fome é um problema ético e político, que envolve a distribuição justa dos recursos e o respeito aos direitos humanos, criticando a visão dominante do mercado, que coloca o lucro acima do bem-estar das pessoas e leva a desigualdades sociais extremas. Em sua obra *Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão*, (DUSSEL, 2000, p. 150) critica o modelo econômico capitalista que é baseado na exploração dos recursos naturais e humanos, que leva à desigualdade e à exclusão social. Ele argumenta que o acesso aos bens básicos, como alimentos, água, saúde e educação, é um direito humano fundamental e que as estruturas sociais devem garantir que esses direitos sejam respeitados e promovidos.

O Filósofo também destaca a importância da solidariedade internacional na luta contra a fome e a desnutrição, argumentando que os países ricos têm uma responsabilidade moral de ajudar os países pobres a desenvolver suas economias e garantir o acesso aos bens

básicos, além disso, ele defende a criação de políticas públicas e programas sociais que possam ajudar a combater a fome e a pobreza em todo o mundo, (DUSSEL, 2000, p. 201) aborda a questão da fome de uma perspectiva ética e política, destacando a importância da justiça social, da solidariedade internacional e da promoção dos direitos humanos e defendendo que a fome não é apenas um problema técnico, mas um problema ético e político que exige ação coletiva e mudanças estruturais profundas na sociedade. Também destaca a dimensão cultural da fome, argumentando que as sociedades que não valorizam a diversidade de alimentos e não investem em tecnologias agrícolas sustentáveis estão condenadas a sofrer com a fome e a desnutrição.

Vários países têm programas para combater a desnutrição e reduzir a pobreza e, em alguns casos, até concedem amplos subsídios alimentares, mas a eliminação da fome não tem sido tradicionalmente estabelecida como um objetivo claro e prioritário da política social. Em muitos casos, as responsabilidades são distribuídas entre vários Ministérios e instituições, onde muitos programas públicos relacionados à fome e à segurança alimentar surgem e desaparecem periodicamente, de acordo com as variações e necessidades políticas. Existem programas que têm algum sucesso relativo, mas na maioria das vezes os programas definham sem nunca atingir o objetivo final de acabar com a fome.

Carlos Nelson Coutinho (1943-2019) foi um importante intelectual brasileiro, falecido em 2019, que dedicou grande parte de sua vida acadêmica ao estudo da teoria marxista, embora ele não tenha escrito especificamente sobre a fome, (COUTINHO, 2010, p. 125) acreditava que uma transformação social radical seria necessária para resolver problemas como a fome. Para ele, isso exigiria a construção de um novo modelo de sociedade, baseado em valores como a solidariedade, a justiça social e a distribuição equitativa de recursos, essa visão é consistente com a perspectiva marxista, que preconiza a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista como forma de alcançar a igualdade e a justiça social.

Eugene V. Debs (1855-1926), o líder socialista americano, foi um defensor vocal dos direitos dos trabalhadores e dos pobres. Ele acreditava que a pobreza e a fome eram resultado de um sistema econômico capitalista que prioriza os lucros sobre as necessidades humanas. Em um discurso famoso, proferido em 1918 durante sua prisão por se manifestar contra o envolvimento dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, DEBS (1855-1926) falou sobre a questão da fome e da pobreza na América, disse:

> “Enquanto houver uma classe inferior, eu estou nela, enquanto houver um elemento criminoso, eu pertenço a ela, e enquanto houver uma alma na prisão, eu não estarei livre. Fome, frio e nudez perseguem a terra, enquanto os tambores de guerra batem e a paixão febril por mais e mais riqueza e poder levanta seu grito estridente e ameaçador.” (DEBS, Eugene V. Discurso em Canton, Ohio. 16 de junho de 1918).

DEBS (1855-1926) viu a fome e a pobreza como sintomas de um problema social maior e pediu uma reestruturação radical dos sistemas econômico e político para priorizar as necessidades do povo sobre os interesses da elite rica. Suas idéias foram influentes nos movimentos trabalhistas e socialistas de seu tempo e continuam a inspirar ativistas e defensores da justiça social hoje.

O revolucionário marxista e líder da União Soviética, Vladimir Ilyich Ulianov Lenine (1870-1924) compartilhava da visão de MARX (1818-1883) de que a fome e a pobreza eram sintomas de um sistema econômico injusto que priorizava o lucro sobre as necessidades do povo. Em seus esforços para criar uma sociedade socialista, LENIN (1870-1924) implementou políticas destinadas a combater a fome e a pobreza, defendeu a nacionalização da indústria e o estabelecimento de uma economia planificada na qual os recursos seriam distribuídos com base nas necessidades do povo, e não com base no lucro dos proprietários privados. Sob sua liderança, o governo soviético implementou programas para fornecer alimentos e outras necessidades à população, incluindo o estabelecimento de refeitórios comunitários e refeitórios comunitários para combater a fome em tempos de escassez.

Ernesto "Che" Guevara (1928-1967) revolucionário marxista argentino e figura chave na Revolução Cubana, tendo seus ideais profundamente enraizados na luta contra a pobreza, a desigualdade e a exploração, defendia a implementação do sistema socialista como a única maneira de alcançar a justiça social e erradicar a fome. Em seu ensaio *"O socialismo e o homem em Cuba"*, originalmente foi escrito como uma carta dirigida a Carlos Quijano (1900 - 1084) diretor da revista "Marcha", do Uruguai, em 1965.

A epístola foi escrita quando GUEVARA (1928-1967) estava servindo como ministro da indústria em Cuba, e foi uma resposta às críticas de QUIJANO (1900 - 1084) sobre o papel do Estado cubano na construção do socialismo. (GUEVARA, 2005, p. 67). Embora não mencione a palavra "fome" explicitamente, aborda a questão da escassez e da distribuição de alimentos sob o socialismo em Cuba. Ele argumentou que o sistema socialista seria capaz de

dar acesso às necessidades básicas, como alimentação, moradia e saúde, para todas as pessoas, independentemente de sua situação econômica. Para GUEVARA (1928-1967), a agricultura era um setor crítico para o sucesso do projeto socialista. Ele enfatizou a importância da reforma agrária e do estabelecimento de fazendas estatais para garantir a segurança alimentar e a autossuficiência. Ele acreditava que a coletivização da agricultura permitiria que os agricultores trabalhassem juntos para aumentar a produção e melhorar a distribuição de alimentos, reduzindo assim a fome e a desnutrição. Em síntese, a ideologia e o ativismo de GUEVARA (1928-1967) estavam profundamente enraizados na luta contra a pobreza e a desigualdade. Ele acreditava que o estabelecimento de um sistema socialista era necessário para erradicar a fome e garantir justiça social para todas as pessoas. Sua visão sobre a importância da agricultura na luta contra a fome também é relevante e deve ser considerada em qualquer análise sobre sua ideologia e ativismo.

Em inúmeros casos, os programas são utilizados para fins eleitorais e patronais, sendo um instrumento que mantém certos grupos vulneráveis que precisam de subsídios “amarrados” ao governo e ao poder político, mas sem que estes forneçam uma solução real e definitiva para os problemas existentes. As autoridades políticas não estão realmente interessadas em eliminar a fome, mas em manter a dependência e o controle sobre os necessitados e vulneráveis. Para eliminar verdadeiramente a fome e a pobreza extrema, é também necessário adotar reformas estruturais que proporcionem novas oportunidades e desenvolvam as capacidades dos grupos vulneráveis, o que deve fazer parte de uma estratégia integrada e holística que inclua intervenções complementares de curto prazo, médio e longo prazo em vários campos diferentes.

O filosofo marxista húngaro e crítico literario György Lukács (1885-1971) escreveu sobre a questão da fome e da pobreza em sua obra *"História e Consciência de Classe"*, (LUKÁCS, 2003, p. 159), nela o autor discute os efeitos desumanos da fome e como ela leva à mercantilização da vida humana. Ele argumenta que a fome cria uma situação em que as pessoas são forçadas a vender sua força de trabalho para sobreviver e que isso reduz os seres humanos a meras mercadorias que são compradas e vendidas no mercado. O filósofo também explora o impacto psicológico da fome, argumentando que ela leva a uma sensação de impotência e desespero que pode impedir as pessoas de se organizarem e lutarem por seus direitos, e observa que a fome pode ser usada como uma ferramenta de controle social, pois

quem passa fome muitas vezes é fraco demais para resistir às demandas de quem está no poder.

Ainda na visão do filósofo, afirma que a fome como sintoma de um problema maior, argumentando que para realmente abordar a questão da fome, devemos trabalhar para criar uma sociedade mais justa e equitativa que valorize a vida humana acima do lucro, desta forma, defender que a fome não pode esperar o tempo necessário para que os programas de redução da pobreza funcionem. Para as pessoas que estão em insegurança alimentar, as soluções devem ser implementadas agora. Pode-se pensar que é importante apenas combater a fome e desnutrição, mas como vários estudos têm mostrado, para resolver plena e definitivamente este problema, é necessário também considerar as relações e costumes interfamiliares e intervir de forma complementar no nível familiar em seu conjunto.

Rosa Luxemburgo (1871-1919), uma economista, teórica e ativista marxista polonesa-alemã, conhecida por sua oposição ao capitalismo e ao imperialismo, teve uma vida dedicada à defesa dos direitos das minorias pobres e desamparadas na Alemanha, até o início do século XX. Em sua obra *"A acumulação de capital"*, publicada originalmente em alemão em 1913, (LUXEMBURGO, 1970, p. 74) afirmou que o processo de acumulação capitalista era inerentemente propenso a crises e instabilidade e que a expansão do capitalismo para novos mercados e territórios foi muitas vezes acompanhada de violência e exploração, sendo a fome, a forma mais efetiva de controle da sociedade, que não teria assim, condições de qualquer reação aos ímpetos cruéis dos exploradores.

Outra explicação para a falta de ações decisivas para acabar com a fome pode ser um relativo desconhecimento das autoridades e dos políticos sobre seus custos econômicos e sociais, isso faria com que a fome fosse considerada algo estrutural, parte integrante da realidade sociopolítica do país, conforme exposto na Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar realizada em Roma em 16 de novembro de 2009. Esse argumento poderia ter feito sentido cinquenta anos atrás, mas agora existem inúmeros estudos e pesquisas sobre os efeitos da desnutrição e da fome em gestantes, crianças, trabalhadores, sociedade, crescimento econômico, paz social e outros impactos para afirmar que somos cegos e não sabemos o que são os custos sociais da fome.

Filósofo marxista italiano e teórico político Antônio Gramsci (1891-1937) que viveu no início do século XX, enquanto preso pelo Regime Fascista, (GRAMSCI, 2001, p. 153) discutiu questões relacionadas à pobreza e à fome em seus *Cadernos do Cárcere* reconhecendo a

desnutrição como uma forma de opressão e exploração perpetuada pela classe dominante. Ele acreditava que a fome era uma ferramenta usada pelo sistema capitalista para manter o controle sobre a classe trabalhadora e argumentou que a classe dominante usou seu poder para controlar os meios de produção e distribuição de bens, incluindo alimentos.

A análise de GRAMCI (1891-1937) segue atual, tanto quanto o pensamento de Rosa Luxemburgo (1871-1919), ao ratificar que a classe dominante controla o abastecimento de alimentos e assim garantindo que os mais pobres, desamparados e a classe trabalhadora permaneça dependente deles para suas necessidades básicas. Essa dependência, por sua vez, permite que a classe dominante explore a classe oprimida e mantenha seu poder e privilégio, como já citado neste trabalho, a problemática envolvendo os conflitos de interesses no campo da alimentação e as quatro grandes corporações que dominam a importação e exportação de insumos agrícolas e alimentos (SANTOS; GLASS, 2018).

O filósofo tcheco-austríaco Karl Kautsky (1854-1938) em seu livro "*A Revolução Social" (La Revolucion Sociale)*, (KAUTSKY, 1921, p. 146) sustentou que o sistema capitalista criou uma pequena classe rica que controlava os meios de produção, enxergando a fome como um problema social que só poderia ser resolvido por meio de mudanças fundamentais nas estruturas econômicas e políticas da sociedade e acreditava que a única solução para a fome e a pobreza era abolir o sistema capitalista e substituí-lo por um sistema socialista. Sob o socialismo, argumentou ele, os meios de produção seriam de propriedade e controlados pelos trabalhadores, e a mais-valia produzida por seu trabalho seria usada para beneficiar a sociedade como um todo. Isso eliminaria a distribuição desigual da riqueza e garantiria que todos tivessem acesso às necessidades da vida, inclusive alimentação.

Ainda que problema da fome esteja sendo discutido em muitos fóruns nacionais e internacionais, é mais provável que esta explicação esteja agora relacionada com um fenómeno de “não querer ver” a existência do escandaloso flagelo da fome na sociedade atual, amplificada com a pandemia e as crises econômicas, com os meios de transmissão de conhecimento disponíveis.

Por isso, é importante citar novamente GRAMSCI (1891-1937) que também reconheceu a importância da cultura e da ideologia na formação das percepções das pessoas sobre a fome e a pobreza, argumentando que a classe dominante usou seu controle sobre as instituições culturais, como a mídia e a educação, para moldar as crenças e atitudes das pessoas sobre a pobreza e a fome. Ao promover a ideia de que a pobreza e a fome eram culpa

do indivíduo e não o resultado da opressão sistêmica, a classe dominante poderia evitar a culpa pelo sofrimento da classe trabalhadora, o que explica não poder haver um desconhecimento por parte dos governantes e formuladores de políticas e dos altos custos econômicos e sociais da fome. O que há é falta de vontade política, ou a falta de conhecimento adequado de como combater a crescente desigualdade e exclusão social de setores da população constituem a motivação desta reflexão. Não basta dar um mínimo de comida aos famintos e/ou um subsídio básico a todos os pobres, é necessário implementar políticas estruturais que melhorem o capital humano e as "capacidades" dos mais necessitados, essa é a tese fundamental desta reflexão e por isso se promove a adoção de políticas públicas integradas, que ajudem a reduzir a fome no curto prazo e ao mesmo tempo resolvam os problemas estruturais que não permitem aumentar as capacidades, oportunidades e possibilidades futuras dos mais pobres e vulneráveis.

A eliminação da fome e da pobreza é uma meta possível de ser alcançada, que vem sendo bem analisada nos últimos anos, é um aspecto básico essencial, mas obviamente existem outros problemas sociais e não é tudo o que se considera desejável para a sociedade, os problemas de desigualdade e segmentação social requerem diversas outras ações complementares que não são tratadas aqui. Não há dúvida de que o principal caminho para acabar definitivamente com a fome e a pobreza é a criação de empregos decentes e dignos, que proporcionem renda adequada e permitam condições de vida satisfatórias para todos os trabalhadores e suas famílias que na maioria da população faminta pertence a famílias nas quais há pelo menos uma pessoa que trabalha ou poderia trabalhar.

Friedrich Engel (1820-1895), em sua obra *"Coleção de Trabalhos" (Collected Works)* (ENGEL, 2010, p. 433) argumentou que a fome não era simplesmente uma condição natural ou inevitável, mas sim um produto de sistemas sociais e econômicos que perpetuavam a desigualdade e a exploração. Na visão do sociólogo alemão, a fome era resultado da distribuição desigual de riqueza e recursos na sociedade. Essa exploração, por sua vez, levou a uma situação em que muitas pessoas não tinham acesso às necessidades básicas da vida, incluindo a alimentação. No geral, a análise de ENGELS (1820-1895) sobre a fome enfatizou as raízes sociais e políticas do problema e a necessidade de uma mudança sistêmica para enfrentá-lo.

Se tivessem empregos decentes e dignos de receberem uma renda adequada para as atividades produtivas que realizam, a fome desapareceria. O flagelo da fome afeta os países

em desenvolvimento porque muitos dos empregos disponíveis –e os rendimentos que neles se obtêm– não são decentes e satisfatórios, e se traduzem em fome e pobreza para uma parte significativa dos trabalhadores e suas famílias. O principal desafio das políticas públicas de combate à fome e à pobreza é acabar com essa situação e criar mais e melhores empregos decentes e dignos, que proporcionem uma renda mínima adequada para todos os habitantes de um país.

A ativista e filósofa norte-americana Angela Davis (1944) escreveu extensivamente sobre questões de justiça social, incluindo raça, gênero e classe, e eventualmente sobre questões relacionadas à fome e à pobreza. Durante algumas entrevistas DAVIS (1944) discute a questão da insegurança alimentar e a importância do acesso à alimentação saudável como um direito humano fundamental. Em uma entrevista concedida à revista *"The Progressive"* em 2015, a autora destaca a relevância de enfrentar a insegurança alimentar e a desigualdade econômica que dificultam o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos. Adicionalmente, em uma entrevista de 2014 para o site *"Truthout"*, DAVIS (1944) menciona a fome como uma consequência da desigualdade e exploração econômica, e defende a necessidade de se lutar por políticas públicas que assegurem a segurança alimentar e nutricional para todos os indivíduos. Tais ideias, defendidas por DAVIS (1944), refletem a importância da garantia do acesso à alimentação para a efetivação de direitos humanos e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A ativista tem sido uma defensora vocal de iniciativas lideradas pela comunidade para combater a fome, como hortas comunitárias e co-alimentação[116]. Além disso, enfatizou a necessidade de abordar a pobreza como uma questão de direitos humanos, e também criticou as políticas neoliberais que priorizam os lucros corporativos sobre as necessidades humanas e levam a níveis crescentes de desigualdade e pobreza, defendendo a necessidade de mudanças sistêmicas para abordar essas questões sociais prementes.

O teórico político e filósofo Achille Mbembe (1957) embora não tenha escrito especificamente sobre a fome como tema, argumenta que a fome e outras formas de privação

[116]De acordo com a Enciclopédia Barsa, a co-alimentação, também conhecida como alimentação complementar compartilhada, é uma prática que consiste em alimentar bebês ou crianças com alimentos sólidos ou líquidos, além do leite materno, usando a mesma colher, prato ou copo que outras pessoas, como familiares ou cuidadores, utilizam para se alimentar. Essa prática é comum em algumas culturas e pode ter efeitos positivos na socialização e no desenvolvimento alimentar das crianças, mas também pode apresentar riscos à saúde, como a transmissão de doenças ou a ingestão de alimentos inadequados para a idade ou que possam causar alergias ou intolerâncias.

não são resultados naturais ou inevitáveis do desenvolvimento econômico, mas sim o resultado de políticas e ações deliberadas de governos, corporações e outros atores poderosos. Ele enfatiza a importância de compreender as raízes históricas e estruturais da fome, bem como as dinâmicas sociais e políticas que a perpetuam. Além de analisar as causas da fome, MBEMBE (1957) destaca também o custo humano desta crise, apontando que a fome e a desnutrição têm graves efeitos físicos e psicológicos em indivíduos e comunidades e podem perpetuar ciclos de pobreza e marginalização.

Na América Latina e no Caribe, apenas 8% dos trabalhadores parecem estar em situação de pobreza, mas isso se deve ao fato de que uma linha de pobreza muito baixa é usada em comparação com os padrões da região. Se as linhas de pobreza específicas de cada país fossem utilizadas, o número de "trabalhadores pobres" na América Latina e no Caribe seria muito maior, indicando que eles não ganham renda suficiente para se alimentar adequadamente. Essa situação é descrita pela teoria da fome de forma simples e clara, como explicado por SEN (1933):

> "Há fome quando uma pessoa não tem o mínimo de comida para comer, existem quatro tipos de relações que dão a uma pessoa acesso ou direitos (direitos) sobre os alimentos a serem consumidos: (a) trocas: tem-se direito à manutenção que se obtém ao trocar algo que possui com outra pessoa que aceita livremente a transação; (b) produção: tem-se Direito à alimentação adequada que produza com recursos próprios ou contratados com terceiros que aceitem voluntariamente os termos deste contrato; (c) trabalho: tem-se Direito à alimentação adequada resultante do próprio trabalho, seja na produção ou na troca de bens; (d) transferência: tem-se direito ao sustento que recebe voluntariamente de outra pessoa que seja o legítimo proprietário daquilo que cede. Para que não haja fome, essas quatro vias de acesso devem permitir o consumo mínimo de alimentos necessários, para acabar com a fome, deve-se agir em um ou mais desses caminhos ou direitos à alimentação. A teoria é simples, mas tem que se manifestar na prática em fatos reais. Para 842 milhões de pessoas esta realidade não existe". (SEN, 1981, p. 3)

A reflexão de Amartya Sen (1933) é marcante em dizer, que milhares de pessoas não tem o necessário para viver dignamente e suprir suas necessidades alimentares, tornando a fome coletiva uma privação contrária a liberdade do indivíduo, que vai muito além entre uma relação entre alimento e alimentado, em outras palavras, é preciso combater a fome e a pobreza endêmica com criação de renda, trabalhos dignos e democracia como fator determinante.

Outra ponderação sobre o assunto fome, reporta-se a Ho Chi Minh (1890-1969), que embora não tenha redigido um livro especificamente sobre o assunto, muitos de seus escritos, discursos e declarações abordam a questão da fome e da pobreza. Em *"A resistência do Vietnam"* (MINH, 1968, p. 112) uma das citações mais famosas do líder revolucionário, é: "A comida é a primeira necessidade das pessoas". Esta citação refletia sua crença de que o acesso à alimentação suficiente e nutritiva é um direito humano fundamental, que deve ser garantido a todos os cidadãos. E seu comprometimento com o objetivo de erradicar a fome e a pobreza no Vietnã, foi estabelecendo uma série de programas de bem-estar social, incluindo programas de ajuda alimentar e educação pública gratuita, para amenizar o sofrimento das pessoas mais afetadas pela pobreza e pela fome. Ainda hoje, os escritos de Ho Chi Minh (1890-1969) sobre pobreza e fome continuam a ser estudados e celebrados por suas percepções sobre os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento, como por exemplo o caso da Argentina e as estratégias que podem ser usadas para superá-los, centrado em 3 (três) dimensões como: a justiça social, programas e políticas nacionais e de cooperação internacionais e a participação popular.

Finalizando estas reflexões, o teórico marxista alemão Karl Korsch (1886-1961), um dos mais importantes expoentes do socialismo libertário, acreditava que a solução para o problema da fome estava na transformação da sociedade por meio de uma revolução socialista, (KORSCH, 1935, p. 85) argumentou que uma sociedade socialista priorizaria as necessidades humanas sobre o lucro e garantiria que todos tivessem acesso aos recursos necessários para uma vida digna, incluindo comida. A produção seria organizada democraticamente, com os trabalhadores tendo controle sobre seu próprio trabalho e os produtos que produziam, e assim poderiam realmente resolver o problema da fome e garantir que todos tivessem acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente.

CONCLUSÃO

As medidas adotadas pela cidade de Rosário, juntamente com as parcerias entre o governo local, a província de Santa Fé e o Governo Nacional, demonstraram eficácia na criação de políticas públicas emergenciais para combater a fome durante a pandemia de COVID-19. Essas ações incluíram o fortalecimento de iniciativas populares, como as cozinhas

comunitárias, locais de tratamento para pessoas vulneráveis e o fomento da indústria de alimentos pela Universidade Nacional de Rosário.

A contribuição dessa pesquisa está na identificação e análise das estratégias e mecanismos utilizados em Rosário para combater a fome durante a pandemia, com foco em políticas públicas eficazes e imediatas. Essas descobertas podem servir como lições valiosas para o contexto brasileiro, permitindo a adaptação de medidas semelhantes e inovadoras para enfrentar a insegurança alimentar em território brasileiro. Para garantir a efetividade das políticas de combate à fome no Brasil, é crucial que elas sejam integralmente mantidas e implementadas de forma transparente e participativa. Isso inclui envolver a população no processo de decisão e avaliação das ações, permitindo que as políticas atendam às necessidades das pessoas mais afetadas pela fome.

Outrossim, é importante considerar uma abordagem de longo prazo, buscando promover o desenvolvimento sustentável e garantir o acesso universal a alimentos saudáveis e de qualidade. Nesse sentido, a pesquisa destaca a importância de incentivar a agricultura sustentável e a produção local de alimentos como medidas complementares à simples distribuição de alimentos. Ao analisar as medidas adotadas na Argentina, mesmo diante de desafios econômicos e sociais significativos, foi possível combater a fome com ações assertivas e imediatas, como a implementação de medidas econômicas, como o congelamento de preços de alimentos básicos, mostrou-se útil para garantir que os alimentos permanecessem acessíveis à população, mesmo com recursos limitados.

Em suma, esta pesquisa pretendeu contribuir para o avanço das políticas públicas de combate à fome no Brasil, ao identificar estratégias eficazes implementadas na Argentina e na cidade de Rosário e ao ressaltar a importância de políticas integradas que abordem a questão da fome em conjunto com outras áreas, como saúde, educação e assistência social. Isso permitirá uma abordagem mais abrangente e sustentável na busca pela erradicação da fome e promoção da igualdade social em território brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. **Biblioteca Digital. Governo da Argentina**. 2023. Disponível em: www.bibliotecadigital.gob.ar/revistas-universitarias Acesso em 21 de janeiro.

_____. **Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación.** 2022. www.csjn.gov.ar/dbre/investig.html Acesso em 3 de dezembro de 2022.

_____. **Fortalecimiento a comedores comunitarios y merenderos.** Ministério de Desarrollo Social. 18 de abril. 2020. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/desarrollosocial/comedorescomunitarios Acesso em 12 de dezembro de 2022.

_____. **La bancarización y los determinantes de la disponibilidad de servicios bancarios en Argentina**. Banco Central de la República Argentina. 2022. Disponível em: https://www.bcra.gob.ar/pdfs/investigaciones/60_anastasi.pdf. Acesso em 23 de Dezembro de 2022.

_____. **Secretaría de Desarrollo Humano y Hábitat de la Municipalidad de Rosario**. 11 de diciembre. 2020 Disponível em https://www.rosario.gob.ar/inicio/secretaria-de-desarrollo-humano-y-habitat#:~:text=La%20Secretaría%20tiene%20por%20finalidad,medio%20ambiental%20y%20habitacional%20(Decreto Acesso em 15 de dezembro. 2022

_____. **El Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina**. Governo da Argentina. 2020. Disponível em https://www.indec.gob.ar. Acesso em 13 de Novembro. 2022.

_____. **Argentina contra el hambre**. Ministerio de Desarrollo Social. 2019. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/argentina-contra-el-hambre Acesso em 24 de Dezembro de 2022

_____. **Santa Fe se suma al Plan "Argentina Contra el Hambre"**. Ministério de Desarrollo Social. 14 de janeiro. 2020. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/noticias/santa-fe-se-suma-al-plan-argentina-contra-el-hambre Acesso em 15 de dezembro de 2022.

_____.**Ministerio de Salud Argentina.** GobArg. 2020. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/salud acesso em 31 de dezembro de 2022.

BETTO, Frei. **A humanidade em risco.** FBOrg. 1 de dezembro de 2022. Disponível em: https://www.freibetto.org/a-humanidade-em-risco/ Acesso em 13 de maio de 2022.

BRITO, Ana Paula Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Brunna Alves da. **A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação.** Cadernos da Fucamp, v. 20, n. 44, p. 1-15, 2021. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2354/1449. Acesso em: 18 de maio de 2023.

_____. **Fome no Brasil em pleno século XXI é um escândalo.** TST. Disponível em: https://www.tst.jus.br/-/frei-betto-fome-no-brasil-em-pleno-seculo-xxi-e-escandalo Acesso em 13 de maio de 2023.

_____. A humanidade em risco. FBOrg. 1 dezembro de 2022. Disponível em: https://www.freibetto.org/a-humanidade-em-risco/ Acesso em 13 de maio de 2023.

BRASIL. **Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos**. Senado Federal. Brasilia. 14 de novembro. 2022. Disponivel em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos. Acesso em: 25 de dezembro. 2022

_____. **Brasil Sem Miséria.** GovBra. 24 de março. 2015. Disponível em: https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/brasil-sem-miseria Acesso em 13 de maio de 2023.

_____. **Agricultura Familiar** - Ministério da Agricultura e Pecuária. 26 de agosto. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/agricultura-familiar-1 Acesso em: 13 de maio de 2023.

_____. **Decreto no 591, de 6 de julho de 1992**. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Brasília: Presidência da República, 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em: 23 nov. 2022

_____. **Secretaria Nacional de Justiça; Comissão de Anistia**; CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. v. 2: Direitos dos povos indígenas. Tradução: Corte Interamericana de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

_____. **Sobre a Rio+20**. Brasília. 2012. Disponível em: http://www.rio20.gov.br acesso em 28 de dezembro. 2022.

BRITOS, S. et al. **Programas alimentarios en Argentina**. Buenos Aires: CESNI, 2003.

CASTRO, Andressa; OPUSZKA, Paulo Ricardo. Sistema financeiro nacional e agricultura familiar: inovações, benefícios e limites ao cooperativismo de crédito. Revista Jurídica UNICURITIBA, v. 3, n. 32, 2013. Disponível em: http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/695. Acesso em: 13 mai. 2023.

CIDH. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos ("Pacto de São José da Costa Rica")**. San José, 22 nov. 1969. Disponível em: http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana. htm. Acesso em: 23 nov. 2022

____. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (**"Pacto de São José da Costa Capítulo I O que é o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas? 23 Rica")**. San José, 22 nov. 1969. Disponível em: http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/ c.convencao_americana.htm. Acesso em: 02 nov. 2022.

____. **Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais** – "Protocolo de San Salvador". San Salvador, 17 nov. 1988. Disponível em: http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/e.Protocolo_ de_San_Salvador.htm. Acesso em: 16 nov. 2022.

____ – COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos ("Pacto de São José da Costa Rica")**. San José, 22 nov. 1969. Disponível em: http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana. htm. Acesso em: 22 dez. 2022

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, BRASIL. **Caso da Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai**. Sentença de 17 de junho de 2014. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/04/357a11f7d371f11cba840b78dde6d3e7.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

COHEN, Néstor y Gabriela GÓMEZ ROJAS. **Un enfoque metodológico para el abordaje de escalas aditivas**. Clacso. Buenos Aires. 2011, p. 49.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão.** Expressão Popular, 2010; 1ª ed.:Ed. Paz e Terra, 1972, p.288.

DAVIS, Angela. **Interview: Angela Davis.** The Progressive, 79(3), 36-40, 2015. Disponível em: https://progressive.org/magazine/angela-davis-interview/. Acesso em: 22 março. 2023.

_____. **Angela Davis on the Oppressed and Oppressors of the 21st Century**. Truthout, 2014. Disponível em: https://truthout.org/articles/angela-davis-on-the-oppressed-and-oppressors-of-the-21st-century/. Acesso em: 22 março. 2023.

DEBS, Eugene V. **Discurso em Canton, Ohio. 16 de junho de 1918.** In: COHN, Robert A. (Org.). Anarchism and the crisis of representation: Hermeneutics, aesthetics, politics. Selinsgrove: Susquehanna University Press, 2006. p. 70-73.

DE SCHUTTER, O. **Final report: the transformative potential of the right to food, report of the Special Rapporteur on the right to food**, Olivier De Schutter. Report to Human Rights Council twenty-fifth session, Agenda item 3. Geneva: Human Rights Council, 2014.

_____, O. **Relatório do Relator Especial sobre o Direito à alimentação adequada**, Olivier

De Schutter – **Missão ao Brasil (12 a 18 de outubro de 2009)**. Disponível em: http://www.oda-alc.org/documentos/1341790013.pdf. Acesso em: 26 março. 2023.

DI VIRGILIO, M. M.; ANSO, M. L. (2011). **Estrategias habitacionales de familias de sectores populares y medios residentes en el área metropolitana de Buenos Aires (Argentina)**. Revista de Estudios Sociales. Bogotá, n. 44, p. 158-170.

DHANA. **Relatório Anual 2019.** São Paulo: Dhana, 2019.

DUSSEL, E. D. **Filosofia na América Latina: filosofia da libertação**. São Paulo: Loyola, 1977.

_____. **Introducción a la filosofía de la liberación**. Bogotá: Nueva América, 1988

_____. **Ética da libertação - Na Idade da Globalização e da Exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

EL PAIS. **Argentina aprueba impuesto a la riqueza para financiar lucha contra coronavirus**. El Páis. 05 de Dezembro. 2020. Disponivel em https://elpais.com/internacional/2020-12-06/argentina-aprueba-un-impuesto-a-la-riqueza-para-financiar-la-lucha-contra-el-coronavirus.html Acesso em 23 de dezembro de 2022

ENGELS; Friedrich. **Collected Works. Volume 3**. London: Lawrence & Wishart, 2010, pp. 418-443. Ver também ENGELS; Friedrich. Esboço de uma Crítica da Economia Política. Tradução de

Maria Filomena Viegas e revisão de José Paulo Netto. In: Revista Temas de Ciências Humanas, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 5: 1-29, 1979.

FAO. **Diretrizes Voluntárias sobre a realização progressiva do Direito à alimentação adequada**. FianBrasil. 2016. Disponivel em https://fianbrasil.org.br/diretrizes-voluntarias-em-apoio-a-realizacao-progressiva-do-direito-a-alimentacao-adequada-no-contexto-da-seguranca-alimentar-nacional/#:~:text=O%20objetivo%20destas%20Diretrizes%20Voluntárias,da%20Cimeira%20Mundial%20da%20Alimentação. Acesso em 12 de janeiro. 2023.

___. **Hambre e inseguridad alimentaria en Argentina.** FAO. 2020. Disponível em: https://www.fao.org/argentina/programas-y-proyectos/historias-de-exito/lucha-hambre/zh/ Acesso em 27 de dezembro de 2022.

___. OPS; WFP; UNICEF. **Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe 2018**. Santiago: FAO, 2018.Roma: FAO, 2015. Disponível em: https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Diretrizes-Volunt%C3%A1rias.pdf. Acesso em: 1 out. 2019.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1976.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999.

FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR. **Declaration of Nyéléni** – Declaration of the Forum for Food Sovereignty. Sélingué: 2007. Disponível em: http://nyeleni.org/spip.php?article290. Acesso em: 26 ago. 2019.

FRANÇA, J. L. et al. **Manual para normalização de publicações técnico-cientificas.** 6. ed. Ver. E ampl. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 73.

GALLIANO, Guilherme A. **O método científico: teoria e prática**. 1. ed. São Paulo : Harbra, 1979. 199p.

GIORGI, Victor de Vargas. **Entering the "food social space": sociologies of food, by Jean-Pierre Poulain.** Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p.6, jan./mar. 2015. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwi938f_rZD-AhVDpZUCHWT-CKwQFnoECAYQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Fdemetra%2Farticle%2Fdownload%2F15858%2F18789&usg=AOvVaw3b0XM8MXPXxQtoiey5tB8o. Acesso em: 04 abr. 2023.

GUEVARA, Ernesto "Che". **O Socialismo e o Homem em Cuba**. São Paulo: Global, 2005. 128 p. (Coleção Revoluções do Século XX). ISBN 978-8526004179.

GRASSI, E.; HINTZE, S.; NEUFELD, M. **Políticas Sociales, Crisis y Ajuste Estructural.** Buenos Aires: Espacio, 1997. p. 250.

GRAMSCI. A. **Cadernos do Cárcere, vol. 4,** edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

GRAZIANO. José. **Acabar com a fome no Brasil hoje é mais difícil**. Exame. 3 de abril de 2023. Disponível em: https://exame.com/brasil/acabar-com-a-fome-no-brasil-hoje-e-mais-dificil/ Acesso em 13 de maio de 2023.

GOMEZ MÉNDEZ, M. P. **El derecho a la alimentación en la constitución, la jurisprudencia y los instrumentos internacionales.** Bogotá: Defensoría del Pueblo, 2006. (Serie DESC.)

HEGENBERG, Leônidas. **Etapas da investigação científica.** São Paulo: EPU, EDUSP, 1976. 2v. V. 2: leis, teorias, método

HAWKES, C. **Informação nutricional e alegações de saúde: o cenário global das regulamentações**. Organização Mundial da Saúde. Tradução: Gladys Quevedo Camargo. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária,2006.

LEÃO, M. (org.). **O direito humano à alimentação adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília: ABRANDH, 2013.

LEFF, Enrique. **Ecología y Capital: Racionalidad Ambiental, Democracia Participativa y Desarrollo Sustentable.** México: Siglo XXI Editores/UNAM, 1994. 6ª reimpresión 2010.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe:estudos sobre a dialética marxista.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **O Capital, vol.1**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 469.

MINH, H.C. **A Resistência do Vietnam.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1968, p. 269.

NESTLE, M. **Uma verdade indigesta: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos.** São Paulo: Elefante, 2019, p. 368.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e barbárie contemporânea**. Vitoria(ES): Argumentum, 2012.

OIT. **Convenção nº 169 da OIT**. Genebra: 1989. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236247/lang--pt/index.htm. Acesso em: 25 set. 2019.

___. R202 – **Recomendación sobre los pisos de protección social**, 2012. Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f ?p=NORMLEXPUB:12100:0::-NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:3065524:NO. Acesso em: 30 set. 2019.

ONUBR. **Situação da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2022**. ONUBR. 21 de julho. 2022. Disponível em: https://portalods.com.br/publicacoes/situacao-da-seguranca-alimentar-e-nutricional-no-mundo-2022/ Acesso em 06 de dezembro de 2022.

ONU. **Banco Mundial**. ONU. 2003. Disponível em: https://news.un.org/pt/tags/banco-mundial Acesso em 12 de novembro. 2022

___. World Food Conference. ONU. 16 de novembro. 1974. Disponível em: https://www.un.org/en/development/devagenda/food.shtml Acesso em 06 de janeiro de 2023.

___. Assembleia Geral. Conselho de Direitos Humanos. **Principios rectores relativos a las evaluaciones de los efectos de las reformas económicas en los derechos humanos** – informe del Experto Independiente sobre las consecuencias de la deuda externa y las obligaciones financieras internacionales conexas de los Estados para el pleno goce de todos los derechos humanos, sobre todo los derechos económicos, sociales y culturales. A/HRC/40/57. 40. sessão, 25 fev.–22 mar. 2019. Disponível em: https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G18/443/55/PDF/G1844355.pdf ?OpenElement. Acesso em: 30 jul. 2019.

___. Assembleia Geral. **Universal Declaration of Human Rights**. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: http://www.refworld.org/docid/3ae6b3712c.html. Acesso em: 7 ago. 2019.

___. **Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos**. Comentário Geral número 12 – o direito humano à alimentação (art. 11). 1999. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/alimentacao-adequada/Comentario%20Geral%20No%2012.pdf. Acesso

em: 30 jul. 2019.

___. **Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos.** Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/ UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por Acesso em: 16 set. 2019.

OPUSZKA, P.R. (2010). **Cooperativismo popular: os limites da organização coletiva do trabalho a partir da experiência da pesca artesanal do extremo sul do Brasil** [Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito]. Acervo Digital da Universidade Federal do Paraná. https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/22844. Acesso em 14 de maio de 2023.

ROSÁRIO. **Arbolado público**. Municipalidad de Rosário. 2021. Disponível em: https://www.rosario.gob.ar/inicio/arbolado-publico Acesso em 23 de dezembro de 2022.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1980. 124p.

SANTOS M.; GLASS, V. (orgs.). **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SCRIBANO, Adrián; HUERGO, Juliana; EYNARD, Martín. **El hambre como problema colonial: Fantasmas, Fantasías sociales y Regulación de las Sensaciones en la Argentina después del 2001**. Buenos Aires: CICCUS, 2010. p. 30.

SEN, Amartya, **Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation**, Oxford University Press, New York NY, 1981.

_____. **As pessoas em primeiro lugar: A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado.** Tradução: Bernardo Ajzemberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das letras, 2010b.

SHIVA, V. (2008). **Soil Not Oil: Environmental Justice in an Age of Climate Crisis**. South End Press.

SILVA, João. Politica. In: ENCICLOPÉDIA BARSÁ. São Paulo: Barsa, 2021. Disponível em: http://www.barsa.com.br/ barsa-digital-e-books/. Acesso em: 01 ago. 2023.

SORDINI, M.V. **Alimentación, emociones y sociedad: tres generaciones receptoras de programas alimentarios en el partido de General Pueyrredón entre 1983 y 2018** Tesis de Doctorado en Ciencias Sociales. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires-Editorial Teseo.

SOUSA-LIMA, José Edmilson de et al. **Política pública para a população em situação de rua em Curitiba: experiência da República Condomínio Social.** Revista Orbis Latina, v. 5, n. 2, p. 50-68, jan./dez. 2015. Disponível em: https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/413/361. Acesso em: 14 maio 2023.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. **Soberanía alimentaria: una necesidad de los pueblos.** In: ILSA (Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho Alternativos); FOOD FIRST (Institute for Food and Development Policy). Movimientos alimentarios uníos! estrategias para transformar nuestros sistemas alimentarios, Bogotá: Colección en cclave de sur, 2013.

UBA. **Voces Em El Fénix**. 2023. Disponível em: https://vocesenelfenix.economicas.uba.ar Acesso em 18 de dezembro. 2022

UCA. Observatorio **de la Deuda Social Argentina**. UCA. 11 de dezembro. 2020. Disponível em: https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/720 Acesso em 21 de dezembro. 2022

UCA. **Los números del hambre que desnudan el preocupante aumento de la pobreza en Rosario**. Observatorio de la Deuda Social Argentina. UCA. 11 de dezembro. 2020. Disponível em: https://observatorio.unr.edu.ar/observatorio-de-la-deuda-social-argentina-uca/ Acesso em 15 de dezembro. 2022.

UNICEF. **Scaling Up Nutrition**. UNICEF. 2010. Disponível em: https://scalingupnutrition.org Acesso em 12 de novembro. 2022

UNR. **Planta Pública de Alimentos**. Universidad Nacional de Rosário. 2022. Disponível em: https://unr.edu.ar/planta-publica-de-alimentos/ Acesso em 2 de Dezembro, 2022

y for Development, v. 15, n. 2, p. 66–82, 2010.

UNIVALI. Revista Contrapontos. **Revista de Educação da Universidade do Vale do Itajaí.** Santa Catarina: Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação (PPG/ME), jan.-abr. 2002. ISSN 1519-8227 (versão impressa). Página 166.

KAUTSKY, K. **La Revolucion Sociale.** Paris: Ed. Jacques Povolovsky, 1921.

KORSCH, K. **Why i am a marxist**. Hanover. In: Modern Quarterly , vol. IX nº. 1935, p. 258.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

VARGAS, T. B. de. **Ainda faz sentido discutir políticas públicas sob a perspectiva das regiões? Os desafios do Plano "Brasil sem Miséria"**. RBPD. 2017. v.6, n.3 Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/5694 Acesso em 13 de maio de 2023.